

PREGÃO ELETRÔNICO

EDITAL: 90048/2026-HUM

E-PROTOCOLO: 25.871.915-8

PROCESSO GMS: 756/2026

UASG: 926764

O ESTADO do PARANÁ, por intermédio da Divisão de Compras, da Diretoria Administrativa do **HOSPITAL UNIVERSITÁRIO REGIONAL DE MARINGÁ da UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ - UEM** torna público que realizará licitação nos seguintes termos:

PREGÃO ELETRÔNICO TIPO: MENOR PREÇO AMPLA CONCORRÊNCIA	Acolhimento/Abertura/Divulgação de Propostas: Até 08h29min do dia 24/06/2026 Início da sessão / disputa de lances: 08h30min do dia 24/06/2026 Será sempre considerado o horário de Brasília (DF) para todas as indicações de tempo constantes neste edital.
---	--

1 OBJETO:

A presente licitação tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADOS DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS DE EMISSÃO DE LAUDOS À DISTÂNCIA (TELEDIAGNÓSTICO – TELERRADIOLOGIA), RELATIVOS A EXAMES DE IMAGEM DE RAIOS-X, TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA E RESSONÂNCIA MAGNÉTICA, COM COBERTURA 24 HORAS POR DIA, 7 DIAS POR SEMANA, E CUMPRIMENTO DE SLA – ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇO POR CRITICIDADE – TEMPO DE RESPOSTA (TAT), para atender a demanda do Hospital Universitário Regional de Maringá, pelo período de 12 (doze) meses.

2 VALOR MÁXIMO DA LICITAÇÃO:

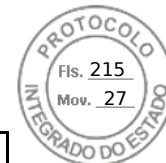
O preço total máximo para o presente procedimento licitatório é de R\$ 1.904.885,17 (um milhão, novecentos e quatro mil, oitocentos e oitenta e cinco reais e dezessete centavos).

3 DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

- UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ – CNPJ 79.151.312/0001-56 – dotação 4532.12.364.34.8077; fonte 659, e/ou
– Outra dotação/CNPJ a critério da UEM/HUM.

4 SISTEMA DO PREGÃO ELETRÔNICO:

O pregão será realizado por meio do sistema eletrônico de licitações COMPRAS.GOV.BR. O endereço eletrônico para recebimento e abertura de propostas é o www.gov.br/compras/pt-br.



O edital está disponível na *internet*, nas páginas do Portal Nacional de Contratações Públicas <https://pncp.gov.br/>, www.comprasparana.pr.gov.br e www.npd.uem.br/cmp/del_divulgacao.zul.

Os trabalhos serão conduzidos pelo pregoeiro Robson Rogers Moreira designado pela Portaria n.º 23/2025 - HUM, servidor da Universidade Estadual de Maringá.

E-mail: hum-licitacao@uem.br

Telefones: (44) 3011-9197; 3011-9199; 3011-9368

Endereço: Avenida Mandacarú, 1590 – CEP 87083-240, Maringá / Paraná

O atendimento será feito no horário das 07h40min às 11h40min e das 13h30min às 17h00min.

5 ESCLARECIMENTOS, IMPUGNAÇÕES E RECURSOS:

5.1 ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES:

Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e do Decreto n.º 10.086, de 2022, ou para solicitar esclarecimentos e providências sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido, no prazo de até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame, em campo específico no endereço eletrônico hum-licitacao@uem.br e/ou <https://www.gms.pr.gov.br/gms/consultarEditalNaoVinculadoFI.do?action=iniciarProcesso> pelo qual serão respondidos os esclarecimentos solicitados, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

5.2 RECURSOS E CONTRARRAZÕES:

As razões de recurso e as contrarrazões poderão ser enviadas exclusivamente por meio eletrônico, observando as regras dispostas no item 9 das Condições Gerais deste Edital.

5.3 DISPONIBILIDADE DOS AUTOS:

No curso da licitação, os autos do processo licitatório estarão à disposição dos interessados no sistema E-Protocolo no site <https://www.e-protocolo.pr.gov.br>, devendo os interessados apresentarem requisição de acesso ao protocolo via sistema.

6 CONDIÇÕES DA LICITAÇÃO:

6.1 A licitação e a contratação dela decorrente são reguladas pelas condições específicas e gerais do pregão e pelo disposto nos demais anexos do edital.

6.2 A licitação será regida pela Lei Federal n.º 14.133, de 2021, pelo Decreto n.º 10.086, de 2022, pela Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006, bem como as suas devidas alterações.



CONDIÇÕES ESPECÍFICAS DO PREGÃO

1 CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DE PREÇOS: PREÇO MÁXIMO

1.1 Encerrada a fase de lances, após a negociação, serão desclassificadas as propostas que permanecerem acima dos valores unitários máximos e totais máximos fixados neste Edital.

2 CRITÉRIO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS:

2.1 Na fase de disputa, o critério de aceitabilidade de preços no sistema de compras eletrônicas é o valor unitário, fixado no Termo de Referência, Anexo I deste Edital.

2.1.1 Os valores que permanecerem acima (ou com lances negativos, no caso de critério de julgamento de maior desconto) do(s) valor(es) unitário(s) máximo(s) do(s) lote(s), nesta fase, serão desclassificados”.

2.2. O julgamento das propostas será realizado de acordo com **critério de MENOR PREÇO**.

2.3 Encerrada a fase de lances, após a negociação, as propostas que permanecerem acima (ou com lances negativos, no caso de critério de maior desconto) do(s) valor(es) unitário(s) máximo(s) do(s) lote(s), serão desclassificadas.”

3 PRAZO MÍNIMO DE VALIDADE DAS PROPOSTAS:

3.1 O prazo de validade das propostas, que deverá constar no Descritivo das Propostas de Preços (Anexo III), não poderá ser inferior ao fixado neste edital.

4 VIGÊNCIA:

4.1 O contrato terá vigência pelo prazo de 12 (doze) meses, observada a disciplina do art. 106 da Lei nº 14.133/2021.

4.1.1 O prazo de vigência poderá ser prorrogado nos termos do art. 107 da Lei nº 14.133/2021.

5 CONSÓRCIO:

5.1 “Não será permitida a participação de empresas em regime de consórcio, o objeto dessa licitação é classificado como bem comum, pois possui especificação usual de mercado e padrão de qualidade definidas em edital, e o quantitativo a ser adquirido não caracteriza impossibilidade de fornecimento por um único fornecedor além de que será permitida a apresentação de proposta parcial conforme previsão do item

6 ANEXOS:

- Anexo I – Termo de Referência;
- Anexo II – Documentos de Habilitação;
- Anexo III – Modelo de Descritivo da Proposta de Preços;
- Anexo IV – Modelo de Procuração;
- Anexo V – Modelo de Declaração Conjunta;
- Anexo VI – Locais de Entrega;
- Anexo VII – Minuta contrato administrativo de fornecimento;
- Anexo VIII – Modelo de Declaração de enquadramento ME/EPP;
- Anexo IX – Declaração LGPD;
- Anexo X – Instrumento de Medição de Resultado (IMR);
- Anexo XI - Declaração de ciência, conformidade e compromisso com a lei geral de proteção de dados pessoais;
- Anexo XII – Capacidade Instalada Atual – CNES 258733-5.



CONDIÇÕES GERAIS DO PREGÃO ELETRÔNICO

1 A REALIZAÇÃO DO PREGÃO

1.1 O pregão será realizado por meio eletrônico, no sistema de compras eletrônicas do COMPRAS.GOV.BR, na página www.compras.gov.br.

1.2 O pregão será conduzido por servidor(a) público(a) denominado(a) pregoeiro(a), mediante a inserção e o monitoramento de dados gerados ou transferidos para o sistema de compras eletrônicas adotado pela Administração estadual COMPRAS.GOV.BR.

1.3 O(a) pregoeiro(a) exercerá as atribuições previstas no artigo 4.º do Decreto n.º 10.086, de 2022.

1.4 Para acesso ao sistema de compras eletrônicas, os interessados deverão se credenciar e obter chave de identificação e senha pessoal do sistema de compras eletrônicas adotado pela Administração estadual COMPRAS.GOV.BR, conforme instruções que podem ser obtidas na página www.compras.gov.br ou, ainda, por meio do telefone **0800 978 9001** (suporte técnico).

1.4.1 O credenciamento do interessado e de seu representante junto ao sistema de compras eletrônicas adotado pela Administração estadual COMPRAS.GOV.BR implica a sua responsabilidade legal pelos atos praticados e presunção de capacidade para a realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

1.5 Cabe ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

2 EXIGÊNCIAS PARA PARTICIPAÇÃO

2.1 Poderão participar deste Pregão, pessoas físicas ou jurídicas que se enquadrem como microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006, com ramo de atuação pertinente ao objeto da licitação.

2.2 Os interessados em participar do pregão devem dispor de chave de identificação e senha pessoal do sistema de compras eletrônicas, nos termos do Item 1 - Das Condições Gerais do Pregão Eletrônico.

2.3 Não poderão participar desta licitação pessoas físicas ou jurídicas que:

2.3.1 tenham sido declaradas inidôneas no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, em qualquer esfera da Administração Pública;

2.3.2 constituíram as pessoas jurídicas que foram apenadas conforme item 2.3.1, enquanto perdurarem as causas das penalidades, independentemente de nova pessoa jurídica que vierem a constituir ou de outra em que figurarem como sócios;

2.3.3 tenham sócios comuns com as pessoas jurídicas referidas no item 2.3.2;

2.3.4 não funcionem no País, se encontrem sob falência, dissolução ou liquidação, bem como as pessoas físicas sob insolvência;

2.3.5 mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.3.6 o servidor ou dirigente de órgão ou entidade estadual, bem como a empresa da qual figurem como sócios, dirigentes ou da qual participem indiretamente.

2.3.6.1 Considera-se participação indireta a existência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista.

2.3.7 As pessoas físicas e jurídicas de que trata o art. 14 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

2.4 A participação nesta licitação implica aceitação das condições estabelecidas no edital e na legislação aplicável.

2.5 Além destas condições gerais, deverão ser obedecidas as exigências específicas de participação fixadas no edital.



2.6. O(a) pregoeiro(a) verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação.

3 PROPOSTA INICIAL

3.1 Antes de postar a proposta comercial em formulário eletrônico, o licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema de compras eletrônicas:

3.1.1 o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação e demais condições previstas no edital;

3.1.2 a sua condição de microempresa, de empresa de pequeno porte ou de microempreendedor individual para usufruir dos benefícios da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006.

3.2 A proposta de preço inicial deverá ser enviada por meio de formulário eletrônico no sistema de compras eletrônicas, observados o prazo e critérios de disputa estabelecidos neste edital.

3.2.1 A proposta registrada poderá ser alterada ou desistida até a data e hora definida no edital. Após o prazo previsto para acolhimento das propostas, o sistema eletrônico não aceitará inclusão, alteração ou desistência da(s) proposta(s).

3.3 Nos termos do Convênio ICMS n.º 26/2003- CONFAZ, quando se tratar de operação interna, os licitantes beneficiados com a respectiva isenção fiscal devem apresentar as suas propostas e lances de preços com o valor líquido, ou seja, sem a carga tributária do ICMS.

3.3.1 Os estabelecimentos enquadrados no Regime Fiscal do Simples Nacional não estão abrangidos pelo disposto no item 3.3, devendo apresentar proposta de preços com a carga tributária completa.

3.4. O sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pelo(a) pregoeiro(a), sendo que somente estas participarão da fase de lances.

3.5 O(a) Pregoeiro(a), verificará as propostas apresentadas, inclusive quanto à exequibilidade, e desclassificará aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1 O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.1.1 Valor unitário e total do item;

4.1.2 Marca;

4.1.3 Modelo/Fabricante;

4.1.4 Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso.

4.2 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o Contratado.

4.3 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

4.3.1 o contratado deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, respeitado o disposto no art. 130 da Lei Federal n.º 14.133, de 2022.

4.3.2 Caso o eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos se revele superior às necessidades da contratante, a Administração deverá efetuar o pagamento seguindo estritamente as regras contratuais de faturamento dos serviços demandados e executados, concomitantemente com a realização, se necessário e cabível, de adequação contratual do quantitativo necessário, com base na alínea "b" do inciso I do art. 124 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

4.4. A empresa é a única responsável pela cotação correta dos encargos tributários. Em caso de erro ou cotação incompatível com o regime tributário a que se submete, serão adotadas as orientações a seguir:



4.4.1. cotação de percentual menor que o adequado: o percentual será mantido durante toda a execução contratual;

4.4.2. cotação de percentual maior que o adequado: o excesso será suprimido, unilateralmente, da planilha e haverá glosa, quando do pagamento, e/ou redução, quando da repactuação, para fins de total ressarcimento do débito.

4.5 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.6 O prazo de validade da proposta não será inferior a **90 (noventa)** dias, a contar da data de sua apresentação.

4.7. Se o regime tributário da empresa implicar recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses, devendo o licitante ou contratada apresentar ao pregoeiro ou à fiscalização, a qualquer tempo, comprovação da adequação dos recolhimentos, para os fins do previsto no subitem 4.4.

4.8. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento dos serviços, serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.9. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.10. As ofertas de propostas dos licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos neste Edital.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1 A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2 O(a) Pregoeiro(a) verificará as propostas apresentadas, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

5.2.1 Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

5.2.2 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

5.2.3 A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

5.3 O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

5.4 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o(a) Pregoeiro(a) e os licitantes.

5.5 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.5.1 O lance deverá ser ofertado de acordo com o critério de disputa fixado no item 2 Das Condições Específicas deste Edital.

5.6 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.7 O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.8 O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser R\$ 0,01 (um centavo de real).

5.9 Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.



5.10 A etapa de lances da sessão pública terá duração de **10 (dez) minutos** e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

5.11 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de **2 (dois) minutos** e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.12 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

5.13 Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

5.14 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.15 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado (ou maior desconto), vedada a identificação do licitante.

5.16 No caso de desconexão com o(a) Pregoeiro(a), no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.17 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o(a) pregoeiro(a) persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas, no mínimo, vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo(a) Pregoeiro(a) aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.18 O Critério de julgamento adotado será **o menor preço**, conforme definido neste Edital e seus anexos.

5.19 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.20 Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas, as empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006-

5.21 Nessas condições, as propostas de microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

5.22 A ME, EPP ou MEI melhor classificada, nos termos do item anterior, terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.23 Caso a microempresa, a empresa de pequeno porte ou o microempreendedor individual melhor classificado desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes na condição de ME, EPP ou MEI que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.24 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.25 Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

5.26 Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei n.º 14.133, de 2021.

5.27 Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas ou os lances empatados.

5.28 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o(a) pregoeiro(a) deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.



5.28.1 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.28.2 O(a) pregoeiro(a) solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de **2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.28.3 É facultado ao(a) pregoeiro(a) prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo previsto no item 5.28.2.

5.29 Após a negociação do preço, o(a) Pregoeiro(a) iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.

6.1 Encerrada a etapa de negociação, o(a) pregoeiro(a) examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no art. 95 do Decreto n.º 10.086, de 2022.

6.2 Será desclassificada a proposta, ou o lance vencedor, que apresentar preço final superior ao(s) preço(s) máximo(s) fixado(s), desconto menor do que o mínimo exigido ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

6.2.1 Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

6.2.2. A análise da exequibilidade da proposta de preços deverá ser realizada com o auxílio da Planilha de Custos e Formação de Preços, a ser preenchida pelo licitante em relação à sua proposta final, conforme anexo deste Edital.

6.2.3. A Planilha de Custos e Formação de Preços deverá ser encaminhada pelo licitante exclusivamente via sistema, no prazo de **2 (duas) horas**, contado da solicitação do pregoeiro, com os respectivos valores readequados ao lance vencedor, e será analisada pelo Pregoeiro no momento da aceitação do lance vencedor.

6.2.4. A inexequibilidade dos valores referentes a itens isolados da Planilha de Custos e Formação de Preços não caracteriza motivo suficiente para a desclassificação da proposta, desde que não contrariem exigências legais

6.2.5 Quando o licitante não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

6.2.5.1 Caso se adote o critério do maior desconto, com permissão de lances negativos, não é considerada inexequível a proposta que apresente lances inferiores a zero (Inciso LVI do art. 2.º do Decreto n.º 10.086/2022).

6.3 Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma do previsto no art. 92 do Decreto n.º 10.086, de 2022, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

6.4. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de **2 (duas) horas**, sob pena de não aceitação da proposta.

6.4.1 Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se as planilhas de custo readequadas com o valor final ofertado.

6.5 Todos os dados informados pelo licitante em sua planilha deverão refletir com fidelidade os custos especificados.



6.6. O Pregoeiro analisará a compatibilidade dos preços unitários apresentados na Planilha de Custos e Formação de Preços com aqueles praticados no mercado em relação às parcelas de serviços envolvidas na contratação;

6.7 Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo Pregoeiro, desde que não haja majoração do preço.

6.7.1 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

6.7.2 Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

6.8 Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

6.9 Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

6.10 Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

6.11 O(a) Pregoeiro(a) poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de **2 (duas) horas**, sob pena de não aceitação da proposta.

6.11.1 É facultado ao(a) pregoeiro(a) prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.11.2 Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo(a) Pregoeiro(a), destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico.

6.12 Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

6.13 Havendo necessidade, o(a) Pregoeiro(a) suspenderá a sessão, informando no chat a nova data e horário para a sua continuidade.

6.14 O(a) Pregoeiro(a) poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

6.14.1 Também nas hipóteses em que o(a) Pregoeiro(a) não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

6.14.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.15 Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o(a) Pregoeiro(a) passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

6.16 Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o(a) Pregoeiro(a) verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

7. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

7.1 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio de sistema eletrônico, a proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço final proposto (conforme modelo do Anexo III) e os documentos de habilitação (conforme Anexo II), até a data e o horário estabelecidos pelo pregoeiro.

7.2 O envio da proposta ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

7.3 Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem no sistema de registro cadastral unificado disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) ou do Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná, desde que os referidos documentos estejam atualizados, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.



7.4 Os licitantes deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006.

7.5 Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

7.6 Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema.

7.7 Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

7.8 Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do(a) pregoeiro(a) e para acesso público após o encerramento do envio de lances fechados.

8. DESCRITIVO DA PROPOSTA

8.1 A proposta deverá ser formulada de acordo com o valor final da disputa, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, assinada por meio eletrônico com uso de certificação digital ICP-Brasil, pelo representante legal do licitante (ou seu procurador devidamente qualificado) e deverá conter, de acordo com o modelo definido neste edital, a identificação da licitação, o CNPJ e o nome empresarial completo do licitante, a descrição do produto/serviço oferecido para cada item e/ou lote da licitação; o valor global, os preços unitários e globais por item e/ou lote, cotados em moeda corrente nacional; e o prazo de validade da proposta, que não poderá ser inferior ao estabelecido no edital.

8.1.1 A proposta definitiva deverá observar os preços unitários máximos da planilha de composição de preços fixada pelo edital e seus anexos, sob pena de desclassificação, inclusive quando o(s) lote(s) reunir(em) itens diversos e independente do critério de disputa.

8.1.2 As empresas beneficiárias do disposto no Convênio ICMS n.º 26/2003 – CONFAZ (item 3.3) deverão, de forma expressa e obrigatoriamente, indicar em sua proposta o preço onerado e o preço desonerado (o qual deve ser igual ou menor ao preço do arrematante), discriminando o percentual de desconto relacionado à isenção fiscal.

8.1.2.1 Para o licitante abrangido pelo benefício de que trata o item 3.3, e que participar da licitação com o preço desonerado do ICMS (preço líquido), a soma do preço proposto (preço líquido) com o valor do respectivo imposto não pode ultrapassar o valor máximo estabelecido no edital. Caso esta soma ultrapasse o máximo previsto no edital, o(a) pregoeiro(a) desclassificará a proposta.

8.1.3 Constatado erro de cálculo em qualquer operação, o(a) pregoeiro(a) poderá efetuar diligência visando sanar o erro ou falha, desde que não alterem a substância da proposta, do documento e sua validade jurídica.

8.1.4 Os preços deverão ser cotados em reais, com até duas casas decimais após a vírgula. Serão desconsiderados os valores depois da segunda casa decimal após a vírgula.

8.2 Nos termos do §1º do Art. 63 da Lei Federal n.º 14.133/2021, o licitante deverá declarar, sob pena de desclassificação, que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, conforme Anexo III.

9. OS RECURSOS

9.1 Qualquer licitante poderá, em campo próprio do sistema de compras eletrônicas, manifestar de forma imediata e motivada a intenção de recorrer, sob pena de preclusão, em relação às fases de julgamento e habilitação, possuindo o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentação das razões recursais após a formalização do término da etapa que antecede a adjudicação.

9.1.1 As razões recursais devem ser apresentadas exclusivamente por meio eletrônico e com uso de certificação digital ICP-Brasil.



9.1.2 Os demais licitantes ficarão desde logo intimados para apresentar contrarrazões ao recurso no prazo de 3 (três) dias úteis contados do término do prazo de apresentação das razões do recorrente, exclusivamente por meio eletrônico e assinadas com uso de certificação digital ICP-Brasil.

9.2 A não apresentação das razões recursais no prazo fixado implicará a decadência do direito de recorrer.

9.3 As razões e as contrarrazões de recurso que não forem apresentadas conforme o disposto nos itens anteriores, ou subscritas por representante não habilitado ou não credenciado para responder pelo licitante, não serão conhecidas pelo(a) pregoeiro(a).

9.4 Os autos do processo de licitação poderão ser acessados pelos interessados no sistema E-Protocolo no site <https://www.e-protocolo.pr.gov.br>.

9.5 O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento.

10. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

10.1 Examinada a aceitabilidade da proposta, a regularidade e a habilitação do licitante vencedor, bem como a análise técnica referente às amostras, quando exigidas, o procedimento licitatório será encaminhado pelo(a) pregoeiro(a) à autoridade máxima para adjudicação e homologação.

10.2 Será permitida a adjudicação e a homologação parcial do procedimento licitatório, quando o seu objeto possuir mais de um lote.

11. CONTRATO, RECEBIMENTO E PAGAMENTO

11.1 O adjudicatário será notificado para assinar o contrato ou retirar a nota de empenho (ou documento equivalente) no prazo **de 5 (cinco) dias úteis**, prorrogável a critério do órgão ou entidade contratante, sob pena de decair do direito à contratação e incidir nas penalidades previstas neste edital.

11.2 Para a assinatura do contrato ou retirada da nota de empenho, o adjudicatário deverá estar credenciado no Cadastro Unificado de Fornecedores do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços – GMS, para a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.

11.3 Antes da assinatura do contrato, a Administração realizará consulta ao Cadastro Informativo Estadual – Cadin Estadual, haja vista a vedação contida no art. 3º, inc. I, da Lei Estadual n.º 18.466, de 2015.

11.4 Os pagamentos ficarão condicionados à prévia informação pelo credor dos dados da conta-corrente junto à instituição financeira contratada pelo Estado, conforme o disposto no Decreto Estadual n.º 4.505, de 2016, ressalvadas as exceções previstas na mesma norma.

11.5 Se o adjudicatário não apresentar as comprovações dos itens 11.2 e 11.4 ou se recusar a assinar o contrato ou retirar a nota de empenho, a Administração Pública poderá revogar a licitação, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei Federal n.º 14.133/2021, e no Decreto Estadual n.º 10.086/2022, ou ainda, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições ofertadas pelo licitante vencedor.

11.5.1 A recusa injustificada do adjudicatário ou a justificativa não aceita pela Administração, implicará a instauração de procedimento administrativo autônomo para eventual aplicação de sanções administrativas.

11.5.2 Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do item 11.5, a Administração Pública poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados, nos termos do instrumento convocatório.

11.6 A entrega, o recebimento do objeto da licitação e os pagamentos serão efetuados no local, nos prazos e na forma estabelecida nos anexos deste edital.

11.7 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Contratado não tenha concorrido para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:



EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \cdot I = \frac{(6/100)}{365} \cdot I = 0,00016438$$

365 TX = Percentual da taxa anual
= 6%.

11.8 Antes de cada pagamento, a Contratante deverá realizar consulta no Portal Nacional de Contratações Públicas e no Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviço - GMS para verificar a manutenção das condições de habilitação definidas neste edital.

12 SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. O licitante e o contratado que incorram em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021 e nos arts. 193 ao 227 do Decreto nº 10.086, de 17 de janeiro 2022, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal.

12.2. A multa não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento), nem superior a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do lote no qual participou ou do contrato, observando ainda as seguintes variações:

- a) multa de 0,5% a 5%, nos casos das infrações previstas no art. 195, do Decreto Estadual 10.086/2022;
- b) multa de 5% a 30%, nos casos das infrações previstas no art. 196, do Decreto Estadual 10.086/2022;
- c) multa de 15% a 30%, nos casos das infrações previstas no art. 197, do Decreto Estadual 10.086/2022;

12.3. O cálculo da multa será justificado e levará em conta o disposto nos arts. 210 a 212, do Decreto Estadual 10.086/2022.

12.4. A multa poderá ser descontada do pagamento devido pela Administração Pública estadual, decorrente de outros contratos firmados entre as partes, caso em que a Administração reterá o pagamento até o adimplemento da multa, com o que concorda o licitante ou contratante.

12.4.1. A retenção de pagamento de outros contratos, pela Administração Pública, no período compreendido entre a decisão final que impôs a multa e seu adimplemento, suspende a fluência de prazo para a Administração, não importando em mora, nem gera compensação financeira.

12.5. Multa de mora diária de até 0,3% (três décimos por cento), calculada sobre o valor global do contrato ou da parcela em atraso, até o 30º (trigésimo) dia de atraso na entrega; a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia, a multa de mora será convertida em compensatória, aplicando-se, no mais, o disposto nos itens acima.

12.6 O procedimento para aplicação das sanções seguirá o disposto no Capítulo XVI, do Título I, do Decreto nº 10.086, de 2022. e na Lei nº 20.656, de 2021.

12.7 Nos casos não previstos no instrumento convocatório, inclusive sobre o procedimento de aplicação das sanções administrativas, deverão ser observadas as disposições da Lei Federal nº 14.133, de 2021 e no Decreto nº 10.086, de 2022.

12.8 Sem prejuízo das sanções previstas nos itens anteriores, a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública, nacional ou estrangeira, na participação da presente licitação e nos contratos ou vínculos derivados, também se dará na forma prevista na Lei Federal nº 12.846, de 2013, e regulamento no âmbito do Estado do Paraná.

12.9 Quaisquer penalidades aplicadas serão transcritas no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná (CFPR).

13 DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1 Todas as referências de tempo deste edital correspondem ao horário de Brasília-DF.



13.2 Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente que impeça a realização da sessão pública de abertura das propostas na data designada no edital, ela será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário, independentemente de nova comunicação.

13.3 É facultado ao(a) pregoeiro(a) a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

13.4 O licitante é responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, resultante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo(a) pregoeiro(a) ou pelo sistema, ainda que ocorra a sua desconexão.

13.5 A não apresentação de qualquer documento ou a apresentação com prazo de validade expirado implicará desclassificação ou inabilitação do licitante.

13.6 Os documentos que não mencionarem o prazo de validade serão considerados válidos por 90 (noventa) dias da data da emissão, salvo disposição contrária de Lei a respeito.

13.7 Os licitantes encaminharão os documentos exigidos nesta licitação exclusivamente por meio do sistema de que trata o item 1.1 das Condições Gerais do Pregão Eletrônico. O(a) pregoeiro(a), se julgar necessário, verificará a autenticidade e a veracidade do documento.

13.8 O(a) pregoeiro(a) poderá, no interesse público, relevar faltas meramente formais que não comprometam a lisura e o real conteúdo da proposta, podendo promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do procedimento licitatório, inclusive solicitar pareceres.

13.9 A realização da licitação não implica necessariamente a contratação total ou parcial do montante previsto, porquanto estimado, podendo a autoridade competente, inclusive, revogá-la, total ou parcialmente, por fatos supervenientes, de interesse público, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação do interessado, mediante manifestação escrita e fundamentada, assegurado o contraditório e a ampla defesa, conforme dispõe o art. 71 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

13.10 O foro é o FORO CENTRAL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE MARINGÁ, no qual serão dirimidas todas as questões não resolvidas na esfera administrativa.

Robson Rogers Moreira

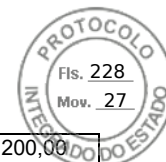
Pregoeiro responsável

Portaria n. 23/2026-HUM

**ANEXO I****TERMO DE REFERÊNCIA****1 OBJETO**

1.1 Contratação de serviços continuados de EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS DE EMISSÃO DE LAUDOS À DISTÂNCIA (TELEDIAGNÓSTICO – TELERRADIOLOGIA), RELATIVOS A EXAMES DE IMAGEM DE RAIOS X, TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA E RESSONÂNCIA MAGNÉTICA, para atender a demanda do Hospital Universitário Regional de Maringá, pelo período de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado na forma legal, conforme especificações da planilha abaixo:

GRUPO	Lote	CodGMS	Especificação	Qtde	Un	VI.Máx Unit	VI.Máx Total
1	1	0605 113779	Prestação de Serviços, TIPO: Telerradiologia médica, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: Interpretação de exame de radiografia e emissão de laudo, ESPECIALIZAÇÃO: Radiologista, DISPONIBILIZAÇÃO: 2 horas após a realização, UNID. DE MEDIDA: Unitário	18.206	UN	R\$ 10,88	R\$ 198.081,28
	2	0605 113780	Prestação de Serviços, TIPO: Telerradiologia médica, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: Interpretação de exame de radiografia e emissão de laudo, ESPECIALIZAÇÃO: Radiologista, DISPONIBILIZAÇÃO: 6 horas após a realização, UNID. DE MEDIDA: Unitário	22.576	UN	R\$ 9,26	R\$ 209.053,76
	3	0605 113781	Prestação de Serviços, TIPO: Telerradiologia médica, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: Interpretação de exame de radiografia e emissão de laudo, ESPECIALIZAÇÃO: Radiologista, DISPONIBILIZAÇÃO: 48 horas após a realização, UNID. DE MEDIDA: Unitário	7.768	UN	R\$ 9,88	R\$ 76.747,84
	4	0605 113782	Prestação de Serviços, TIPO: Telerradiologia médica, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: Interpretação de exame de tomografia computadorizada e emissão de laudo, ESPECIALIZAÇÃO: Radiologista, DISPONIBILIZAÇÃO: 2 horas após a realização, UNID. DE MEDIDA: Unitário	11.910	UN	R\$ 49,31	R\$ 587.282,10
	5	0605 113783	Prestação de Serviços, TIPO: Telerradiologia médica, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: Interpretação de exame de tomografia computadorizada e emissão de laudo, ESPECIALIZAÇÃO: Radiologista, DISPONIBILIZAÇÃO: 6 horas após a realização, UNID. DE MEDIDA: Unitário	10.298	UN	R\$ 53,42	R\$ 550.119,16
	6	0605 113784	Prestação de Serviços, TIPO: Telerradiologia médica, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: Interpretação de exame de tomografia computadorizada e emissão de laudo, ESPECIALIZAÇÃO: Radiologista, DISPONIBILIZAÇÃO: 48 horas após a realização, UNID. DE MEDIDA: Unitário	179	UN	R\$ 48,09	R\$ 8.608,11
	7	0605 113785	Prestação de Serviços, TIPO: Telerradiologia médica, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: Interpretação prioritária de exame de tomografia computadorizada indicado para investigação de acidente vascular cerebral (AVC) e emissão de laudo médico, ESPECIALIZAÇÃO: Radiologista, DISPONIBILIZAÇÃO: 30 minutos após a realização, UNID. DE MEDIDA: Unitário	220	UN	R\$ 50,00	R\$ 11.000,00
	8	0605 113786	Prestação de Serviços, TIPO: Telerradiologia médica, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: Interpretação de exame de angiotomografia computadorizada e emissão de laudo médico, ESPECIALIZAÇÃO: Radiologista, DISPONIBILIZAÇÃO: 2 horas após a realização, UNID. DE MEDIDA: Unitário	528	UN	R\$ 74,22	R\$ 39.188,16
	9	0605 113787	Prestação de Serviços, TIPO: Telerradiologia médica, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: Interpretação de exame de ressonância magnética e emissão de laudo médico, ESPECIALIZAÇÃO: Radiologista, DISPONIBILIZAÇÃO: 2 horas após a realização, UNID. DE MEDIDA: Unitário	290	UN	R\$ 64,00	R\$ 18.560,00



10	0605113 788	Prestação de Serviços, TIPO: Telerradiologia médica CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: Interpretação de exame de ressonância magnética e emissão de laudo médico, ESPECIALIZAÇÃO: Radiologista, DISPONIBILIZAÇÃO: 6 horas após a realização, UNID. DE MEDIDA: Unitário	1.160	UN	R\$ 70,00	R\$ 81.200,00
11	0605113 789	Prestação de Serviços, TIPO: Telerradiologia médica CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: Interpretação de exame de ressonância magnética e emissão de laudo médico, ESPECIALIZAÇÃO: Radiologista, DISPONIBILIZAÇÃO: 48 horas após a realização, UNID. DE MEDIDA: Unitário	1.392	UN	R\$ 62,00	R\$ 86.304,00
12	0605113 790	Prestação de Serviços, TIPO: Telerradiologia médica CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: Interpretação prioritária de exame de ressonância magnética indicado para investigação de acidente vascular cerebral (AVC) e emissão de laudo médico, ESPECIALIZAÇÃO: Radiologista, DISPONIBILIZAÇÃO: 30 minutos após a realização, UNID. DE MEDIDA: Unitário.	58	UN	R\$ 65,00	R\$ 3.770,00
13	0605113 791	Prestação de Serviços, TIPO: Telerradiologia médica CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: Interpretação de exame de angiorressonância magnética e emissão de laudo médico, ESPECIALIZAÇÃO: Radiologista, DISPONIBILIZAÇÃO: 2 horas após a realização, UNID. DE MEDIDA: Unitário	396	UN	R\$ 88,31	R\$ 34.970,76
Total Geral da Contratação					R\$ 1.904.885,17	

1.1.2 Os quantitativos ESTIMADOS e respectivos códigos dos itens são os discriminados na tabela acima.

1.1.3 A presente contratação adotará como regime de execução a Execução por Preço Unitário.

1.1.4 O prazo de vigência do contrato é de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por interesse das partes com base nos artigos 106 e 107 da Lei 14.133, de 2021.

1.2 ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

1.2.1 Os serviços compreenderão a emissão de laudos à distância (telediagnóstico – telerradiologia), relativos a exames de imagem de Raios X, Tomografia Computadorizada e Ressonância Magnética, de forma ininterrupta, 24 (vinte e quatro) horas por dia e 7 (sete) dias por semana, incluindo sábados, domingos e feriados.

1.2.1.2 Os quantitativos de exames a serem laudados são ESTIMADOS para 12 (doze) meses, com previsão de acionamento do CONTRATADO conforme a prioridade de avaliação do exame com o tempo de resposta indicado pela CONTRATANTE, conforme tabela 1:

TABELA 1

GRUPO	Item	Especificação	Qtde ESTIMADA	TEMPO DE RESPOSTA em HORAS/MINUTOS
1	1	Prestação de Serviços, TIPO: Telerradiologia médica, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: Interpretação de exame de radiografia e emissão de laudo, ESPECIALIZAÇÃO: Radiologista, DISPONIBILIZAÇÃO: 2 horas após a realização, UNID. DE MEDIDA: Unitário	18206	2 horas
	2	Prestação de Serviços, TIPO: Telerradiologia médica, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: Interpretação de exame de radiografia e emissão de laudo, ESPECIALIZAÇÃO: Radiologista, DISPONIBILIZAÇÃO: 6 horas após a realização, UNID. DE MEDIDA: Unitário	22576	6 horas

3	Prestação de Serviços, TIPO: Telerradiologia médica, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: Interpretação de exame de radiografia e emissão de laudo, ESPECIALIZAÇÃO: Radiologista, DISPONIBILIZAÇÃO: 48 horas após a realização, UNID. DE MEDIDA: Unitário	7768	48 horas
4	Prestação de Serviços, TIPO: Telerradiologia médica, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: Interpretação de exame de tomografia computadorizada e emissão de laudo, ESPECIALIZAÇÃO: Radiologista, DISPONIBILIZAÇÃO: 2 horas após a realização, UNID. DE MEDIDA: Unitário	11910	2 horas
5	Prestação de Serviços, TIPO: Telerradiologia médica, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: Interpretação de exame de tomografia computadorizada e emissão de laudo, ESPECIALIZAÇÃO: Radiologista, DISPONIBILIZAÇÃO: 6 horas após a realização, UNID. DE MEDIDA: Unitário	10298	6 horas
6	Prestação de Serviços, TIPO: Telerradiologia médica, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: Interpretação de exame de tomografia computadorizada e emissão de laudo, ESPECIALIZAÇÃO: Radiologista, DISPONIBILIZAÇÃO: 48 horas após a realização, UNID. DE MEDIDA: Unitário	179	48 horas
7	Prestação de Serviços, TIPO: Telerradiologia médica, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: Interpretação prioritária de exame de tomografia computadorizada indicado para investigação de acidente vascular cerebral (AVC) e emissão de laudo médico, ESPECIALIZAÇÃO: Radiologista, DISPONIBILIZAÇÃO: 30 minutos após a realização, UNID. DE MEDIDA: Unitário	220	30 MINUTOS
8	Prestação de Serviços, TIPO: Telerradiologia médica, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: Interpretação de exame de angiotomografia computadorizada e emissão de laudo médico, ESPECIALIZAÇÃO: Radiologista, DISPONIBILIZAÇÃO: 2 horas após a realização, UNID. DE MEDIDA: Unitário	528	2 horas
9	Prestação de Serviços, TIPO: Telerradiologia médica, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: Interpretação de exame de ressonância magnética e emissão de laudo médico, ESPECIALIZAÇÃO: Radiologista, DISPONIBILIZAÇÃO: 2 horas após a realização, UNID. DE MEDIDA: Unitário	290	2 horas
10	Prestação de Serviços, TIPO: Telerradiologia médica CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: Interpretação de exame de ressonância magnética e emissão de laudo médico, ESPECIALIZAÇÃO: Radiologista, DISPONIBILIZAÇÃO: 6 horas após a realização, UNID. DE MEDIDA: Unitário	1160	6 horas
11	Prestação de Serviços, TIPO: Telerradiologia médica CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: Interpretação de exame de ressonância magnética e emissão de laudo médico, ESPECIALIZAÇÃO: Radiologista, DISPONIBILIZAÇÃO: 48 horas após a realização, UNID. DE MEDIDA: Unitário	1392	48 horas
12	Prestação de Serviços, TIPO: Telerradiologia médica CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: Interpretação prioritária de exame de ressonância magnética indicado para investigação de acidente vascular cerebral (AVC) e emissão de laudo médico, ESPECIALIZAÇÃO: Radiologista, DISPONIBILIZAÇÃO: 30 minutos após a realização, UNID. DE MEDIDA: Unitário.	58	30 minutos

13	Prestação de Serviços, TIPO: Telerradiologia médica CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: Interpretação de exame de angiorressonância magnética e emissão de laudo médico, ESPECIALIZAÇÃO: Radiologista, DISPONIBILIZAÇÃO: 2 horas após a realização, UNID. DE MEDIDA: Unitário	396	2 horas
----	---	-----	----------------

1.2.1.3 Distribuição do tempo de resposta:

- a) Os laudos com prazo de 30 minutos destinam-se a situações tempo-dependentes, notadamente àquelas inseridas em protocolos assistenciais críticos, como acidente vascular cerebral e outros eventos neurológicos agudos.
- b) O prazo de 2 horas destina-se prioritariamente a exames relacionados a atendimentos de urgência no Pronto Atendimento, bem como a situações clínicas agudas que demandem definição terapêutica ainda no mesmo turno assistencial.
- c) O prazo de 6 horas destina-se predominantemente a exames vinculados a pacientes internados e a avaliações diagnósticas cuja conduta deva ser estabelecida dentro do mesmo período assistencial.
- d) O prazo de 48 horas destina-se a exames ambulatoriais e eletivos, caracterizados por menor criticidade clínica e ausência de necessidade de intervenção imediata.

1.2.1.3.1 Considerando que o objeto contratual está vinculado à realização do exame, a CONTRATANTE deverá dispor de sistema informatizado que assegure a disponibilização das imagens diagnósticas em tempo real, entendida como a liberação imediata após a conclusão do exame, de forma íntegra, legível e tecnicamente adequada à emissão de laudo.

1.2.1.3.2 Para fins de apuração dos prazos de atendimento (SLA – acordo de nível de serviço), o marco inicial de contagem será, como regra, o horário de conclusão do exame, desde que atendida a condição de disponibilização imediata das imagens à CONTRATADA.

1.2.1.3.3 Na hipótese de indisponibilidade, atraso ou falha na disponibilização das imagens, total ou parcial, a contagem do prazo ficará automaticamente suspensa, iniciando-se ou sendo retomada a partir do efetivo registro de disponibilização integral das imagens, em sistema rastreável.

1.2.1.3.4 Eventuais ocorrências deverão ser formalmente registradas pela CONTRATADA, por meio de canal oficial previamente definido, com indicação do horário de detecção da indisponibilidade, resguardando-se que não haverá imputação de descumprimento de SLA - acordo de nível de serviço à CONTRATADA por fatos não a ela atribuíveis.

1.2.2. Os serviços referentes a esta contratação deverão atender ainda as especificações a seguir:

1.2.2.1 Serão solicitados laudos referentes a exames realizados após o início da vigência do contrato, bem como poderão ser solicitados laudos de exames realizados anteriormente à vigência contratual, conforme necessidade institucional da CONTRATANTE;

1.2.2.2 Os exames a serem laudados à distância por meio de telerradiologia deverão ser acessados por sistema de PACS disponibilizado pela CONTRATANTE, atualmente o PIXEON Aurora, sendo o fluxo e a gestão dos exames e laudos realizados por meio do sistema de Informação em Radiologia (RIS) igualmente disponibilizado pela instituição. Caso haja substituição do PACS ou do RIS durante a vigência contratual, deverão ser mantidas as mesmas exigências técnicas e operacionais, independentemente da plataforma adotada;

1.2.2.3 Os exames de radiografia, tomografia computadorizada, angiotomografia, ressonância magnética e angioressonância magnética serão realizados no HUM e, após sua execução, as respectivas imagens e dados clínicos dos pacientes ficarão disponíveis no sistema PACS da CONTRATANTE, para acesso da CONTRATADA para elaboração dos laudos à distância. A relação dos exames a serem laudados permanecerá disponível no sistema institucional RIS para fins de gestão e emissão dos laudos;

1.2.2.4 Os exames de ressonância magnética e angioressonância magnética poderão ser encaminhados para laudo em número inferior ao quantitativo mensal estimado, especialmente durante a fase inicial de implantação do equipamento institucional. O pagamento ocorrerá exclusivamente sobre os exames efetivamente realizados e laudados, não se caracterizando garantia de faturamento mínimo mensal.

1.2.2.4.1 O quantitativo anual estimado constitui referência de planejamento e poderá ser integralizado ao longo da vigência contratual apenas na hipótese de efetiva realização dos exames, observada a disponibilidade orçamentária e a conveniência administrativa;



1.2.2.4.2 Em situações devidamente comprovadas de força maior, decorrentes de danos em equipamentos de raio-X, tomografia computadorizada ou ressonância magnética que impeçam a realização dos exames, poderá haver suspensão ou redução temporária da quota mensal, mediante registro formal da ocorrência.

1.2.2.4.3 Eventual compensação nos meses subsequentes dependerá da retomada da demanda e da conveniência administrativa, não gerando direito automático à integralização do quantitativo originalmente estimado quando a não realização dos exames decorrer de impossibilidade material devidamente comprovada;

1.2.2.5 A critério da CONTRATANTE, a relação dos exames a serem laudados será disponibilizada por meio do sistema de Informação em Radiologia (RIS), observada a priorização definida conforme critérios assistenciais.

1.2.2.5.1 A listagem dos exames será codificada pelo Hospital Universitário com base no sistema de referência vigente, especialmente a Tabela SIGTAP, de modo a possibilitar a adequada consolidação de dados e geração de relatórios para fins de faturamento.

1.2.2.5.2 Para cada exame listado haverá código SIGTAP correspondente, devendo ser emitido laudo individualizado para cada procedimento, ainda que haja mais de um exame vinculado ao mesmo paciente.

1.2.2.6 A critério da CONTRATANTE, o controle da relação dos exames e do respectivo status de laudo poderá ser realizado diretamente no RIS, no sistema PACS, no prontuário eletrônico institucional ou outro meio digital disponibilizado, como ferramenta de planilha Google Drive;

1.2.2.7 Os médicos responsáveis pela emissão dos laudos deverão possuir graduação em Medicina, inscrição ativa no Conselho Regional de Medicina da jurisdição onde exerçam sua atividade profissional e bem como Registro de Qualificação de Especialista (RQE) em Radiologia, observadas as normas do Conselho Federal de Medicina aplicáveis;

1.2.2.8 A CONTRATADA deverá atuar em conformidade com a Resolução do Conselho Federal de Medicina nº 2.314, de 20 de abril de 2022, que define e regulamenta a prática da telemedicina, observando, dentre outras disposições, a exigência de que o médico que atuar por meio de telemedicina possua assinatura digital qualificada, no padrão da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil), nos termos da legislação vigente;

1.2.2.9 A CONTRATADA deverá indicar previamente os profissionais que atuarão na emissão dos laudos, para fins de habilitação de acesso aos sistemas institucionais, observadas as regras de segurança da informação e rastreabilidade;

1.2.2.10 A CONTRATADA deverá disponibilizar recursos humanos suficientes para assegurar a adequada prestação dos serviços de telerradiologia, garantindo cobertura compatível com o volume anual estimado de 74.981 laudos e com os prazos máximos de emissão estabelecidos por criticidade assistencial. Considerando a distribuição dos laudos em diferentes faixas de prioridade (TABELA 1 - 30 minutos, 2 horas, 6 horas e 48 horas), o funcionamento ininterrupto do hospital (24/7), a necessidade de cobertura simultânea de subespecialidades radiológicas e a exigência de manutenção de escala contínua com retaguarda técnica

1.2.2.11 A CONTRATADA deverá executar os serviços de telerradiologia em conformidade com as normas técnicas e éticas estabelecidas pelo Conselho Federal de Medicina, especialmente aquelas relativas à telemedicina, responsabilidade profissional e guarda de informações médicas, assegurando a integridade, confidencialidade, privacidade e sigilo dos dados assistenciais, em estrita observância à Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais) e demais normas aplicáveis;

1.2.2.12 Os laudos deverão ser emitidos estritamente de acordo com a solicitação formal realizada pelo médico requisitante, observando integralmente o tipo de exame, a indicação clínica e demais informações constantes no pedido;

1.2.2.13 Os laudos deverão ser emitidos de acordo com o grau de prioridade assistencial atribuído ao exame pelo médico solicitante da CONTRATANTE, observados os seguintes prazos máximos: até 30 (trinta) minutos para exames com suspeita de Acidente Vascular Cerebral (AVC), até 2 (duas) horas para exames classificados como urgência, até 6 (seis) horas para exames de pacientes internados e até 48 (quarenta e oito) horas para exames ambulatoriais;

1.2.2.14 A CONTRATADA deverá encaminhar à CONTRATANTE a escala mensal de plantões remotos até o último dia útil do mês anterior ao da execução, contendo a identificação dos profissionais designados. Eventuais alterações deverão ser comunicadas com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas, salvo situações excepcionais devidamente justificadas;



1.2.2.15 Os profissionais designados para o plantão remoto deverão permanecer disponíveis durante todo o período da escala para atendimento às demandas assistenciais relacionadas aos exames laudados, incluindo discussão de casos clínicos, esclarecimento de dúvidas e suporte técnico aos médicos da CONTRATANTE, sempre que solicitado, garantindo comunicação efetiva durante o período de plantão;

1.2.2.16 A CONTRATADA poderá ter acesso aos protocolos técnicos de aquisição de imagens adotados pela CONTRATANTE, os quais são executados pela equipe de técnicos e tecnólogos em radiologia do HUM, com a finalidade de assegurar a adequada compreensão dos parâmetros utilizados na captação dos exames;

1.2.2.17 A CONTRATANTE dispõe de médico assistente responsável pelo acompanhamento do paciente durante todo o período de atendimento e internação. A equipe assistencial da CONTRATANTE permanecerá disponível para esclarecimentos clínicos complementares e discussão de casos, sempre que necessário à adequada elaboração do laudo.

1.2.2.17.1 A CONTRATADA deverá assegurar canal de comunicação para contato direto com o médico radiologista responsável pelo plantão remoto, conforme previsto nas especificações técnicas do respectivo Termo de Referência;

1.2.2.17.2 Na hipótese de identificação de inconsistências técnicas nas imagens, decorrentes de falhas de aquisição, parâmetros inadequados ou outras intercorrências que possam comprometer a adequada interpretação diagnóstica, o médico radiologista da CONTRATADA poderá entrar em contato diretamente com a equipe técnica executora no HUM, a qualquer tempo durante o plantão, para esclarecimentos ou solicitação de ajustes necessários;

1.2.2.17.3 Em situações de solicitação de revisão de laudo por parte dos médicos da CONTRATANTE, a CONTRATADA deverá proceder à reavaliação do exame e emitir o respectivo laudo revisado, observando os mesmos prazos estabelecidos para a entrega do laudo original, conforme o grau de prioridade assistencial atribuído ao exame;

1.2.2.18 A CONTRATANTE não se responsabiliza pelos equipamentos, sistemas, infraestrutura tecnológica ou demais meios utilizados pela CONTRATADA para a emissão dos laudos, os quais são de inteira responsabilidade da própria CONTRATADA, exceto quanto aos sistemas institucionais PACS e RIS, cujo fornecimento e manutenção são de responsabilidade da CONTRATANTE;

1.2.2.19 Para fins de avaliação da qualidade e do desempenho dos serviços prestados, será adotado Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme critérios, indicadores e parâmetros estabelecidos no Termo de Referência, o qual integrará o contrato para todos os efeitos;

1.2.2.20 Para fins de execução dos serviços e correspondente faturamento dos procedimentos realizados no âmbito da telerradiologia, será admitido o seguinte Código Brasileiro de Ocupações (CBO):

Descrição do serviço	Telerradiologia	
Descrição classificação	Médico Radiologista e diagnóstico por imagem	
Grupo	CBO	Descrição
Item 1	2253-20	Médico Radiologista

1.2.2.21 O serviço deverá ser prestado em conformidade com as Resoluções do Conselho Federal de Medicina aplicáveis à prática da telemedicina e da telerradiologia, bem como com a legislação vigente relativa à proteção de dados pessoais e à segurança da informação, especialmente a Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD)

1.2.2.22 Para fins de execução contratual, a CONTRATADA deverá comprovar a adoção de medidas mínimas de governança em proteção de dados pessoais e segurança da informação, compatíveis com o tratamento de dados pessoais sensíveis na área da saúde, nos termos da Lei nº 13.709/2018 (LGPD).

Deverão ser apresentados, no mínimo:

- Política institucional de proteção de dados pessoais ou documento equivalente;
- Termo de confidencialidade firmado pelos profissionais envolvidos na execução contratual;
- Indicação de responsável pelo tratamento de dados pessoais (encarregado ou função equivalente), com canal de contato institucional;

1.2.2.22.1 A comprovação poderá ocorrer mediante apresentação de documentos institucionais, declarações formais ou outros meios idôneos, passíveis de verificação pela CONTRATANTE.



1.2.2.22.2 Na hipótese de a comprovação inicial ocorrer por meio de declarações formais, a CONTRATADA deverá apresentar, no prazo de até 60 (sessenta) dias contados da assinatura do contrato, documentação complementar apta a demonstrar a efetiva adoção das medidas mínimas de governança em proteção de dados pessoais e segurança da informação previstas no item 1.2.2.22, incluindo, quando aplicável, política institucional de proteção de dados pessoais ou documento equivalente, termo de confidencialidade firmado pelos profissionais envolvidos na execução contratual e indicação de responsável institucional para interlocução com a CONTRATANTE em matéria de proteção de dados pessoais. O não atendimento injustificado dessa obrigação poderá ensejar a adoção das medidas administrativas e contratuais cabíveis, inclusive aplicação de penalidades, observado o devido processo administrativo e as disposições do item 12 do instrumento contratual.

1.2.2.22.3 A CONTRATANTE poderá, a qualquer tempo, solicitar complementação de informações ou realizar auditoria para verificação da conformidade das medidas adotadas.

1.2.2.23 Para fins de aplicação da Lei nº 13.709/2018 (LGPD), a CONTRATANTE será considerada Controladora dos dados pessoais tratados no âmbito da presente contratação, cabendo-lhe definir as finalidades e os meios do tratamento. A CONTRATADA atuará na condição de Operadora, realizando o tratamento de dados pessoais exclusivamente conforme as instruções da CONTRATANTE e para o estrito cumprimento do objeto contratual.

Parágrafo primeiro. A CONTRATADA compromete-se a não utilizar os dados pessoais para finalidade diversa da execução contratual, sendo vedado o compartilhamento com terceiros sem autorização expressa da CONTRATANTE.

Parágrafo segundo. Em caso de incidente de segurança que possa acarretar risco ou dano relevante aos titulares de dados, a CONTRATADA deverá comunicar imediatamente a CONTRATANTE, prestando todas as informações necessárias para avaliação e eventual notificação aos órgãos competentes.

1.2.2.24 A CONTRATANTE disponibilizará à CONTRATADA o acesso às imagens dos exames realizados (PACS), bem como ao RIS para leitura das solicitações médicas e das informações clínicas indispensáveis à emissão dos laudos, não sendo contemplado o prontuário médico integral do paciente, em conformidade à LGPD, por meio de sua infraestrutura tecnológica existente.

1.2.2.25 Os equipamentos, dispositivos, softwares (exceto PACS e RIS), licenças, links de comunicação, recursos de tecnologia da informação, mobiliário e demais acessórios necessários para a execução das atividades de telerradiologia, incluindo aqueles utilizados pelos profissionais responsáveis pela emissão dos laudos à distância, serão de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA, não cabendo à CONTRATANTE qualquer ônus relacionado ao fornecimento, manutenção ou atualização desses recursos.

1.2.2.26 A definição do fluxo operacional do serviço de telerradiologia, incluindo os procedimentos de comunicação assistencial e interação entre as equipes, deverá ocorrer de forma articulada entre CONTRATANTE e CONTRATADA, no início da execução contratual. Compete à CONTRATANTE estabelecer as diretrizes assistenciais, os critérios de priorização e os fluxos institucionais aplicáveis, cabendo à CONTRATADA adequar sua operação a tais diretrizes e propor ajustes técnicos necessários à execução do serviço. A CONTRATADA deverá, nesse contexto, prestar orientações técnicas quanto à operacionalização dos fluxos definidos, incluindo canais de comunicação, procedimentos para comunicação de achados críticos e suporte técnico-operacional.

1.2.2.26.1 O fluxo operacional deverá ser formalizado e validado entre as partes durante a fase de implantação, com registro documental, não sendo admitida cobrança adicional por tais atividades, por se tratarem de etapas inerentes à adequada execução do objeto contratual.

1.3 DA PADRONIZAÇÃO

1.3.1. A prestação dos serviços deverá observar integralmente as normas técnicas, éticas e regulatórias aplicáveis à prática da telemedicina e da telerradiologia, expedidas pelos órgãos competentes, especialmente pelo Conselho Federal de Medicina, bem como a legislação vigente relativa à certificação digital e à validade jurídica de documentos eletrônicos. Os laudos deverão ser emitidos por médicos regularmente habilitados, com utilização de assinatura digital qualificada, no padrão da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil), assegurando autenticidade, integridade e validade jurídica dos documentos emitidos.

1.4 DA EXECUÇÃO DO SERVIÇO



1.4.1. A realização do serviço contratado deverá ser iniciada 30 (trinta) dias contados a partir da publicação do extrato do contrato no portal nacional de contratações públicas - PNCP, independentemente de ausência ou especificação de forma diversa na proposta.

1.4.1.1 Concluída a fase de implantação e homologação técnica, formalizada por meio de validação pela CONTRATANTE quanto à plena operacionalização dos acessos, fluxos e funcionalidades necessárias à execução do serviço, terá início a prestação em regime contínuo, durante toda a vigência contratual. Durante os primeiros 30 (trinta) dias de funcionamento efetivo, a execução será acompanhada de forma assistida, com monitoramento sistemático dos indicadores de desempenho previstos no Instrumento de Medição de Resultado (IMR), com a finalidade de promover ajustes operacionais e assegurar a estabilização do serviço. Parágrafo único. Durante o período de operação assistida, os indicadores serão apurados regularmente, podendo ser adotado caráter orientativo para fins de adequação operacional, sem prejuízo do registro formal das ocorrências e da rastreabilidade do desempenho da CONTRATADA.

1.4.1.2 Indicadores mínimos de desempenho (IMR)

Para fins de avaliação da execução contratual, a prestação dos serviços deverá observar indicadores mínimos de desempenho compatíveis com o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), contemplando, no mínimo, os seguintes parâmetros:

I. Cumprimento dos prazos de emissão de laudos (SLA - acordo de nível de serviço e TAT): aferição do percentual de laudos emitidos dentro dos prazos máximos estabelecidos por faixa de prioridade assistencial, compreendendo as categorias de urgência (até 30 minutos), prioritário (até 2 horas), rotina acelerada (até 6 horas) e eletivo (até 48 horas), com metas mínimas de desempenho definidas no IMR;

II. Desempenho global ponderado: apuração consolidada do desempenho mensal mediante média ponderada dos indicadores de prazo por criticidade assistencial, conforme metodologia definida no Termo de Referência;

III. Disponibilidade do serviço: monitoramento da disponibilidade contínua da solução de telerradiologia, em regime 24 horas por dia e 7 dias por semana, com meta mínima de disponibilidade mensal não inferior a 99,5%;

IV. Qualidade técnica dos laudos: avaliação da consistência diagnóstica e aderência a protocolos clínicos, incluindo, no mínimo, indicadores de taxa de revisão de laudos mediante solicitação da CONTRATANTE, conformidade técnica dos laudos e auditoria amostral periódica;

V. Tempo de resposta a incidentes: aferição dos tempos de atendimento e resolução de falhas técnicas ou operacionais, conforme níveis de criticidade definidos no acordo de nível de serviço;

VI. Regularidade e rastreabilidade das informações: garantia de que todos os registros de emissão de laudos, tempos de resposta e comunicações assistenciais estejam devidamente registrados em sistemas auditáveis (RIS/PACS ou equivalentes).

1.4.1.2.1 Os indicadores serão apurados mensalmente, com base em dados extraídos dos sistemas institucionais e relatórios operacionais da contratada, observando-se critérios objetivos, automatizados e auditáveis.

1.4.1.2.2 O desempenho da contratada será consolidado por meio de resultado global, cuja aferição servirá de base para aplicação de mecanismos de remuneração variável, glosas ou penalidades, conforme critérios definidos no Termo de Referência.

1.4.1.2.3 Durante o período inicial de 30 (trinta) dias de operação assistida, os indicadores serão monitorados com finalidade de ajuste e estabilização do serviço, sem prejuízo do registro formal dos resultados.

1.4.1.3 Os prazos para emissão dos laudos deverão observar os níveis de prioridade assistencial previamente definidos, assegurando atendimento compatível com a natureza e a urgência dos exames. Em situações excepcionais que possam comprometer o cumprimento dos prazos estabelecidos, a CONTRATADA deverá comunicar formalmente a CONTRATANTE, apresentando justificativa técnica para análise e adoção das medidas cabíveis.

1.4.4 A prestação dos serviços (emissão de laudos) deverá ocorrer em estrita conformidade com os prazos máximos estabelecidos na Tabela 1 e demais disposições deste Termo de Referência, observada a classificação de prioridade assistencial atribuída pela CONTRATANTE no momento da solicitação do exame.

1.4.5 A(s) nota(s) fiscal(is) deverá(ão) discriminar, de forma sintética, o serviço efetivamente prestado no período de competência, observados os itens contratuais correspondentes, e deverá(ão) estar acompanhada(s) de relatório mensal de produção, em formato digital, contendo o detalhamento necessário à conferência da execução contratual, à validação do faturamento e à auditoria dos exames laudados.



1.4.5.1 O relatório mensal de produção deverá discriminar, no mínimo: nome do paciente; número de registro, atendimento, prontuário ou identificador equivalente; item contratual, código ou classificação do exame conforme modalidade e prioridade previstas no contrato; descrição do exame laudado; data e horário de realização ou disponibilização do exame no sistema; data e horário de liberação do laudo definitivo; indicação de cumprimento ou não do prazo contratual aplicável; e eventual justificativa para os casos de não conformidade.

1.4.5.2 O relatório mensal de produção conterá dados pessoais sensíveis em saúde e deverá ser tratado exclusivamente para as finalidades de conferência da execução contratual, auditoria, fiscalização, validação do faturamento, controle assistencial e cumprimento de obrigações legais, observadas as normas de sigilo profissional, segurança da informação e proteção de dados pessoais, especialmente a Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD).

1.4.5.3 A CONTRATADA deverá encaminhar o relatório por meio seguro, previamente definido entre as partes, com acesso restrito aos profissionais autorizados da CONTRATANTE e da CONTRATADA, vedada sua utilização para finalidade diversa da execução contratual ou seu compartilhamento com terceiros não autorizados.

1.4.5.4 A CONTRATANTE adotará medidas administrativas e técnicas compatíveis com a natureza sensível das informações recebidas, limitando o acesso ao relatório aos setores e servidores diretamente envolvidos na fiscalização contratual, auditoria, faturamento, controle assistencial e demais atividades institucionais legalmente autorizadas.

1.4.6 Constatando que o objeto recebido não atende as especificações estipuladas neste Termo de Referência, ou ainda não atenda a finalidade que dele naturalmente se espera, o órgão responsável pelo recebimento expedirá ofício à empresa vencedora, comunicando e justificando as razões da recusa e ainda notificando-a a efetuar a troca dentro do menor prazo possível.

1.4.7 Decorrido o prazo estipulado na notificação, sem que tenha havido a correção do serviço recusado, o órgão solicitante dará ciência, através de Comunicação Interna, a fim de que se proceda a abertura de processo para apuração de responsabilidade, de acordo com as normas contidas na Lei nº 14133/2021 e decreto estadual 10086/2022-PR e alterações, bem como para aplicação das penalidades previstas na legislação.

2. DA JUSTIFICATIVA E DO OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A saúde constitui direito fundamental assegurado pela Constituição Federal de 1988, sendo dever do Estado garantir o acesso universal, integral e contínuo às ações e serviços necessários à sua promoção, proteção e recuperação. No âmbito da assistência hospitalar, os serviços de diagnóstico por imagem assumem papel estratégico na definição de condutas clínicas em situações de urgência, emergência e internação hospitalar. O Hospital Universitário Regional de Maringá – HUM é unidade de assistência à saúde e hospital de ensino, atuando de forma ininterrupta no atendimento à população, com oferta de serviços de média e alta complexidade, além de atividades de ensino, pesquisa e extensão. Entre os serviços assistenciais prestados, destaca-se a realização de exames de diagnóstico por imagem, como radiografias, tomografias computadorizadas e, em fase de implantação, ressonância magnética. Ressalte-se, ainda que o HUM conta com o Pronto Atendimento que atende demanda espontânea e referenciada pela rede municipal e estadual, sendo a disponibilidade de diagnóstico por imagem e de laudos médicos fator crítico para a tomada de decisão clínica em Com base nos Relatórios Sintéticos de Produção dos exercícios de 2024 e 2025, aplicando metodologia estatisticamente rastreável para exclusão de meses atípicos por inoperância técnica no caso da Tomografia Computadorizada (TC), o Hospital Universitário de Maringá apresenta estimativa anual consolidada de 48.550 laudos de radiografia, considerando equipamentos fixos e móveis, e 23.135 laudos de tomografia computadorizada, incluída a angiotomografia. Esse quantitativo corresponde, respectivamente, a uma média aproximada de 4.045 exames mensais de radiografia e 1.928 exames mensais de tomografia, já incorporadas as reservas técnicas para cobertura de variabilidade operacional e backlog administrativo limitado a demandas judiciais e solicitações pretéritas. Quanto à Ressonância Magnética (RM), em razão da implantação de equipamento próprio no curso da vigência contratual, adotou-se estimativa prospectiva institucional com base em 2.900 laudos anuais, incluindo angiorressonância, o que corresponde a média aproximada de 242 exames mensais, considerando crescimento progressivo da produção e reserva técnica compatível com hospital de funcionamento ininterrupto. A soma das modalidades resulta em quantitativo global estimado de 74.981 laudos anuais, dimensionado de forma a evitar subdimensionamento assistencial e a assegurar coerência matemática integral com a memória de cálculo do ETP, sem arredondamentos artificiais. No que se refere à força de trabalho, o HUM mantém médicos radiologistas vinculados por credenciamento de pessoa jurídica, inexistindo cobertura presencial contínua para emissão de laudos em regime de vinte e



quatro horas. Ademais, a crescente segmentação da radiologia em áreas específicas, como neurorradiologia, sistema musculoesquelético, tórax e abdome, associada ao perfil assistencial de hospital universitário de média e alta complexidade, impõe a necessidade de solução contratual que assegure cobertura ininterrupta, cumprimento de prazos diferenciados por criticidade clínica e acesso a subespecialidades não plenamente disponíveis na escala local. Para um hospital com perfil de pronto atendimento, média e alta complexidade, a falta de laudos em tempo oportuno impacta diretamente fluxos críticos (ex.: trauma, sepse, abdome agudo, suspeita de AVC), podendo aumentar tempo de permanência, atrasar condutas e elevar risco de eventos adversos. Assim, a contratação deve assegurar cobertura contínua e tempos máximos de resposta (TAT - turnaround time) aderentes à criticidade assistencial, com mecanismos de priorização e comunicação de achados críticos. Nesse contexto, a Telerradiologia, modalidade de telediagnóstico prevista e regulamentada pela Resolução do Conselho Federal de Medicina nº 2.314, de 20 de abril de 2022, apresenta-se como solução tecnicamente adequada e amplamente adotada em hospitais públicos e privados, inclusive em hospitais universitários e em unidades federais geridas pela Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares – EBSEH. Essa modalidade permite a emissão de laudos à distância, por médicos radiologistas com Registro de Qualificação de Especialista, assegurando agilidade diagnóstica, continuidade assistencial e apoio às equipes clínicas locais. Apresentam-se, nesta nota de rodapé3, alguns exemplos de editais de licitação referente à contratação de telerradiologia. A contratação pretendida visa, portanto, assegurar a emissão de laudos para a totalidade dos exames de imagem realizados no HUM, incluindo exames eletivos e de urgência, com especial atenção aos casos críticos, de modo a garantir suporte diagnóstico oportuno e qualificado à assistência prestada. A disponibilidade contínua de laudos mostra-se especialmente relevante em situações clínicas críticas, nas quais o tempo de resposta diagnóstica impacta diretamente a tomada de decisão terapêutica e os desfechos assistenciais.

A contratação tem por finalidade:

- I. Assegurar a emissão integral de laudos médicos para a totalidade dos exames de radiografia, tomografia computadorizada e ressonância magnética realizados pelo Hospital Universitário de Maringá, evitando acúmulo de exames sem laudo e prejuízos à condução clínica dos pacientes;
- II. Garantir a emissão tempestiva de laudos, compatível com a criticidade assistencial dos casos, incluindo exames em regime de urgência e emergência, com tempos de resposta adequados a situações de alta complexidade, como suspeita de acidente vascular cerebral, demais urgências, exames de pacientes internados e atendimentos ambulatoriais, conforme critérios assistenciais definidos pelo médico solicitante;
- III. Assegurar acesso contínuo e ininterrupto a médicos radiologistas, em regime de 24 horas por dia, sete dias por semana, contemplando diferentes subespecialidades da radiologia, de modo a mitigar riscos assistenciais, evitar lacunas na cobertura diagnóstica e garantir maior resolutividade, segurança e qualidade na assistência prestada à população atendida pelo Hospital Universitário de Maringá.
- IV. Garantir, além da emissão do laudo, a disponibilidade de radiologista para discussão de casos e comunicação de achados críticos (via canal dedicado), em regime 24/7, com rastreabilidade de contato e registro no RIS/PACS;
- V. Reduzir risco de reprovações e inconsistências de codificação/faturamento SUS, garantindo laudos aderentes aos códigos/procedimentos (SIGTAP) e relatórios gerenciais para auditoria.

A futura contratação está prevista no Plano de Contratação Anual do Estado do Paraná – PCAE 2026, disponibilizado no endereço eletrônico <https://www.planejamento.pr.gov.br/Pagina/Plano-de-Contratacoes-Anual-do-Estado-PCA-E-2026> [PCA Universidade Estadual de Maringá – UEM], a saber:

Item	Descrição	Número de ordem
1	LAUDOS EXAMES DE IMAGEM – CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM TELEMEDICINA PARA FORNECER LAUDOS PARA OS EXAMES DE RAIOS X, TOMOGRAFIA E RESSONANCIA MAGNÉTICA	10267



3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO:

3.1 As especificações da solução são as constantes no item 1. deste termo de referência.

3.2 A contratação de empresa especializada para a prestação de serviços médicos de emissão de laudos à distância (telediagnóstico – telerradiologia), relativos a exames de imagem de Raios X, Tomografia Computadorizada e Ressonância Magnética, a serem realizados com base nas imagens e informações clínicas disponibilizadas pela CONTRATANTE, por meio de seus sistemas de gerenciamento de imagens (PACS) e de Informação em Radiologia (RIS), pelo prazo de 12 (doze) meses, com cobertura 24 horas por dia e 7 dias por semana, e cumprimento de Acordos de Nível de Serviço (SLA – Service Level Agreement), entendidos como os padrões mínimos de desempenho contratualmente estabelecidos, incluindo tempos máximos de resposta por criticidade assistencial, aferidos por meio do Turnaround Time (TAT), definido como o intervalo entre a disponibilização do exame no sistema e a liberação do laudo definitivo, incluindo, ainda, a comunicação de achados críticos e a apresentação, pela CONTRATADA, de relatórios gerenciais periódicos para fins de auditoria, fiscalização contratual e acompanhamento de desempenho, sem prejuízo da extração de dados pela CONTRATANTE a partir de seus sistemas institucionais.

A solução consiste na contratação de serviço médico especializado de telerradiologia para emissão de laudos à distância de exames de radiografia, tomografia computadorizada e ressonância magnética, por meio dos sistemas institucionais PACS e RIS do HUM, garantindo segurança da informação, rastreabilidade e conformidade com a legislação vigente.

A contratação será mediante licitação pelo menor preço, com execução contínua de 24 (vinte e quatro) horas/dia e 7 (sete) dias por semana, de forma ininterrupta, incluindo sábados, domingos e feriados.

O volume estimado de exames consta no item 1 do Termo de Referência

A empresa deve possuir infraestrutura e recursos humanos suficientes para a execução do serviço.

4 PESQUISA DE PREÇOS

4.1 ATESTAMOS que a pesquisa de preços foi realizada em conformidade com o art. 368 do Decreto Estadual nº 10.086/2022 e art. 23 da Lei Federal nº 14.133/2021. Os meios utilizados para a pesquisa de preço de mercado, considerando as características do serviço, foram:

● **Inciso I** (Decreto Estadual nº 10.086/2022) - Ressalta-se que bancos de preços (Painel de Preços – PDP, Banco de Preços em Saúde – BPS), bem como relatórios extraídos do sistema GMS não refletem de forma adequada o valor unitário dos itens, uma vez que a presente contratação contempla múltiplas modalidades de exames diagnósticos, usualmente contratadas de forma conjunta sob a denominação de “serviço de telerradiologia – emissão de laudos à distância para exames de imagem”, não havendo, nesses sistemas, códigos unitários individualizados para cada tipo de exame.

Durante a consulta ao Painel de Preços, foram identificados diversos editais referentes à contratação de serviços de telerradiologia. Todavia, após análise pormenorizada, constatou-se que a maioria desses editais refere-se exclusivamente à emissão de laudos de exames de raios X, tomografia computadorizada e, em alguns casos, mamografia, não contemplando, de forma clara e objetiva, a emissão de laudos de ressonância magnética;

● **Inciso II** - Pesquisa de contratos semelhantes em outros órgãos públicos;

● **Inciso III** - Para os itens deste processo, não há dados de pesquisa de preços publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo estadual ou federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo;

● **Inciso IV** - Pesquisa com fornecedores em potencial, mediante solicitação de cotação de preços via e-mail à 03 fornecedores de abrangência nacional que prestam serviços equivalentes;

● **Inciso V** - Não foram encontrados resultados relativos a notas fiscais para os itens do processo;

● **Inciso VI** – Não há tabelas oficiais para os itens do processo;

Após a análise dos preços recebidos e coletados, a verificação de que os preços máximos definidos condizem com os praticados no mercado foi realizada por meio de:

● Comparação com valores encontrados em pregões e contratos de outras instituições públicas;

● Comparação dos valores cotados entre fornecedores;

O “menor preço” constitui apenas uma das referências do mercado, não refletindo, isoladamente, o comportamento do mercado como um todo. Nesse sentido, compreende-se que o preço de mercado é mais bem representado pela média ou mediana, a depender da análise individual dos valores obtidos, por se tratarem de medidas de tendência central, capazes de representar de forma mais robusta os preços praticados.

O critério adotado para definição do preço máximo **variou conforme a análise estatística individual de cada item**, tendo sido utilizados, **de forma justificada**, o **valor médio ou o valor mediano**, a depender da dispersão dos preços coletados, da existência de valores discrepantes e do comportamento do mercado para cada modalidade de exame.

Por fim, ressalta-se que eventuais variações de valores identificadas em atas ou contratos de outros órgãos podem decorrer de fatores como volume contratado por modalidade de exame, quantitativo global do contrato e escopo específico dos serviços incluídos, estando em consonância com o entendimento do Tribunal de Contas da União – TCU, expresso no Acórdão nº 4.952/2012, segundo o qual “o menor preço deve ser utilizado apenas quando, por motivo justificável, não for mais vantajoso fazer uso da média ou da mediana”.

Neste sentido, **para os itens 1, 3, 4, 5 e 6 optou-se pela MÉDIA**, para os quais este valor refletiu uma representação equilibrada dos valores de mercado, justificada pela sua capacidade de equilibrar a busca pelo menor preço com a garantia da qualidade e da exequibilidade da proposta. **Para os itens 2, 7, 8, 9, 10, 11, 12 e 13 optou-se pela MEDIANA**, pois essa métrica é recomendada em situações onde há grande disparidade entre os preços coletados, e minimiza o impacto de valores atípicos, proporcionando uma estimativa mais realista.

A definição de valores com pouca margem em relação ao mercado pode levar ao fracasso dos itens no momento da disputa, bem como diminuir o número de fornecedores interessados em participar do processo. Acredita-se, ainda, que os valores definidos possibilitam participação de mais empresas e oportuniza disputa de propostas, que pode levar à diminuição de valor final do processo.

PLANILHA DE CUSTO							PREÇO MÁXIMO ADOTADO	
LOTE	ITEM	APRESENT.	QTDE	CÓD. CATMAT/SE R	CÓD. GMS	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	Critério Utilizado: (X) Média (X) Mediana	
							R\$ Unit.	TOTAL
1	1	UNID.	18206	876	0805-113779	LAUDO DE RAIOS X (2 HRS - URGÊNCIA)	R\$ 10,88	R\$ 198.081,28
	2	UNID.	22576	876	0805-113780	LAUDO DE RAIOS X (6 HORAS)	R\$ 9,26	R\$ 209.053,76
	3	UNID.	7768	876	0805-113781	LAUDO DE RAIOS X (48 HORAS)	R\$ 9,88	R\$ 76.747,84
	4	UNID.	11910	876	0805-113782	LAUDO DE TOMOGRAFIA (2 HRS - URGÊNCIA)	R\$ 49,31	R\$ 587.282,10
	5	UNID.	10298	876	0805-113783	LAUDO DE TOMOGRAFIA (6 HRS)	R\$ 53,42	R\$ 550.118,16
	6	UNID.	179	876	0805-113784	LAUDO DE TOMOGRAFIA (48 HORAS)	R\$ 48,09	R\$ 8.608,11
	7	UNID.	220	876	0805-113785	LAUDO TOMOGRAFIA AVC (30 MINUTOS)	R\$ 50,00	R\$ 11.000,00
	8	UNID.	528	876	0805-113786	LAUDO ANGIOTOMOGRAFIA (2 HORAS)	R\$ 74,22	R\$ 39.188,16
	9	UNID.	290	876	0805-113787	LAUDO RESSONANCIA MAGNÉTICA (2 HORAS)	R\$ 64,00	R\$ 18.560,00
	10	UNID.	1160	876	0805-113788	LAUDO RESSONANCIA MAGNÉTICA (6 HORAS)	R\$ 70,00	R\$ 81.200,00
	11	UNID.	1362	876	0805-113789	LAUDO RESSONANCIA MAGNÉTICA (48 HORAS)	R\$ 62,00	R\$ 86.304,00
	12	UNID.	58	876	0805-113790	LAUDO RESSONANCIA MAGNÉTICA AVC (30 MINUTOS)	R\$ 65,00	R\$ 3.770,00
	13	UNID.	396	876	0805-113791	LAUDO ANGIORESSONANCIA MAGNÉTICA (2 HORAS)	R\$ 88,31	R\$ 34.970,76
						TOTAL LOTE 01		R\$ 1.904.885,17

5 PARCELAMENTO DO OBJETO

5.1 Em regra, as contratações devem ser realizadas por item, de modo a preservar a competitividade e a isonomia no certame, conforme previsto na legislação licitatória. Todavia, quando o fracionamento do objeto comprometer a coerência técnica da solução, a eficiência operacional ou a economicidade global da contratação, é juridicamente admissível a adoção de objeto único, desde que devidamente justificado.



Compete à Administração buscar o menor dispêndio possível de recursos públicos, assegurando simultaneamente a qualidade e a regularidade da prestação do serviço. Essa finalidade exige a definição de solução tecnicamente integrada, especialmente quando a execução fragmentada possa gerar sobreposição de responsabilidades, conflitos operacionais ou aumento de risco assistencial.

No presente caso, o fracionamento do objeto não se mostra viável, considerando que o serviço deverá operar com fila única de exames em regime contínuo 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, com gestão centralizada de prioridades assistenciais, SLAs e indicadores de desempenho vinculados a Instrumento de Medição de Resultado (IMR) único. A divisão por modalidade (radiografia, tomografia e ressonância magnética) ou por tipo de SLA poderia comprometer a uniformidade dos critérios de classificação, a coerência dos tempos de resposta e a rastreabilidade operacional.

Além disso, a existência de múltiplas contratadas implicaria fragmentação da cadeia de custódia dos dados assistenciais, aumento do risco de inconsistências na guarda e no tráfego das informações, potencial divergência de padrões técnicos e terminologia nos laudos, bem como complexidade adicional na fiscalização contratual e na apuração de responsabilidades. Tal cenário poderia comprometer a padronização diagnóstica, a segurança da informação e a qualidade assistencial.

Dessa forma, conclui-se que o objeto não é divisível sob o ponto de vista técnico e operacional, devendo a contratação abranger de forma unificada todas as modalidades de exames de imagem (RX, TC e RM), a fim de assegurar padronização, integridade do fluxo assistencial, governança unificada dos indicadores de desempenho e maior eficiência na gestão contratual.

6 SUSTENTABILIDADE

6.1 O contratado adotará as seguintes práticas e/ou critérios de sustentabilidade, conforme o art. 361 e 362 do Decreto n.º 10.086, de 2022:

A contratada deverá:

- I – Adotar soluções tecnológicas que priorizem o baixo consumo de energia e a eficiência operacional;
- II – Utilizar infraestrutura de processamento de dados com práticas de sustentabilidade ambiental;
- III – Garantir a digitalização integral dos exames e laudos, vedado o uso de mídias físicas, salvo justificativa técnica;
- IV – Implementar política de descarte ambientalmente adequado de equipamentos e resíduos eletrônicos;
- V – Assegurar interoperabilidade dos sistemas, evitando obsolescência tecnológica e desperdício de recursos;
- VII – Adotar medidas que reduzam a emissão de carbono e o deslocamento físico de pacientes e profissionais.

7 CONTRATAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

7.1 Nos termos do art. 49, inciso III, da Lei Complementar nº 123/2006, o tratamento diferenciado e simplificado destinado às microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais não deverá ser aplicado quando não for vantajoso para a Administração ou quando representar prejuízo ao objeto da contratação.

No caso da presente contratação, a execução do serviço exige cobertura assistencial ininterrupta 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, com disponibilidade simultânea de múltiplas subespecialidades radiológicas, estrutura tecnológica apta para uso de sistema PACS (PIXEON Aurora) e RIS institucional, bem como requisitos formais de segurança da informação e conformidade com a Lei nº 13.709/2018 (LGPD). Tais exigências pressupõem capacidade operacional contínua, corpo clínico dimensionado e infraestrutura tecnológica robusta.

Diante dessas características, eventual exclusividade ou benefício que restrinja a competição pode comprometer a ampla participação de empresas tecnicamente qualificadas e a execução regular do serviço, não se revelando vantajoso para a Administração.

Não se afasta, contudo, a participação de microempresas, empresas de pequeno porte ou microempreendedores individuais que comprovem o atendimento integral aos requisitos técnicos, operacionais e



estruturais estabelecidos, assegurado o tratamento diferenciado nos termos da legislação, quando compatível com a natureza e complexidade do objeto.

8 CLASSIFICAÇÃO DOS BENS E SERVIÇOS COMUNS

8.1 O objeto dessa licitação é classificado como serviço comum, pois possui especificação usual de mercado e padrão de qualidade definidas em edital, conforme estabelece o inciso XIII do art. 6º da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

9 REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO.

9.1 Conforme **itens 1.1 e 1.2** do Termo de Referência

9.2 A duração inicial do contrato é de 12 (doze) meses.

9.3 Além dos pontos acima, o adjudicatário deverá apresentar declaração de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço como requisito para celebração do contrato.

10 OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO E DO CONTRATANTE

10.1 São obrigações do Contratado:

10.1.1 executar os serviços conforme especificações contidas no termo de referência, no edital de licitação e seus anexos, bem como na sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade lá especificadas;

10.1.2 reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

10.1.3 responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990), ficando o Contratante autorizado a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos ao Contratado, o valor correspondente aos danos sofridos;

10.1.4 utilizar empregados habilitados e com conhecimento dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

10.1.5 responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade ao contratante;

10.1.6 instruir os empregados da observância obrigatória das normas internas da Administração, salvo disposição que especificamente os dispense;

10.1.7 relatar ao Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;

10.1.8 não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de 16 (dezesesseis) anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de 14 (quatorze) anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

10.1.9 manter-se, durante a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, e com as condições exigidas para a habilitação na licitação, ou para a qualificação na contratação direta;

10.1.10 manter atualizado os seus dados no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná, conforme legislação vigente;

10.1.11 guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do Contrato;

10.1.12 arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando houver:

10.1.12.1 superveniência de fato excepcional ou imprevisível, ou previsível de consequências incalculáveis, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução do contrato;

10.1.12.2 retardamento na expedição da ordem de execução do serviço ou autorização de fornecimento,



interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo do trabalho, por ordem e no interesse da Administração;

10.1.12.3 aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos por esta Lei;

10.1.12.4 impedimento de execução do contrato por fato ou ato de terceiro reconhecido pela Administração em documento contemporâneo à sua ocorrência;

10.1.12.5 omissão ou atraso de providências a cargo da Administração, inclusive quanto aos pagamentos previstos de que resulte, diretamente, impedimento ou retardamento na execução do contrato, sem prejuízo das sanções legais aplicáveis aos responsáveis.

10.2 São obrigações do Contratante:

10.2.1 receber o objeto no local, prazo e nas condições estabelecidas no termo de referência, no edital de licitação e seus anexos, bem como na proposta;

10.2.2 exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo contratado no termo de referência, no edital de licitação e seus anexos, bem como na proposta;

10.2.3 verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido provisoriamente com as especificações constantes do termo de referência, do edital de licitação e seus anexos, bem como da proposta, para fins de aceitação e, após, para o recebimento definitivo;

10.2.4 comunicar ao contratado, por escrito, as imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas, fixando prazo para a sua correção;

10.2.5 acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações do contratado, por intermédio de comissão ou servidor especialmente designado;

10.2.6 efetuar o pagamento ao contratado no valor correspondente ao efetivo fornecimento do objeto ou à efetiva execução do serviço ou etapa do serviço, no prazo e forma estabelecidos no termo de referência, no edital de licitação e seus anexos e no contrato;

10.2.7 efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da nota fiscal e fatura fornecidas pelo contratado, no que couber;

10.2.8 emitir decisão sobre as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do contrato;

10.2.9 ressarcir o contratado, nos casos de extinção de contrato por culpa exclusiva da Administração, pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, além de devolver a garantia, quando houver, e efetuar os pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção e pelo custo de eventual desmobilização;

10.2.10 adotar providências necessárias para a apuração das infrações administrativas, quando se constatar irregularidade que configure dano à Administração, além de remeter cópias dos documentos cabíveis ao Ministério Público competente, para a apuração dos ilícitos de sua competência;

11 GARANTIA DE EXECUÇÃO

11.1 Não haverá exigência de garantia contratual de execução, considerando que a prestação dos serviços será remunerada por demanda efetivamente executada, em regime de preço unitário, mediante pagamento apenas dos exames efetivamente laudados e regularmente comprovados.

11.2 O pagamento ficará condicionado à apresentação da(s) respectiva(s) nota(s) fiscal(is), acompanhada(s) do relatório mensal de produção previsto no item 1.4.5 e seus subitens deste Termo de Referência, bem como à conferência e ao atesto da execução pela CONTRATANTE, observadas as disposições da Lei nº 14.133/2021, do Decreto Estadual nº 10.086/2022-PR e demais normas aplicáveis.

11.3 A dispensa de garantia contratual não afasta a responsabilidade da CONTRATADA pelo integral cumprimento das obrigações assumidas, pela qualidade técnica dos laudos emitidos, pela observância dos prazos contratuais, pela proteção dos dados pessoais tratados e pela sujeição às glosas, penalidades e demais medidas administrativas cabíveis em caso de descumprimento contratual.



12 FORMA DE PAGAMENTO

12.1 O pagamento de cada fatura deverá ser realizada em um prazo não superior a 30 (trinta) dias contados a partir do atesto da Nota Fiscal, após comprovado o adimplemento do Contratado em todas as suas obrigações, já deduzidas as glosas e notas de débitos e mediante verificação do Certificado de Regularidade Fiscal (CRF), emitido por meio do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços – GMS, destinado a comprovar a regularidade com os Fiscos Federal, Estadual (inclusive do Estado do Paraná para licitantes sediados em outro Estado da Federação) e Municipal, com o FGTS, INSS e negativa de débitos trabalhistas (CNDT), observadas as disposições do Termo de Referência.

12.2 Nenhum pagamento será efetuado sem a apresentação dos documentos exigidos, bem como enquanto não forem sanadas irregularidades eventualmente constatadas na nota fiscal, no fornecimento dos bens ou no cumprimento de obrigações contratuais.

12.2.1 Os pagamentos ficarão condicionados à prévia informação pelo credor, dos dados da conta-corrente junto à instituição financeira Contratado pelo Estado, conforme o disposto no Decreto n.º 4.505, de 2016, ressalvadas as exceções previstas no mesmo diploma legal.

12.3 O prazo estabelecido no item 11.1 ficará suspenso na hipótese prevista no item 12.4.1 das Condições Gerais do Pregão.

12.3.1. Decorrido o prazo de adimplemento da multa, caso esta não tenha sido paga, os valores serão descontados da fatura apresentada.

12.4 As notas fiscais devem ser emitidas em nome da UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ – CNPJ 79.151.312/0001-56, e/ou FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE DO PARANÁ / FUNSAÚDE – CNPJ 08.597.121/0001-74 e/ou outra dotação/CNPJ conforme indicação da Nota de Empenho / Ordem de Fornecimento; constando número da licitação.

12.5 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Contratado não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6/100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

12.6 O pagamento a ser efetuado ao Contratado, quando couber, estará sujeito às retenções na fonte de tributos, inclusive contribuições sociais, de acordo com os respectivos normativos.

12.7 Os pagamentos devidos ao Contratado restringem-se aos quantitativos de serviços efetivamente prestados.

13 DO REAJUSTAMENTO

13.1 Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano, com data-base vinculada à data do orçamento estimado.

13.2 Após o interregno de um ano, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pela CONTRATANTE, do **índice IPCA** exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

Após o interregno de um ano, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pela CONTRATANTE, do índice **IPCA/IBGE**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

A metodologia adotada para a definição do índice foi o estudo comparativo dos principais índices nos últimos 04 (quatro) anos, verificando-se que ocorreu pouca variação entre o total acumulado dos três índices APESAR do índice **IGP-M** apresentar a menor alta no último ano em relação aos outros índices analisados, a projeção do IPCA para o ano é menor, ficando o índice em torno de $\approx 3,50\%$ a $3,60\%$ e o IGP-M em torno de $\approx 3,9\%$ a $4,5\%$. Já o INPC apresenta neste momento o menor índice, sendo a média do índice dos últimos quatro anos de $4,5775\%$, estando neste momento abaixo do IPCA. Porém, note-se que o IPCA é o índice que apresenta a maior constância (linearidade), não sofrendo grandes flutuações, ao contrário dos demais índices listados.

ANO	IPCA/IBGE	IGP-M	IPC/FIPE	INPC
2022	5,79	5,45	7,32	5,93
2023	4,62	-3,17	3,15	3,71
2024	4,56	6,86	4,68	4,77
2025	4,26	-1,05	3,83	3,89

Além disso, o boletim *focus* do Banco central demonstra, na estimativa para os próximos três anos, que o IPCA/IBGE é o índice que terá a menor alta para os próximos exercícios.

 Focus Relatório de Mercado		Expectativas de Mercado										16 de janeiro de 2026																					
		▲ Aumento ▼ Diminuição = Estabilidade																															
Mediana - Agregado		2026								2027								2028								2029							
		Há 4 semanas	Há 1 semana	Hoje	Comp. semanal *	Resp. **	5 dias úteis	Resp. ***	Há 4 semanas	Há 1 semana	Hoje	Comp. semanal *	Resp. **	5 dias úteis	Resp. ***	Há 4 semanas	Há 1 semana	Hoje	Comp. semanal *	Resp. **	5 dias úteis	Resp. ***	Há 4 semanas	Há 1 semana	Hoje	Comp. semanal *	Resp. **	5 dias úteis	Resp. ***				
IPCA (variação %)		4,06	4,05	4,02	▼ (2)	150	4,02	51	3,80	3,80	3,80	▼ (11)	139	3,80	44	3,50	3,50	3,50	▼ (11)	118			3,50	3,50	3,50	▼ (20)	110						
PIB Total (variação % sobre ano anterior)		1,80	1,80	1,80	▼ (6)	118	1,78	39	1,81	1,80	1,80	▼ (3)	91	1,80	30	2,00	2,00	2,00	▼ (97)	85			2,00	2,00	2,00	▼ (44)	83						
Câmbio (R\$/US\$)		5,50	5,50	5,50	▼ (14)	121	5,50	44	5,50	5,50	5,50	▼ (12)	106	5,52	40	5,51	5,52	5,52	▼ (3)	87			5,56	5,57	5,57	▼ (1)	83						
Selic (% a.a.)		12,25	12,25	12,25	▼ (4)	146	12,00	51	10,50	10,50	10,50	▼ (49)	128	10,50	45	9,75	9,68	10,00	▲ (2)	108			9,50	9,50	9,50	▼ (12)	104						
IGP-M (variação %)		3,99	3,92	3,92	▼ (1)	72	3,89	24	4,00	4,00	4,00	▼ (53)	65	4,00	23	3,85	3,85	3,85	▼ (7)	59			3,73	3,70	3,70	▼ (1)	54						
IPCA Administrados (variação %)		3,71	3,75	3,75	▼ (1)	93	3,82	32	3,70	3,71	3,71	▼ (2)	75	3,96	25	3,50	3,50	3,50	▼ (8)	57			3,50	3,50	3,50	▼ (27)	56						
Conta corrente (US\$ bilhões)		-67,05	-67,45	-67,90	▼ (2)	39	-67,88	14	-65,00	-65,00	-65,00	▼ (6)	35	-65,00	14	-63,00	-63,00	-64,00	▼ (1)	26			-65,89	-65,50	-65,00	▼ (2)	25						
Balança comercial (US\$ bilhões)		66,10	66,00	66,70	▲ (1)	39	67,15	14	70,00	70,00	70,00	▼ (5)	34	70,50	14	70,00	70,00	70,00	▼ (6)	25			70,00	70,00	70,00	▼ (9)	22						
Investimento direto no país (US\$ bilhões)		72,40	74,35	75,00	▲ (2)	37	75,00	14	76,68	78,55	78,60	▲ (2)	35	78,25	14	78,70	80,00	80,00	▼ (1)	26			80,00	80,00	80,00	▼ (4)	25						
Divida líquida do setor público (% do PIB)		70,25	70,32	70,36	▲ (2)	52	70,45	18	73,77	73,85	73,80	▼ (1)	45	73,93	18	76,00	76,00	76,00	▼ (7)	41			77,86	78,00	78,00	▼ (1)	37						
Resultado primário (% do PIB)		-0,60	-0,53	-0,53	▼ (1)	62	-0,58	22	-0,34	-0,34	-0,30	▼ (2)	53	-0,32	20	-0,16	-0,19	-0,18	▲ (1)	43			0,03	0,00	0,03	▲ (1)	42						
Resultado nominal (% do PIB)		-8,70	-8,61	-8,60	▼ (2)	52	-8,70	19	-7,85	-7,85	-7,80	▼ (2)	43	-8,03	17	-7,00	-7,20	-7,20	▼ (2)	36			-6,72	-6,90	-6,92	▼ (2)	34						
* comportamento dos indicadores desde o Focus-Relatório de Mercado anterior; os valores entre parênteses expressam o número de semanas em que vem ocorrendo o último comportamento ** respondentes nos últimos 30 dias *** respondentes nos últimos 5 dias úteis																																	
		2026				2027				2028				2029																			

Fonte: <https://www.bcb.gov.br/content/focus/focus/R20260116.pdf> (Acesso em: 19/01/2026)

Os preços inicialmente contratados serão fixos e irreajustáveis no prazo de um ano, com data-base vinculada à data do orçamento estimado, que é **07/11/2025, data esta que se refere ao mapa de formação de preço** por meio do qual foi realizada a pesquisa de mercado.

13.2.1 O contratado ao assinar aditivo ao contrato mantendo as demais cláusulas em vigor, sem ressalva em relação ao reajustamento de preços, importará renúncia quanto às parcelas reajustáveis anteriores ao aditivo.

13.3 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

13.4 No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

13.5 Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

13.6 Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

13.7 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

13.8 O reajuste será realizado por apostilamento.

13.8.1 Não serão admitidos apostilamentos com efeitos financeiros retroativos à data da sua assinatura.

13.8.2 A concessão de reajustes não pagos na época oportuna será apurada por procedimento próprio.

13.9 Se, juntamente do reajustamento, houver a necessidade de prorrogação de prazo e/ou acréscimo e/ou



supressão de serviços, é possível formalizá-lo no mesmo termo aditivo.

14 REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

Os requisitos de habilitação são aqueles previstos nos Documentos de Habilitação (Anexo II do Edital).

15 ALTERAÇÃO SUBJETIVA

15.1 É admissível a continuidade do Contrato administrativo quando houver fusão, cisão ou incorporação do Contratado com outra pessoa jurídica, desde que:

15.1.1 sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original;

15.1.2 sejam mantidas as demais cláusulas e condições do Contrato; e

15.1.3 não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja anuência expressa da Administração à continuidade do Contrato.

15.2 A alteração subjetiva a que se refere o item 15.1 deverá ser formalizada por meio de termo aditivo ao contrato.

16 CONTROLE DA EXECUÇÃO

16.1 O serviço terá início em após a publicação do contrato assinado.

16.2 Os serviços devem ser recebidos provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico, no prazo de 3 (três) dias.

16.2.2 Cabe ao fiscal do Contrato avaliar o caso concreto para o fim de fixar prazo para as correções.

16.3 Nos termos do art. 359 do Decreto Estadual n.º 10.086/2022, poderá ser dispensado o recebimento provisório nos serviços até o valor previsto no inciso II do art. 75, da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, desde que não se componham de aparelhos, equipamentos e instalações sujeitos à verificação de funcionamento e produtividade.

16.4 Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

16.4.1 Na hipótese da verificação a que se refere o item anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

16.5 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do fornecimento do objeto ou do serviço, nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

16.6 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando estiverem em desacordo com as especificações constantes do termo de referência, da proposta ou do contrato, podendo ser fixado pelo fiscal do contrato, avaliado o caso concreto, um prazo para a substituição do bem, ou o refazimento do serviço, à custa do contratado, e sem prejuízo da aplicação das penalidades.

17 DOS CRITÉRIOS DE AFERIÇÃO E MEDIÇÃO PARA FATURAMENTO

17.1 A avaliação da execução do objeto utilizará o instrumento de medição de resultados, mensalmente, e será balizada pela comprovação da correta prestação do serviço contratado e o atendimento dos níveis de serviço e indicadores de desempenho, com a aplicação dos critérios de aceitação e glosa, conforme a faixa de desempenho da CONTRATADA:

- a) Excelente: acima de 98%, pagamento de 100% da fatura do mês;
- b) Adequado: de 95% até 97,99%, pagamento de 95% da fatura do mês;
- c) Regular: de 90% até 94,99%, pagamento de 90% da fatura do mês;
- d) Insatisfatório: abaixo de 90%, pagamento de 85% da fatura do mês ou pagamento da produção



apresentada, se a produção for menor que 85% do valor previsto para pagamento da parcela mensal do contrato.

18 SUBCONTRATAÇÃO

18.1 Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

19. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.

19.1 A presente contratação está prevista no Plano de Contratação Anual do Estado do Paraná – PCA-E 2026, disponibilizado no endereço eletrônico:

<https://www.planejamento.pr.gov.br/Pagina/Plano-de-Contratacoes-Anual-do-Estado-PCA-E-2026>

([https://www.planejamento.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2025-07/4532 - uem_pca_2026.pdf](https://www.planejamento.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2025-07/4532_-_uem_pca_2026.pdf))

19.2 - As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Estado deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

- UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ – CNPJ 79.151.312/0001-56 – dotação 4532.12.364.34.8077; e/ou

- Outra dotação/CNPJ a critério da UEM/HUM.

20. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

20.1 O licitante/fornecedor e o contratado que incorram em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021 e nos arts. 193 ao 227 do Decreto nº 10.086, de 17 de janeiro 2022, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B, do Título XI, do Código Penal.

21. DECRETO ESTADUAL Nº 10.086, de 2022.

21.1 Os servidores que subscrevem este Termo de Referência atestam que observaram integralmente a regulamentação estabelecida pelo Decreto nº 10.086, de 2022 e as orientações constantes da Minuta Padronizada aprovada pelo Procurador-Geral do Estado do Paraná.

Servidor responsável pela elaboração do Termo de Referência:

datado e assinado digitalmente

Sérgio Luiz de Godoy
Agente de Execução
Diretoria Médica



ANEXO II

DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

1. O licitante convocado para apresentar os documentos de habilitação, deverá entregar, no prazo máximo de 2 [duas] horas (prorrogável por igual período a critério do pregoeiro), a contar da notificação, os documentos de habilitação, os quais devem ser enviados por processo eletrônico de comunicação à distância conforme estabelecido no presente Edital:

1.1 O licitante que for cadastrado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, do Governo Federal ou no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná – CAUFPR, emitido pela Gestão de Materiais e Serviços (GMS), ficará dispensado da apresentação dos documentos de habilitação que constam no item 1.2, contemplados nos referidos cadastramentos.

1.1.1 É dever do licitante atualizar previamente os documentos constantes no SICAF ou GMS para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública.

1.1.2 O pregoeiro verificará eletronicamente a situação cadastral, **não devendo constar nenhum impedimento ou suspensão vigente de licitar no SICAF (Art. 14, inc. III da Lei 14133/2021)**, sendo que os documentos que não estiverem contemplados e ou/válidos nos referidos cadastramentos, deverão ser apresentados pelo licitante dentro do prazo de validade, sob pena de inabilitação, salvo aqueles acessíveis para consultas em *sítios* oficiais que poderão ser consultados pelo pregoeiro.

1.1.3 Para formalização da contratação, o licitante vencedor deste certame, caso não tenha, DEVERÁ se cadastrar no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná – CAUFPR/GMS.

1.1.2 Os documentos de habilitação de que se trata este anexo são:

1.1.2.1 CERTIFICADO DE REGULARIDADE DE REGISTRO CADASTRAL de fornecedor, que poderá ser feito e emitido pelo Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), no portal <https://pncp.gov.br/>, e os documentos abaixo descritos, salvo os já estejam contemplados e válidos no referido certificado ou que estejam contemplados no (SICAF) do Sistema de Compras do Governo Federal e no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná (CAUFPR) gerenciado pelo Sistema de Gestão de Materiais e Serviços – GMS/SEAP.

1.2 DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO JURÍDICA: Cédula de Identidade, no caso de pessoa física. Registro comercial, no caso de empresa individual. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de ato formal de designação de diretoria em exercício. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País. Procuração do representante do licitante no pregão, se for o caso.

1.3 DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA: Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ); Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual; Certificado de regularidade do FGTS, emitido pela Caixa Econômica Federal; Certidões de regularidade com a Fazenda Federal (Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União e Certidão relativa a Contribuições Previdenciárias); Fazenda Estadual (inclusive do Estado do Paraná para licitantes sediados em outro Estado da Federação); e Fazenda Municipal; e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), instituída pela Lei Federal n.º 12.440/2011; Declaração do cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

1.4 DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

1.4.1 O fornecedor deverá encaminhar:

1.4.1.1 Certidão negativa de falência ou recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física. A certidão deve estar em plena validade e, na hipótese da inexistência de prazo de validade, somente será aceita se emitida com antecedência máxima de **90 (noventa) dias** anteriores à abertura desta licitação.



1.4.1.2 balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

1.4.1.3 os documentos exigidos no item 1.4.1.2 serão limitados ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

1.4.1.3.1 as empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

1.4.1.4 a comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), resultantes da aplicação das fórmulas:

$$\text{LG} = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}};$$

$$\text{SG} = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}};$$

$$\text{LC} = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}; \text{ e}$$

1.4.1.5 As empresas, cadastradas ou não no Portal Nacional de Contratações Pública (PNCP), deverão apresentar resultado: superior ou igual a 1 [um] no índice de Liquidez Geral (LG); superior ou igual a 1 [um] no índice de Solvência Geral (SG); superior ou igual a 1 [um] no índice de Liquidez Corrente (LC).

1.4.1.6 As empresas DEVERÃO APRESENTAR OS ÍNDICES JÁ CALCULADOS, com assinatura do contador e do representante legal da empresa, que serão analisados com base no balanço apresentado.

1.5 DOCUMENTOS DE CAPACIDADE E QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

1.5.1 Apresentação de 01 (um) ou mais atestados ou declarações de capacidade técnica, expedidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprovem a capacidade técnica e a experiência prévia do licitante na execução de serviços compatíveis com **ao menos 50% do objeto** deste certame, em termos de características, complexidade e qualidade (Anexo XI – Capacidade Atual Instalada).

1.5.1.1 Para fins de aferição da compatibilidade técnica, o(s) atestado(s) ou declaração(ões) deverá(ão) demonstrar experiência anterior em telerradiologia ou serviço equivalente de emissão remota de laudos médicos de diagnóstico por imagem, contemplando, obrigatoriamente, as modalidades de radiografia, tomografia computadorizada e ressonância magnética, admitida a comprovação por meio de um ou mais atestados, desde que, em conjunto, evidenciem a aptidão técnico-operacional da licitante para executar o objeto contratado. O(s) documento(s) apresentado(s) deverá(ão) permitir a identificação do período de execução, da natureza dos serviços prestados, das modalidades de exames abrangidas e do quantitativo aproximado de laudos emitidos, admitido o somatório de atestados para comprovação da experiência, desde que relativos a serviços compatíveis com o objeto licitado.

1.5.1.2 Não será exigida identidade absoluta entre os serviços anteriormente executados e a estrutura de itens, prazos ou classificações adotadas neste Termo de Referência, bastando a comprovação de experiência compatível com as modalidades centrais, a complexidade operacional, o volume estimado e a natureza continuada do serviço de telerradiologia pretendido. Na hipótese de apresentação de atestado ou declaração expedido por pessoa jurídica de direito privado, deverá ser apresentado documento fiscal idôneo, contrato, nota fiscal, ordem de serviço ou documento equivalente, apto a comprovar a efetiva prestação do serviço declarado e o vínculo contratual entre a entidade emissora e a licitante, vedada a exigência de documentos que extrapolem tal finalidade.

1.5.1.1 Na hipótese de apresentação de declaração expedida por pessoa jurídica de direito privado, deverá ser juntado documento fiscal idôneo, tal como nota fiscal, que comprove a efetiva prestação do serviço declarado e o vínculo contratual entre a entidade emissora e a empresa licitante;

1.2.5.2 Comprovação de vínculo profissional do responsável técnico com a licitante que se fará, alternativamente, com a apresentação de:



- a) cópia da carteira de trabalho (CTPS) em que conste a licitante como empregadora; ou
- b) do contrato social da licitante em que conste o profissional como sócio; ou
- c) do contrato de trabalho devidamente registrado no Conselho da Classe da região competente, em que conste o profissional como responsável técnico; ou
- d) de declaração de contratação futura do profissional, desde que acompanhada de declaração de anuência deste

1.2.5.3 Comprovação de conformidade com a Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), considerando que o objeto envolve tratamento de dados pessoais sensíveis na área da saúde. A futura contratada deverá demonstrar que dispõe de medidas mínimas de segurança da informação, confidencialidade e rastreabilidade compatíveis com a natureza do serviço, atuando na condição de operadora de dados pessoais, sob as instruções da CONTRATANTE.

1.2.5.3.1 Comprovação de adoção de medidas mínimas de governança em proteção de dados pessoais e segurança da informação, compatíveis com o tratamento de dados pessoais sensíveis na área da saúde, nos termos da Lei nº 13.709/2018 (LGPD). Deverá ser apresentado no mínimo:

- I. Política institucional de proteção de dados pessoais ou documento equivalente;
- II. Termo de confidencialidade firmado pelos profissionais envolvidos na execução contratual;
- III. Indicação de responsável pelo tratamento de dados pessoais (encarregado ou função equivalente), com canal de contato institucional;

1.2.5.3.2 A comprovação poderá ocorrer mediante apresentação de documentos institucionais, declarações formais ou outros meios idôneos, passíveis de verificação pela CONTRATANTE.

1.2.5.3.3 Na hipótese de a comprovação inicial ocorrer por meio de declarações formais, a CONTRATADA deverá apresentar, no prazo de até 60 (sessenta) dias contados da assinatura do contrato, documentação complementar apta a demonstrar a efetiva adoção das medidas mínimas de governança em proteção de dados pessoais e segurança da informação previstas no item 1.2.2.22 do Termo de Referência, incluindo, quando aplicável, política institucional de proteção de dados pessoais ou documento equivalente, termo de confidencialidade firmado pelos profissionais envolvidos na execução contratual e indicação de responsável institucional para interlocução com a CONTRATANTE em matéria de proteção de dados pessoais. O não atendimento injustificado dessa obrigação poderá ensejar a adoção das medidas administrativas e contratuais cabíveis, inclusive aplicação de penalidades, observado o devido processo administrativo e as disposições do item 12 do instrumento contratual

1.2.5.4 Comprovação de capacidade operacional e tecnológica compatível com a execução contínua do objeto, mediante apresentação de documentação que demonstre:

- a) Estrutura organizacional apta a assegurar cobertura assistencial ininterrupta 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, com corpo clínico dimensionado para atendimento da demanda estimada e previsão de profissionais de retaguarda para substituições e picos assistenciais, garantindo regularidade e continuidade na emissão dos laudos;
- b) Disponibilidade de certificação digital qualificada, no padrão da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil), a ser utilizada pelos médicos laudadores vinculados à execução contratual, assegurando validade jurídica, autenticidade e integridade dos laudos emitidos;
- c) Estrutura formal de governança em proteção de dados pessoais, compatível com o tratamento de dados pessoais sensíveis na área da saúde, incluindo indicação de encarregado pelo tratamento de dados pessoais, adoção de medidas técnicas e administrativas de segurança da informação e existência de plano de resposta a incidentes;
- d) Capacidade técnica de operação de sistemas baseados nos padrões DICOM, como o sistema PACS atualmente utilizado pela CONTRATANTE (PIXEON Aurora), e com o RIS institucional, mediante declaração técnica e comprovação de experiência anterior em serviços similares;



e) Existência de política institucional de garantia da qualidade assistencial aplicável à telerradiologia, contemplando mecanismos de revisão técnica e controle interno, apta a assegurar consistência diagnóstica e rastreabilidade profissional.

1.2.5.5 Para fins de habilitação, a licitante deverá apresentar Declaração de Ciência, Conformidade e Compromisso com a Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), assinada por seu representante legal, conforme modelo constante no Anexo XI.

1.6 DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO, NÃO UTILIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA DE MENORES, DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO À LOGÍSTICA REVERSA DOS PRODUTOS E DECLARAÇÃO DE RESERVA DE CARGOS (ANEXO V).

1.7 COMPROVANTE DA CONDIÇÃO DE ME OU EPP, se for o caso: Certidão Simplificada original da Junta Comercial da sede do licitante ou documento equivalente, **além de Declaração escrita** sob as penas da lei, de que cumpre os requisitos legais de qualificação da condição de microempresa, de empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual, estando apto a usufruir dos benefícios previstos nos art. 42 a art. 49 da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006 (**ANEXO VIII**), bem como o Demonstrativo de Resultado do Exercício – DRE, a que se refere a Resolução nº 1.418, de 2012, de Conselho Federal de Contabilidade – CFC, ou outra norma que vier a substituir (art. 12, parágrafo único, do Decreto Estadual nº 2.474, de 2015).

1.8.1 De acordo com o art. 43, §1º, da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista das microempresas, empresas de pequeno porte ou microempreendedor individual, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

1.8.1.1 A prorrogação do prazo previsto no item anterior deverá ser concedida pela Administração sempre que requerida pelo licitante, salvo na hipótese de urgência da contratação, devidamente justificada.

1.9 A não-regularização da documentação, no prazo previsto no parágrafo anterior, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, sendo facultado ao órgão ou entidade responsável pelo processo licitatório convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.

1.10 Na hipótese do item 1.8.1, as microempresas, as empresas de pequeno porte e os microempreendedores individuais deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

1.11 Eventuais informações/certidões vencidas no registro cadastral deverão ser supridas pela apresentação do respectivo documento atualizado.

1.12 Todos os documentos apresentados deverão identificar o licitante, com a indicação do nome empresarial e o CNPJ da matriz, quando o licitante for a matriz, ou da filial, quando o licitante for a filial (salvo para os documentos que são emitidos apenas em nome da matriz). Quando a proposta for apresentada pela MATRIZ, e o fornecimento for através de sua filial, o CNPJ da filial deverá constar da proposta.

1.13 DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS (LGPD – ANEXO IX).



ANEXO III
MODELO DE DESCRITIVO DA PROPOSTA DE PREÇOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº xxx Ano: xxx

DADOS DO FORNECEDOR

Fornecedor:			
CNPJ/CPF :	Inscrição Estadual :		
Endereço :			
Bairro:			
CEP:	Cidade:	Estado:	
Telefone:	Fax:	e-mail:	
Banco:	Agência:	Conta-corrente:	

Constitui objeto desta licitação: contratação de prestação de serviços continuados de EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS DE EMISSÃO DE LAUDOS À DISTÂNCIA (TELEDIAGNÓSTICO – TELERRADIOLOGIA), RELATIVOS A EXAMES DE IMAGEM DE RAIOS-X, TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA E RESSONÂNCIA MAGNÉTICA, com cobertura 24 horas por dia, 7 dias por semana, e cumprimento de SLA – acordo de nível de serviço por criticidade – tempo de resposta (TAT), para atender a demanda do Hospital Universitário Regional de Maringá, pelo período de 12 (doze) meses,.

1. Especificações técnicas:

GRUPO	Lote	Cod GMS	Especificação	Qtde	Un	Vi. Máx Unit	Vi. Máx Total
1	1	0605 113779	Prestação de Serviços, TIPO: Telerradiologia médica, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: Interpretação de exame de radiografia e emissão de laudo, ESPECIALIZAÇÃO: Radiologista, DISPONIBILIZAÇÃO: 2 horas após a realização, UNID. DE MEDIDA: Unitário	18.206	UN		
	2	0605 113780	Prestação de Serviços, TIPO: Telerradiologia médica, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: Interpretação de exame de radiografia e emissão de laudo, ESPECIALIZAÇÃO: Radiologista, DISPONIBILIZAÇÃO: 6 horas após a realização, UNID. DE MEDIDA: Unitário	22.576	UN		
	3	0605 113781	Prestação de Serviços, TIPO: Telerradiologia médica, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: Interpretação de exame de radiografia e emissão de laudo, ESPECIALIZAÇÃO: Radiologista, DISPONIBILIZAÇÃO: 48 horas após a realização, UNID. DE MEDIDA: Unitário	7.768	UN		
	4	0605 113782	Prestação de Serviços, TIPO: Telerradiologia médica, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: Interpretação de exame de tomografia computadorizada e emissão de laudo, ESPECIALIZAÇÃO: Radiologista, DISPONIBILIZAÇÃO: 2 horas após a realização, UNID. DE MEDIDA: Unitário	11.910	UN		
	5	0605 113783	Prestação de Serviços, TIPO: Telerradiologia médica, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: Interpretação de exame de tomografia computadorizada e emissão de laudo, ESPECIALIZAÇÃO: Radiologista, DISPONIBILIZAÇÃO: 6 horas após a realização, UNID. DE MEDIDA: Unitário	10.298	UN		
	6	0605 113784	Prestação de Serviços, TIPO: Telerradiologia médica, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: Interpretação de exame de tomografia computadorizada e emissão de laudo, ESPECIALIZAÇÃO: Radiologista, DISPONIBILIZAÇÃO: 48 horas após a realização, UNID. DE MEDIDA: Unitário	179	UN		

7	0605 113785	Prestação de Serviços, TIPO: Telerradiologia médica, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: Interpretação prioritária de exame de tomografia computadorizada indicado para investigação de acidente vascular cerebral (AVC) e emissão de laudo médico, ESPECIALIZAÇÃO: Radiologista, DISPONIBILIZAÇÃO: 30 minutos após a realização, UNID. DE MEDIDA: Unitário	220	UN		
8	0605 113786	Prestação de Serviços, TIPO: Telerradiologia médica, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: Interpretação de exame de angiotomografia computadorizada e emissão de laudo médico, ESPECIALIZAÇÃO: Radiologista, DISPONIBILIZAÇÃO: 2 horas após a realização, UNID. DE MEDIDA: Unitário	528	UN		
9	0605 113787	Prestação de Serviços, TIPO: Telerradiologia médica, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: Interpretação de exame de ressonância magnética e emissão de laudo médico, ESPECIALIZAÇÃO: Radiologista, DISPONIBILIZAÇÃO: 2 horas após a realização, UNID. DE MEDIDA: Unitário	290	UN		
10	0605113 788	Prestação de Serviços, TIPO: Telerradiologia médica CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: Interpretação de exame de ressonância magnética e emissão de laudo médico, ESPECIALIZAÇÃO: Radiologista, DISPONIBILIZAÇÃO: 6 horas após a realização, UNID. DE MEDIDA: Unitário	1.160	UN		
11	0605113 789	Prestação de Serviços, TIPO: Telerradiologia médica CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: Interpretação de exame de ressonância magnética e emissão de laudo médico, ESPECIALIZAÇÃO: Radiologista, DISPONIBILIZAÇÃO: 48 horas após a realização, UNID. DE MEDIDA: Unitário	1.392	UN		
12	0605113 790	Prestação de Serviços, TIPO: Telerradiologia médica CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: Interpretação prioritária de exame de ressonância magnética indicado para investigação de acidente vascular cerebral (AVC) e emissão de laudo médico, ESPECIALIZAÇÃO: Radiologista, DISPONIBILIZAÇÃO: 30 minutos após a realização, UNID. DE MEDIDA: Unitário.	58	UN		
13	0605113 791	Prestação de Serviços, TIPO: Telerradiologia médica CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: Interpretação de exame de angiorressonância magnética e emissão de laudo médico, ESPECIALIZAÇÃO: Radiologista, DISPONIBILIZAÇÃO: 2 horas após a realização, UNID. DE MEDIDA: Unitário	396	UN		
Total Geral da Contratação					R\$	

2. A validade da proposta é de 90 [noventa] dias.

3. O arrematante atesta o atendimento das exigências técnicas conforme Anexo I do Edital.

4. O arrematante DECLARA que, para fins do disposto no § 1.º do art. 63 da Lei Federal n.º 14.133/2021, a proposta compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega desta proposta.

Local e data

Representante Legal

**ANEXO IV****MODELO DE PROCURAÇÃO**

OUTORGANTE: XXXXXXXX, pessoa jurídica de direito privado, neste ato representado por XXXXXXXX, portador da Carteira de Identidade n.º XXXXXXXX, CPF n.º XXXXXXXX, residente e domiciliado na Rua XXXXXXXX, n.º XXXXXXXX, Cidade XXXXXXXX, Estado XXXXXXXX, CEP XXXXXXXX.

OUTORGADO: XXXXXXXX, portador da Carteira de Identidade n.º XXXXXXXX, e do CPF n.º XXXXXXXX, residente e domiciliado no(a) XXXXXXXX, n.º XXXXXXXX, Cidade XXXXXXXX, Estado XXXXXXXX, CEP XXXXXXXX.

PODERES: Por este instrumento, o OUTORGANTE confere ao OUTORGADO os mais amplos e gerais poderes, para em seu nome representá-lo no(a) Pregão Eletrônico n.º .../2025, podendo para tanto protocolar e receber documentos, assinar declarações, propostas e contratos de fornecimento, interpor recurso, efetuar e efetivar lances no pregão, enfim, todos os atos necessários ao fiel e cabal cumprimento deste mandato.

Local e data

OUTORGANTE

**ANEXO V****MODELO DE DECLARAÇÃO**

(timbre ou identificação do licitante)

XXXXXXXXXX, inscrito no CNPJ n.º XXXXXXXXX, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) XXXXXXXXX, portador(a) da Carteira de Identidade n.º XXXXXXXXX e do CPF n.º XXXXXXXXX, **DECLARA**, para os devidos fins, que tem pleno conhecimento das regras contidas no edital de licitação e que possui as condições de habilitação previstas no edital, bem como:

1. INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO

Que não se enquadra em nenhuma das vedações contidas no art. 14 da Lei Federal n.º 14.133/2021, em especial:

1.1 Não mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

1.2. Nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, não foi condenado(a) judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

2. NÃO UTILIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA DE MENORES

Que não utiliza a mão de obra direta ou indireta de menores de 18 (dezoito) anos para a realização de trabalhos noturnos, perigosos ou insalubres, bem como não utiliza, para qualquer trabalho, mão de obra direta ou indireta de menores de 16 (dezesesseis) anos, exceto na condição de aprendiz a partir de 14 (quatorze) anos, conforme determina o art. 7º, inc. XXXIII da Constituição Federal.

3. DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO À POLÍTICA AMBIENTAL DE LICITAÇÃO SUSTENTÁVEL

Que atesta o atendimento à política pública ambiental de licitação sustentável, em especial que se responsabiliza integralmente com a logística reversa dos produtos, embalagens e serviços pós-consumo no limite da proporção que fornecerem ao poder público, assumindo a responsabilidade pela destinação final, ambientalmente adequada.

4. DECLARAÇÃO DE RESERVA DE CARGOS

Que para fins do disposto no inciso IV do art. 63 da Lei Federal n.º 14.133/2021, cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

Local e data.

Nome do representante legal

**ANEXO VI****LOCAIS DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO**

(observação: trata-se de serviço de telerradiologia, não haverá prestação de serviço no local, somente de forma remota)

Local: HOSPITAL UNIVERSITÁRIO REGIONAL DE MARINGÁ

Logradouro: **AV MANDACARU, N. 1590, CEP 87083-240, Cidade MARINGÁ/PR**

Setor: Divisão de Apoio aos Serviços Médicos

Horário de Atendimento: **8:00 às 11:30 / 13:00 às 17:00**

Fone: (44) 3011-9105



ANEXO VII
MINUTA PADRÃO – CONTRATO DE FORNECIMENTO

https://www.pge.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2025-06/anexo_3_anexo3minuta_resolucao_119_20232_atualizadaout_maio_2025.doc - atualizada em 19/04/2026 - 11h00min.

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº [XXXXXXXX]

CONTRATANTE: A **UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ**, com sede na Avenida Colombo, nº 5.790, Campus Universitário, nesta cidade de Maringá, Estado do Paraná, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **79.151.312/0001-56**, neste ato representado(a) pela Superintendente do Hospital Universitário Regional de Maringá, Sra. Cremilde Aparecida Trindade Radovanovic, nomeado pelas Portarias nº **969/2022 e/2025**, inscrito(a) no CPF sob o nº **793.535.849-49**, portador da carteira de identidade nº **4.596.823-5**.

CONTRATADO(A): [NOME], inscrito no CNPJ/CPF sob o nº **XXXXXXXX**, com sede no(a) **XXXXXXXX**, neste ato representado por [NOME E QUALIFICAÇÃO], inscrito(a) no CPF sob o nº **XXXXXXXX**, portador da carteira de identidade nº **XXXXXXXX**, residente e domiciliado no(a) **XXXXXXXX**, e-mail **XXXXXXXX** e telefone **XXXXXXXX**.

O presente Contrato será regido pela Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, pelo Decreto nº 10.086, de 17 de janeiro 2022; pelo edital do Pregão Eletrônico nº 0000/202_XXXX (protocolo nº 00.000.000-0) do procedimento licitatório que originou o presente instrumento, com todos os seus anexos, pela proposta do licitante vencedor e pelas cláusulas e condições seguintes:

1 OBJETO:

CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADOS DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS DE EMISSÃO DE LAUDOS À DISTÂNCIA (TELEDIAGNÓSTICO – TELERRADIOLOGIA), RELATIVOS A EXAMES DE IMAGEM DE RAIOS-X, TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA E RESSONÂNCIA MAGNÉTICA, COM COBERTURA 24 HORAS POR DIA, 7 DIAS POR SEMANA, E CUMPRIMENTO DE SLA – ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇO POR CRITICIDADE – TEMPO DE RESPOSTA (TAT), para atender a demanda do Hospital Universitário Regional de Maringá, pelo período de 12 (doze) meses,.

GRUPO	Lote	CodGMS	Especificação	Qtde	Un	VI.Máx Unit	VI.Máx Total
1	1	0605113779	Prestação de Serviços, TIPO: Telerradiologia médica, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: Interpretação de exame de radiografia e emissão de laudo, ESPECIALIZAÇÃO: Radiologista, DISPONIBILIZAÇÃO: 2 horas após a realização, UNID. DE MEDIDA: Unitário	18.206	UN		
	2	0605113780	Prestação de Serviços, TIPO: Telerradiologia médica, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: Interpretação de exame de radiografia e emissão de laudo, ESPECIALIZAÇÃO: Radiologista, DISPONIBILIZAÇÃO: 6 horas após a realização, UNID. DE MEDIDA: Unitário	22.576	UN		
	3	0605113781	Prestação de Serviços, TIPO: Telerradiologia médica, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: Interpretação de exame de radiografia e emissão de laudo, ESPECIALIZAÇÃO: Radiologista, DISPONIBILIZAÇÃO: 48 horas após a realização, UNID. DE MEDIDA: Unitário	7.768	UN		

4	0605 113782	Prestação de Serviços, TIPO: Telerradiologia médica, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: Interpretação de exame de tomografia computadorizada e emissão de laudo, ESPECIALIZAÇÃO: Radiologista, DISPONIBILIZAÇÃO: 2 horas após a realização, UNID. DE MEDIDA: Unitário	11.910	UN		
5	0605 113783	Prestação de Serviços, TIPO: Telerradiologia médica, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: Interpretação de exame de tomografia computadorizada e emissão de laudo, ESPECIALIZAÇÃO: Radiologista, DISPONIBILIZAÇÃO: 6 horas após a realização, UNID. DE MEDIDA: Unitário	10.298	UN		
6	0605 113784	Prestação de Serviços, TIPO: Telerradiologia médica, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: Interpretação de exame de tomografia computadorizada e emissão de laudo, ESPECIALIZAÇÃO: Radiologista, DISPONIBILIZAÇÃO: 48 horas após a realização, UNID. DE MEDIDA: Unitário	179	UN		
7	0605 113785	Prestação de Serviços, TIPO: Telerradiologia médica, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: Interpretação prioritária de exame de tomografia computadorizada indicado para investigação de acidente vascular cerebral (AVC) e emissão de laudo médico, ESPECIALIZAÇÃO: Radiologista, DISPONIBILIZAÇÃO: 30 minutos após a realização, UNID. DE MEDIDA: Unitário	220	UN		
8	0605 113786	Prestação de Serviços, TIPO: Telerradiologia médica, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: Interpretação de exame de angiotomografia computadorizada e emissão de laudo médico, ESPECIALIZAÇÃO: Radiologista, DISPONIBILIZAÇÃO: 2 horas após a realização, UNID. DE MEDIDA: Unitário	528	UN		
9	0605 113787	Prestação de Serviços, TIPO: Telerradiologia médica, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: Interpretação de exame de ressonância magnética e emissão de laudo médico, ESPECIALIZAÇÃO: Radiologista, DISPONIBILIZAÇÃO: 2 horas após a realização, UNID. DE MEDIDA: Unitário	290	UN		
10	0605113 788	Prestação de Serviços, TIPO: Telerradiologia médica CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: Interpretação de exame de ressonância magnética e emissão de laudo médico, ESPECIALIZAÇÃO: Radiologista, DISPONIBILIZAÇÃO: 6 horas após a realização, UNID. DE MEDIDA: Unitário	1.160	UN		
11	0605113 789	Prestação de Serviços, TIPO: Telerradiologia médica CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: Interpretação de exame de ressonância magnética e emissão de laudo médico, ESPECIALIZAÇÃO: Radiologista, DISPONIBILIZAÇÃO: 48 horas após a realização, UNID. DE MEDIDA: Unitário	1.392	UN		
12	0605113 790	Prestação de Serviços, TIPO: Telerradiologia médica CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: Interpretação prioritária de exame de ressonância magnética indicado para investigação de acidente vascular cerebral (AVC) e emissão de laudo médico, ESPECIALIZAÇÃO: Radiologista, DISPONIBILIZAÇÃO: 30 minutos após a realização, UNID. DE MEDIDA: Unitário.	58	UN		
13	0605113 791	Prestação de Serviços, TIPO: Telerradiologia médica CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: Interpretação de exame de angiorressonância magnética e emissão de laudo médico, ESPECIALIZAÇÃO: Radiologista, DISPONIBILIZAÇÃO: 2 horas após a realização, UNID. DE MEDIDA: Unitário	396	UN		
Total Geral da Contratação					R\$	



2 FUNDAMENTO:

Este contrato decorre do Pregão Eletrônico n.º XXXXXXXX, objeto do processo administrativo n.º 25.276.155-1, com homologação publicada no sítio eletrônico oficial e no Diário Oficial do Estado n.º XXXXXXXX, de XXXXXXXX e conforme ato de autorização nas fls. [XXXX] deste protocolo.

3 PREÇO E VALOR DO CONTRATO:

3.1 O Contratante pagará ao Contratado os preços (unitários/global) previstos em sua proposta, que é parte integrante deste contrato.

3.2 O valor total do contrato é de R\$ XXXXXXXX (VALOR POR EXTENSO).

3.2.1 O valor previsto no item 3.2 é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao Contratado dependerão dos quantitativos de serviços efetivamente prestados.

3.3 No preço pactuado estão incluídas todas as despesas necessárias à execução do objeto do contrato, inclusive tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação, além dos materiais inerentes à prestação dos serviços contratados.

4 REAJUSTE

4.1 A periodicidade de reajuste do valor deste contrato será anual, conforme disposto na Lei Federal nº 10.192/2001, utilizando-se do índice IPCA/IBGE aplicável para o período.

4.1.1 O reajuste deverá ser solicitado pelo Contratado mediante requerimento protocolado até trinta dias antes do fim de cada período de doze meses.

4.1.2 A assinatura do aditivo ao contrato mantendo as demais cláusulas em vigor, sem ressalva em relação ao reajustamento de preços, importará renúncia quanto às parcelas reajustáveis anteriores ao aditivo.

4.2 O reajuste será concedido mediante apostilamento, conforme dispõe o § 6.º do art. 170 do Decreto Estadual n.º 10.086/2022.

4.3 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir do último reajuste.

4.3.1 Não serão admitidos apostilamentos com efeitos financeiros retroativos à data da sua assinatura.

4.3.1.1 A concessão de reajustes não pagos na época oportuna será apurada por procedimento próprio.

5 DA RESPONSABILIDADE DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO:

5.1 A responsabilidade pela gestão deste contrato caberá ao(à) servidor(a) ou comissão designados, conforme item 5.3 deste Contrato, o(a) qual será responsável pelas atribuições definidas no art. 10 do Decreto n.º 10.086, de 2022.

5.2 A responsabilidade pela fiscalização deste contrato caberá ao(à) servidor(a) ou comissão designados, conforme o item 5.3 deste edital, o(a) qual será responsável pelas atribuições definidas nos arts. 11 e 12 do Decreto n.º 10.086, de 2022.

5.3 Os responsáveis pela gestão e fiscalização do contrato serão designados por ato administrativo próprio do Contratante.

5.4 A gestão e a fiscalização do contrato serão exercidas pelo Contratante, que realizará a fiscalização, o controle e a avaliação dos serviços prestados, bem como aplicará as penalidades, após o devido processo legal, caso haja descumprimento das obrigações contratadas.

6 EXECUÇÃO E CONTROLE DOS SERVIÇOS:

6.1 A presente contratação adotará como regime de execução a Execução por Preço Global.

6.2 O serviço terá início em XX [INSERIR O NÚMERO DE DIAS] a contar de XXXXXX.

6.3 Os serviços serão prestados no XXXX [INSERIR O(S) LOCAL(IS) CONFORME O Anexo VI], na forma, nos prazos e de acordo com as especificações técnicas contidas no Termo de Referência, que integra o presente contrato para todos os fins.

6.4 Os serviços devem ser recebidos provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico;



no prazo de **10 (dez) dias**.

6.5 Nos termos do art. 359 do Decreto Estadual n.º 10.086/2022, poderá ser dispensado o recebimento provisório nos serviços até o valor previsto no inciso II do art. 75, da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, desde que não se componham de aparelhos, equipamentos e instalações sujeitos à verificação de funcionamento e produtividade.

6.6 Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de **20 (vinte) dias**, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

6.6.1 Na hipótese da verificação a que se refere o item anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

6.7 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do fornecimento do objeto ou do serviço, nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

6.8 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando estiverem em desacordo com as especificações constantes do termo de referência, da proposta ou do contrato, podendo ser fixado pelo fiscal do contrato, avaliado o caso concreto, um prazo para a substituição do bem, ou o refazimento do serviço, à custas do contratado, e sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7 FONTE DE RECURSOS:

7.1 A despesa correrá por conta da seguinte dotação orçamentária:

A despesa correrá por conta da seguinte dotação orçamentária:

- UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ – CNPJ 79.151.312/0001-56 – dotação 4532.12.364.34.8077; fonte 659; e/ou
- Outra dotação/CNPJ a critério da UEM/HUM;

8 VIGÊNCIA:

8.1 O prazo de vigência do contrato é de 12 (doze) meses contada a partir da data de publicação do instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, podendo ser prorrogado por interesse das partes com base nos artigos 106 e 107 da Lei 14.133, de 2021,.

9 FORMA DE PAGAMENTO

9.1 O pagamento de cada fatura deverá ser realizada em um prazo não superior a 30 (trinta) dias contados a partir do atesto da Nota Fiscal, após comprovado o adimplemento do Contratado em todas as suas obrigações, já deduzidas as glosas e notas de débitos e mediante verificação do Certificado de Regularidade Fiscal (CRF), emitido por meio do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços – GMS, destinado a comprovar a regularidade com os Fiscos Federal, Estadual (inclusive do Estado do Paraná para licitantes sediados em outro Estado da Federação) e Municipal, com o FGTS, INSS e negativa de débitos trabalhistas (CNDT), observadas as disposições do Termo de Referência.

9.2 Nenhum pagamento será efetuado sem a apresentação dos documentos exigidos, bem como enquanto não forem sanadas irregularidades eventualmente constatadas na nota fiscal, no fornecimento dos bens ou no cumprimento de obrigações contratuais.

9.2.1 Os pagamentos ficarão condicionados à prévia informação pelo credor, dos dados da conta-corrente junto à instituição financeira Contratado pelo Estado, conforme o disposto no Decreto n.º 4.505, de 2016, ressalvadas as exceções previstas no mesmo diploma legal.

9.3 O prazo estabelecido no item 11.1 ficará suspenso na hipótese prevista no item 12.4.1 das Condições Gerais do Pregão.

9.3.1. Decorrido o prazo de adimplemento da multa, caso esta não tenha sido paga, os valores serão descontados da fatura apresentada.

9.4 As notas fiscais devem ser emitidas em nome da UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ – CNPJ 79.151.312/0001-56, e/ou FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE DO PARANÁ / FUNSAÚDE – CNPJ 08.597.121/0001-74 e/ou outra dotação/CNPJ conforme indicação da Nota de Empenho / Ordem de Fornecimento; constando número da licitação.



9.5 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Contratado não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6/100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

9.6 O pagamento a ser efetuado ao Contratado, quando couber, estará sujeito às retenções na fonte de tributos, inclusive contribuições sociais, de acordo com os respectivos normativos.

9.7 Os pagamentos devidos ao Contratado restringem-se aos quantitativos de serviços efetivamente prestados e somente serão realizados mediante a comprovação da correta destinação final dos resíduos e detritos retirados durante a execução dos serviços contratados.

10 OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO E DO CONTRATANTE

10.1 São obrigações do Contratado:

10.1.1 executar os serviços conforme especificações contidas no termo de referência, no edital de licitação e seus anexos, bem como na sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade lá especificadas;

10.1.2 reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

10.1.3 responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990), ficando o Contratante autorizado a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos ao Contratado, o valor correspondente aos danos sofridos;

10.1.4 utilizar empregados habilitados e com conhecimento dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

10.1.5 zelar para que os empregados se apresentem uniformizados e portem crachá de identificação, nos casos de serviços a serem prestados nas dependências da contratante, e utilizem os equipamentos de proteção individual (EPI) necessários à segurança no trabalho, na forma da lei;

10.1.6 responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade ao contratante;

10.1.7 instruir os empregados da observância obrigatória das normas internas da Administração, salvo disposição que especificamente os dispense;

10.1.8 relatar ao Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;

10.1.9 não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de 16 (dezesseis) anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de 14 (quatorze) anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

10.1.10 manter-se, durante a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, e com as condições exigidas para a habilitação na licitação, ou para a qualificação na contratação direta;



10.1.11 manter atualizado os seus dados no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná, conforme legislação vigente;

10.1.12 guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do Contrato;

10.1.13 arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando houver:

10.1.13.1 superveniência de fato excepcional ou imprevisível, ou previsível de consequências incalculáveis, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução do contrato;

10.1.13.2 retardamento na expedição da ordem de execução do serviço ou autorização de fornecimento, interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo do trabalho, por ordem e no interesse da Administração;

10.1.13.3 aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos por esta Lei;

10.1.13.4 impedimento de execução do contrato por fato ou ato de terceiro reconhecido pela Administração em documento contemporâneo à sua ocorrência;

10.1.13.5 omissão ou atraso de providências a cargo da Administração, inclusive quanto aos pagamentos previstos de que resulte, diretamente, impedimento ou retardamento na execução do contrato, sem prejuízo das sanções legais aplicáveis aos responsáveis.

10.1.14 Distribuição do tempo de resposta:

a) Os laudos com prazo de 30 minutos destinam-se a situações tempo-dependentes, notadamente àquelas inseridas em protocolos assistenciais críticos, como acidente vascular cerebral e outros eventos neurológicos agudos.

b) O prazo de 2 horas destina-se prioritariamente a exames relacionados a atendimentos de urgência no Pronto Atendimento, bem como a situações clínicas agudas que demandem definição terapêutica ainda no mesmo turno assistencial.

c) O prazo de 6 horas destina-se predominantemente a exames vinculados a pacientes internados e a avaliações diagnósticas cuja conduta deva ser estabelecida dentro do mesmo período assistencial.

d) O prazo de 48 horas destina-se a exames ambulatoriais e eletivos, caracterizados por menor criticidade clínica e ausência de necessidade de intervenção imediata.

10.1.15 Considerando que o objeto contratual está vinculado à realização do exame, a CONTRATANTE deverá dispor de sistema informatizado que assegure a disponibilização das imagens diagnósticas em tempo real, entendida como a liberação imediata após a conclusão do exame, de forma íntegra, legível e tecnicamente adequada à emissão de laudo.

10.1.15.1 Para fins de apuração dos prazos de atendimento (SLA – acordo de nível de serviço), o marco inicial de contagem será, como regra, o horário de conclusão do exame, desde que atendida a condição de disponibilização imediata das imagens à CONTRATADA.

10.1.15.2 Na hipótese de indisponibilidade, atraso ou falha na disponibilização das imagens, total ou parcial, a contagem do prazo ficará automaticamente suspensa, iniciando-se ou sendo retomada a partir do efetivo registro de disponibilização integral das imagens, em sistema rastreável.

10.1.15.3 Eventuais ocorrências deverão ser formalmente registradas pela CONTRATADA, por meio de canal oficial previamente definido, com indicação do horário de detecção da indisponibilidade, resguardando-se que não haverá imputação de descumprimento de SLA - acordo de nível de serviço à CONTRATADA por fatos não a ela atribuíveis.

10.1.16 Os serviços referentes a esta contratação deverão atender ainda as especificações a seguir:

10.1.16.1 Serão solicitados laudos referentes a exames realizados após o início da vigência do contrato, bem como poderão ser solicitados laudos de exames realizados anteriormente à vigência contratual, conforme necessidade institucional da CONTRATANTE;

10.1.16.2 Os exames a serem laudados à distância por meio de telerradiologia deverão ser acessados por sistema de PACS disponibilizado pela CONTRATANTE, atualmente o PIXEON Aurora, sendo o fluxo e a gestão dos exames e laudos realizados por meio do sistema de Informação em Radiologia (RIS) igualmente disponibilizado pela instituição. Caso haja substituição do PACS ou do RIS durante a vigência contratual,



deverão ser mantidas as mesmas exigências técnicas e operacionais, independentemente da plataforma adotada;

10.1.17 Os exames de radiografia, tomografia computadorizada, angiotomografia, ressonância magnética e angioressonância magnética serão realizados no HUM e, após sua execução, as respectivas imagens e dados clínicos dos pacientes ficarão disponíveis no sistema PACS da CONTRATANTE, para acesso da CONTRATADA para elaboração dos laudos à distância. A relação dos exames a serem laudados permanecerá disponível no sistema institucional RIS para fins de gestão e emissão dos laudos;

10.1.18 Os exames de ressonância magnética e angioressonância magnética poderão ser encaminhados para laudo em número inferior ao quantitativo mensal estimado, especialmente durante a fase inicial de implantação do equipamento institucional. O pagamento ocorrerá exclusivamente sobre os exames efetivamente realizados e laudados, não se caracterizando garantia de faturamento mínimo mensal.

10.1.18.1 O quantitativo anual estimado constitui referência de planejamento e poderá ser integralizado ao longo da vigência contratual apenas na hipótese de efetiva realização dos exames, observada a disponibilidade orçamentária e a conveniência administrativa;

10.1.18.2 Em situações devidamente comprovadas de força maior, decorrentes de danos em equipamentos de raio-X, tomografia computadorizada ou ressonância magnética que impeçam a realização dos exames, poderá haver suspensão ou redução temporária da quota mensal, mediante registro formal da ocorrência.

10.1.18.3 Eventual compensação nos meses subsequentes dependerá da retomada da demanda e da conveniência administrativa, não gerando direito automático à integralização do quantitativo originalmente estimado quando a não realização dos exames decorrer de impossibilidade material devidamente comprovada;

10.1.19 A critério da CONTRATANTE, a relação dos exames a serem laudados será disponibilizada por meio do sistema de Informação em Radiologia (RIS), observada a priorização definida conforme critérios assistenciais.

10.1.19.1 A listagem dos exames será codificada pelo Hospital Universitário com base no sistema de referência vigente, especialmente a Tabela SIGTAP, de modo a possibilitar a adequada consolidação de dados e geração de relatórios para fins de faturamento.

10.1.19.2 Para cada exame listado haverá código SIGTAP correspondente, devendo ser emitido laudo individualizado para cada procedimento, ainda que haja mais de um exame vinculado ao mesmo paciente.

10.1.20 A critério da CONTRATANTE, o controle da relação dos exames e do respectivo status de laudo poderá ser realizado diretamente no RIS, no sistema PACS, no prontuário eletrônico institucional ou outro meio digital disponibilizado, como ferramenta de planilha Google Drive;

10.1.21 Os médicos responsáveis pela emissão dos laudos deverão possuir graduação em Medicina, inscrição ativa no Conselho Regional de Medicina da jurisdição onde exerçam sua atividade profissional e bem como Registro de Qualificação de Especialista (RQE) em Radiologia, observadas as normas do Conselho Federal de Medicina aplicáveis;

10.1.22 A CONTRATADA deverá atuar em conformidade com a Resolução do Conselho Federal de Medicina nº 2.314, de 20 de abril de 2022, que define e regulamenta a prática da telemedicina, observando, dentre outras disposições, a exigência de que o médico que atuar por meio de telemedicina possua assinatura digital qualificada, no padrão da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil), nos termos da legislação vigente;

10.1.23 A CONTRATADA deverá indicar previamente os profissionais que atuarão na emissão dos laudos, para fins de habilitação de acesso aos sistemas institucionais, observadas as regras de segurança da informação e rastreabilidade;

10.1.24 A CONTRATADA deverá disponibilizar recursos humanos suficientes para assegurar a adequada prestação dos serviços de telerradiologia, garantindo cobertura compatível com o volume anual estimado de 74.981 laudos e com os prazos máximos de emissão estabelecidos por criticidade assistencial. Considerando a distribuição dos laudos em diferentes faixas de prioridade (TABELA 1 - 30 minutos, 2 horas, 6 horas e 48 horas), o funcionamento ininterrupto do hospital (24/7), a necessidade de cobertura simultânea de subespecialidades radiológicas e a exigência de manutenção de escala contínua com retaguarda técnica

10.1.25 A CONTRATADA deverá executar os serviços de telerradiologia em conformidade com as normas técnicas e éticas estabelecidas pelo Conselho Federal de Medicina, especialmente aquelas relativas à



telemedicina, responsabilidade profissional e guarda de informações médicas, assegurando a integridade, confidencialidade, privacidade e sigilo dos dados assistenciais, em estrita observância à Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais) e demais normas aplicáveis;

10.1.26 Os laudos deverão ser emitidos estritamente de acordo com a solicitação formal realizada pelo médico requisitante, observando integralmente o tipo de exame, a indicação clínica e demais informações constantes no pedido;

10.1.27 Os laudos deverão ser emitidos de acordo com o grau de prioridade assistencial atribuído ao exame pelo médico solicitante da CONTRATANTE, observados os seguintes prazos máximos: até 30 (trinta) minutos para exames com suspeita de Acidente Vascular Cerebral (AVC), até 2 (duas) horas para exames classificados como urgência, até 6 (seis) horas para exames de pacientes internados e até 48 (quarenta e oito) horas para exames ambulatoriais;

10.1.28 A CONTRATADA deverá encaminhar à CONTRATANTE a escala mensal de plantões remotos até o último dia útil do mês anterior ao da execução, contendo a identificação dos profissionais designados. Eventuais alterações deverão ser comunicadas com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas, salvo situações excepcionais devidamente justificadas;

10.1.29 Os profissionais designados para o plantão remoto deverão permanecer disponíveis durante todo o período da escala para atendimento às demandas assistenciais relacionadas aos exames laudados, incluindo discussão de casos clínicos, esclarecimento de dúvidas e suporte técnico aos médicos da CONTRATANTE, sempre que solicitado, garantindo comunicação efetiva durante o período de plantão;

10.1.30 A CONTRATADA poderá ter acesso aos protocolos técnicos de aquisição de imagens adotados pela CONTRATANTE, os quais são executados pela equipe de técnicos e tecnólogos em radiologia do HUM, com a finalidade de assegurar a adequada compreensão dos parâmetros utilizados na captação dos exames;

10.1.31 A CONTRATANTE dispõe de médico assistente responsável pelo acompanhamento do paciente durante todo o período de atendimento e internação. A equipe assistencial da CONTRATANTE permanecerá disponível para esclarecimentos clínicos complementares e discussão de casos, sempre que necessário à adequada elaboração do laudo.

10.1.31.1 A CONTRATADA deverá assegurar canal de comunicação para contato direto com o médico radiologista responsável pelo plantão remoto, conforme previsto nas especificações técnicas do respectivo Termo de Referência;

10.1.31.2 Na hipótese de identificação de inconsistências técnicas nas imagens, decorrentes de falhas de aquisição, parâmetros inadequados ou outras intercorrências que possam comprometer a adequada interpretação diagnóstica, o médico radiologista da CONTRATADA poderá entrar em contato diretamente com a equipe técnica executora no HUM, a qualquer tempo durante o plantão, para esclarecimentos ou solicitação de ajustes necessários;

10.1.32.3 Em situações de solicitação de revisão de laudo por parte dos médicos da CONTRATANTE, a CONTRATADA deverá proceder à reavaliação do exame e emitir o respectivo laudo revisado, observando os mesmos prazos estabelecidos para a entrega do laudo original, conforme o grau de prioridade assistencial atribuído ao exame;

10.1.33 A CONTRATANTE não se responsabiliza pelos equipamentos, sistemas, infraestrutura tecnológica ou demais meios utilizados pela CONTRATADA para a emissão dos laudos, os quais são de inteira responsabilidade da própria CONTRATADA, exceto quanto aos sistemas institucionais PACS e RIS, cujo fornecimento e manutenção são de responsabilidade da CONTRATANTE;

10.1.34 Para fins de avaliação da qualidade e do desempenho dos serviços prestados, será adotado Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme critérios, indicadores e parâmetros estabelecidos no Termo de Referência, o qual integrará o contrato para todos os efeitos;

10.1.35 Para fins de execução dos serviços e correspondente faturamento dos procedimentos realizados no âmbito da telerradiologia, será admitido o seguinte Código Brasileiro de Ocupações (CBO):

Descrição do serviço	Telerradiologia	
Descrição classificação	Médico Radiologista e diagnóstico por imagem	
Grupo	CBO	Descrição
Item 1	2253-20	Médico Radiologista



10.1.36 O serviço deverá ser prestado em conformidade com as Resoluções do Conselho Federal de Medicina aplicáveis à prática da telemedicina e da telerradiologia, bem como com a legislação vigente relativa à proteção de dados pessoais e à segurança da informação, especialmente a Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD)

10.1.37 Para fins de execução contratual, a CONTRATADA deverá comprovar a adoção de medidas mínimas de governança em proteção de dados pessoais e segurança da informação, compatíveis com o tratamento de dados pessoais sensíveis na área da saúde, nos termos da Lei nº 13.709/2018 (LGPD).

Deverão ser apresentados, no mínimo:

- I. Política institucional de proteção de dados pessoais ou documento equivalente;
- II. Termo de confidencialidade firmado pelos profissionais envolvidos na execução contratual;
- III. Indicação de responsável pelo tratamento de dados pessoais (encarregado ou função equivalente), com canal de contato institucional;

10.1.37.1 A comprovação poderá ocorrer mediante apresentação de documentos institucionais, declarações formais ou outros meios idôneos, passíveis de verificação pela CONTRATANTE.

10.1.37.2 Na hipótese de a comprovação inicial ocorrer por meio de declarações formais, a CONTRATADA deverá apresentar, no prazo de até 60 (sessenta) dias contados da assinatura do contrato, documentação complementar apta a demonstrar a efetiva adoção das medidas mínimas de governança em proteção de dados pessoais e segurança da informação previstas no item 1.2.2.22, incluindo, quando aplicável, política institucional de proteção de dados pessoais ou documento equivalente, termo de confidencialidade firmado pelos profissionais envolvidos na execução contratual e indicação de responsável institucional para interlocução com a CONTRATANTE em matéria de proteção de dados pessoais. O não atendimento injustificado dessa obrigação poderá ensejar a adoção das medidas administrativas e contratuais cabíveis, inclusive aplicação de penalidades, observado o devido processo administrativo e as disposições do item 12 do instrumento contratual.

10.1.37.3 A CONTRATANTE poderá, a qualquer tempo, solicitar complementação de informações ou realizar auditoria para verificação da conformidade das medidas adotadas.

10.1.38 Para fins de aplicação da Lei nº 13.709/2018 (LGPD), a CONTRATANTE será considerada Controladora dos dados pessoais tratados no âmbito da presente contratação, cabendo-lhe definir as finalidades e os meios do tratamento. A CONTRATADA atuará na condição de Operadora, realizando o tratamento de dados pessoais exclusivamente conforme as instruções da CONTRATANTE e para o estrito cumprimento do objeto contratual.

Parágrafo primeiro. A CONTRATADA compromete-se a não utilizar os dados pessoais para finalidade diversa da execução contratual, sendo vedado o compartilhamento com terceiros sem autorização expressa da CONTRATANTE.

Parágrafo segundo. Em caso de incidente de segurança que possa acarretar risco ou dano relevante aos titulares de dados, a CONTRATADA deverá comunicar imediatamente a CONTRATANTE, prestando todas as informações necessárias para avaliação e eventual notificação aos órgãos competentes.

10.1.39 A CONTRATANTE disponibilizará à CONTRATADA o acesso às imagens dos exames realizados (PACS), bem como ao RIS para leitura das solicitações médicas e das informações clínicas indispensáveis à emissão dos laudos, não sendo contemplado o prontuário médico integral do paciente, em conformidade à LGPD, por meio de sua infraestrutura tecnológica existente.

10.1.40 Os equipamentos, dispositivos, softwares (exceto PACS e RIS), licenças, links de comunicação, recursos de tecnologia da informação, mobiliário e demais acessórios necessários para a execução das atividades de telerradiologia, incluindo aqueles utilizados pelos profissionais responsáveis pela emissão dos laudos à distância, serão de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA, não cabendo à CONTRATANTE qualquer ônus relacionado ao fornecimento, manutenção ou atualização desses recursos.

10.1.41 A definição do fluxo operacional do serviço de telerradiologia, incluindo os procedimentos de comunicação assistencial e interação entre as equipes, deverá ocorrer de forma articulada entre CONTRATANTE e CONTRATADA, no início da execução contratual. Compete à CONTRATANTE estabelecer as diretrizes assistenciais, os critérios de priorização e os fluxos institucionais aplicáveis, cabendo à CONTRATADA adequar sua operação a tais diretrizes e propor ajustes técnicos necessários à execução do serviço. A CONTRATADA deverá, nesse contexto, prestar orientações técnicas quanto à operacionalização



dos fluxos definidos, incluindo canais de comunicação, procedimentos para comunicação de achados críticos e suporte técnico-operacional.

10.1.41.1 O fluxo operacional deverá ser formalizado e validado entre as partes durante a fase de implantação, com registro documental, não sendo admitida cobrança adicional por tais atividades, por se tratarem de etapas inerentes à adequada execução do objeto contratual.

10.2 São obrigações do Contratante:

10.2.1 receber o objeto no local, prazo e nas condições estabelecidas no termo de referência, no edital de licitação e seus anexos, bem como na proposta;

10.2.2 exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo contratado no termo de referência, no edital de licitação e seus anexos, bem como na proposta;

10.2.3 verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido provisoriamente com as especificações constantes do termo de referência, do edital de licitação e seus anexos, bem como da proposta, para fins de aceitação e, após, para o recebimento definitivo;

10.2.4 comunicar ao contratado, por escrito, as imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas, fixando prazo para a sua correção;

10.2.5 acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações do contratado, por intermédio de comissão ou servidor especialmente designado;

10.2.6 efetuar o pagamento ao contratado no valor correspondente ao efetivo fornecimento do objeto ou à efetiva execução do serviço ou etapa do serviço, no prazo e forma estabelecidos no termo de referência, no edital de licitação e seus anexos e no contrato;

10.2.7 efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da nota fiscal e fatura fornecidas pelo contratado, no que couber;

10.2.8 emitir decisão sobre as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do contrato;

10.2.9 ressarcir o contratado, nos casos de extinção de contrato por culpa exclusiva da Administração, pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, além de devolver a garantia, quando houver, e efetuar os pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção e pelo custo de eventual desmobilização;

10.2.10 adotar providências necessárias para a apuração das infrações administrativas, quando se constatar irregularidade que configure dano à Administração, além de remeter cópias dos documentos cabíveis ao Ministério Público competente, para a apuração dos ilícitos de sua competência;

11 GARANTIA DE EXECUÇÃO

11.1 Não haverá exigência de garantia contratual de execução, considerando que a prestação dos serviços será remunerada por demanda efetivamente executada, em regime de preço unitário, mediante pagamento apenas dos exames efetivamente laudados e regularmente comprovados.

11.2 O pagamento ficará condicionado à apresentação da(s) respectiva(s) nota(s) fiscal(is), acompanhada(s) do relatório mensal de produção previsto no item 1.4.5 e seus subitens deste Termo de Referência, bem como à conferência e ao atesto da execução pela CONTRATANTE, observadas as disposições da Lei nº 14.133/2021, do Decreto Estadual nº 10.086/2022-PR e demais normas aplicáveis.

11.3 A dispensa de garantia contratual não afasta a responsabilidade da CONTRATADA pelo integral cumprimento das obrigações assumidas, pela qualidade técnica dos laudos emitidos, pela observância dos prazos contratuais, pela proteção dos dados pessoais tratados e pela sujeição às glosas, penalidades e demais medidas administrativas cabíveis em caso de descumprimento contratual.



12 PENALIDADES:

12.1. O licitante e o contratado que incorram em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e nos arts. 193 ao 227 do Decreto n.º 10.086, de 17 de janeiro 2022, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal.

12.2. A multa não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento), nem superior a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do lote no qual participou ou do contrato, observando ainda as seguintes variações:

- a) multa de 0,5% a 5%, nos casos das infrações previstas no art. 195, do Decreto Estadual 10.086/2022;
- b) multa de 5% a 30%, nos casos das infrações previstas no art. 196, do Decreto Estadual 10.086/2022;
- c) multa de 15% a 30%, nos casos das infrações previstas no art. 197, do Decreto Estadual 10.086/2022;

12.3. O cálculo da multa será justificado e levará em conta o disposto nos arts. 210 a 212, do Decreto Estadual 10.086/2022.

12.4. A multa poderá ser descontada do pagamento devido pela Administração Pública estadual, decorrente de outros contratos firmados entre as partes, caso em que a Administração reterá o pagamento até o adimplemento da multa, com o que concorda o licitante ou contratado.

12.4.1. A retenção de pagamento de outros contratos, pela Administração Pública, no período compreendido entre a decisão final que impôs a multa e seu adimplemento, suspende a fluência de prazo para a Administração, não importando em mora, nem gera compensação financeira.

12.5. Multa de mora diária de até 0,3% (três décimos por cento), calculada sobre o valor global do contrato ou da parcela em atraso, até o 30º (trigésimo) dia de atraso na entrega; a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia, a multa de mora será convertida em compensatória, aplicando-se, no mais, o disposto nos itens acima.

12.6 O procedimento para aplicação das sanções seguirá o disposto no Capítulo XVI, do Título I, do Decreto n.º 10.086, de 2022. e na Lei n.º 20.656, de 2021.

12.7 Nos casos não previstos no instrumento convocatório, inclusive sobre o procedimento de aplicação das sanções administrativas, deverão ser observadas as disposições da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e no Decreto n.º 10.086, de 2022.

12.8 Sem prejuízo das sanções previstas nos itens anteriores, a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública, nacional ou estrangeira, na participação da presente licitação e nos contratos ou vínculos derivados, também se dará na forma prevista na Lei Federal n.º 12.846, de 2013, e regulamento no âmbito do Estado do Paraná.

12.9 Quaisquer penalidades aplicadas serão transcritas no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná (CFPR).

12.10 As multas previstas neste edital poderão ser descontadas do pagamento eventualmente devido pelo contratante decorrente de outros contratos firmados com a Administração Pública estadual.

13 CASOS DE EXTINÇÃO:

13.1. A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua extinção, com as consequências previstas em lei, no Decreto Estadual nº 10.086/2022 e neste contrato.

13.2. Constituem motivo para extinção do contrato:

13.2.1. O não cumprimento de cláusulas, condições, especificações, projetos e prazos;

13.2.2. O cumprimento irregular de cláusulas, condições, especificações, projetos e prazos,

13.2.3. A lentidão no seu cumprimento, levando o CONTRATANTE a presumir a não conclusão do serviço nos prazos estipulados;

13.2.4. O atraso injustificado no início do serviço sem justa causa e sem prévia comunicação ao CONTRATANTE;

13.2.5. A paralisação do serviço sem justa causa e sem prévia comunicação ao CONTRATANTE;

13.2.6. A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do CONTRATADO com outrem, a cessão ou transferência total ou parcial do contrato, fusão, cisão ou incorporação, que afetem a boa execução desse exceto se autorizada pelo CONTRATANTE nos casos permitidos em lei;



13.2.7. O não atendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a execução, assim como as de seus superiores;

13.2.8. O cometimento reiterado de faltas na execução do ajuste, anotadas no Relatório de Fiscalização;

13.2.9. A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil do CONTRATADO;

13.2.10. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que, a juízo do CONTRATANTE, prejudique a execução do contrato;

13.2.11. A dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;

13.2.12. Não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.

13.2.13. A falta de integralização da garantia nos prazos estipulados;

13.2.14. Razões de interesse público justificadas e determinadas pela autoridade máxima do órgão ou entidade;

13.2.15. A supressão, por parte do CONTRATANTE, de serviços, acarretando modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido legalmente;

13.2.16. A suspensão de sua execução, por ordem escrita do CONTRATANTE, por prazo superior a 3 (três) meses, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem 90 (noventa) dias úteis, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado à CONTRATADA, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas, até que seja normalizada a situação;

13.2.17. O atraso superior a 2 (dois) meses dos pagamentos devidos pelo CONTRATANTE decorrentes de serviços ou fornecimentos ou parcelas destes já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado à CONTRATADA o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;

13.2.18. A não liberação, por parte do CONTRATANTE, de área, local ou objeto para execução de serviço ou fornecimento, nos prazos contratuais, bem como das fontes de materiais naturais especificadas no projeto;

13.2.19. A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada e impeditiva da execução do contrato.

13.2.20. O descumprimento da proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 (dezoito) anos e de qualquer trabalho a menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos;

13.2.21. A superveniência da declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública;

13.2.22. O perecimento do objeto contratual, tornando impossível o prosseguimento da execução da avença.

13.3 O presente instrumento poderá ser extinto:

13.3.1 determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

13.3.2 consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração; ou

13.3.3 determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

13.4 No caso de rescisão consensual, a parte que pretender rescindir o Contrato comunicará sua intenção à outra, por escrito.

13.5 Os casos de extinção contratual devem ser formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e o direito de prévia e ampla defesa ao Contratado.

13.6 O Contratado, desde já, reconhece todos os direitos da Administração Pública, em caso de extinção administrativa por inexecução total ou parcial deste contrato.

14 ALTERAÇÕES CONTRATUAIS, ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES:

14.1 Este contrato poderá ser alterado em qualquer das hipóteses previstas nos artigos 124 e 125 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

14.1.1 Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I do caput do art. 124 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, o contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.2 É admissível a continuidade do contrato administrativo quando houver fusão, cisão ou incorporação da



contratada com outra pessoa jurídica, desde que:

14.2.1 sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original;

14.2.2 sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; e

14.2.3 não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

14.3 As alterações previstas nesta cláusula serão formalizadas por termo aditivo ao contrato.

14.4. Concluída a instrução do requerimento de reequilíbrio econômico-financeiro, a Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período.

15 SUBCONTRATAÇÃO

15.1 Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

16. DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

16.1 O Contratante e o Contratado, na condição de operadora, comprometem-se a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais.

16.2 O tratamento de dados pessoais indispensáveis à prestação dos serviços por parte do contratado, se houver, será realizado mediante prévia e fundamentada aprovação do contratante, observados os princípios do art. 6º da LGPD, especialmente o da necessidade;

16.3 Os dados tratados pelo contratado somente poderão ser utilizados na prestação dos serviços especificada neste contrato, e em hipótese alguma poderão ser utilizados para outros fins, observadas as diretrizes e instruções transmitidas pelo contratante;

16.4 Os registros de tratamento de dados pessoais que o contratado realizar serão mantidos em condições de rastreabilidade e de prova eletrônica a qualquer tempo;

16.5 o Contratado deverá apresentar evidências e garantias suficientes de que aplica adequado conjunto de medidas técnicas e administrativas de segurança, para a proteção dos dados pessoais, segundo a legislação e o disposto nesta Cláusula;

16.6 o Contratado dará conhecimento formal aos seus empregados das obrigações e condições acordadas nesta Cláusula, inclusive no tocante à Política de Privacidade do contratante, cujos princípios e regras deverão ser aplicados à coleta e tratamento dos dados pessoais.

16.7 O eventual acesso, pelo contratado, às bases de dados que contenham ou possam conter dados pessoais ou segredos comerciais ou industriais implicará para o contratado e para seus prepostos – devida e formalmente instruídos nesse sentido – o mais absoluto dever de sigilo, no curso do presente contrato e após o seu encerramento.

16.8 O encarregado do contratado manterá contato formal com o encarregado do contratante, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas da ocorrência de qualquer incidente que implique violação ou risco de violação de dados pessoais, para que este possa adotar as providências devidas, na hipótese de questionamento das autoridades competentes.

16.9 A critério do controlador e do encarregado de Dados do contratante, o contratado poderá ser provocado a preencher um relatório de impacto à proteção de dados pessoais, conforme a sensibilidade e o risco inerente do objeto deste contrato, no tocante a dados pessoais.

16.10 o Contratado responde pelos danos que tenha causado em virtude da violação da segurança dos dados ao deixar de adotar as medidas de segurança previstas no art. 46 da LGPD, destinadas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.

16.11 Os representantes legais do contratado, bem como os empregados que necessariamente devam ter acesso a dados pessoais sob controle do Estado para o cumprimento de suas tarefas, deverão firmar termo de compromisso e confidencialidade, em que se responsabilizem pelo cumprimento da LGPD e pelo disposto nesta Cláusula.

16.12 As informações sobre o tratamento de dados pessoais por parte do contratado, envolvendo a sua finalidade, previsão legal, formas de execução e prazo de armazenamento, deverão ser publicadas na forma



do § 1º do art. 10 do Decreto Estadual nº 6.474, de 2020.

16.13 As manifestações do titular de dados ou de seu representante legal quanto ao tratamento de dados pessoais com base neste contrato serão atendidas na forma dos artigos 11, 12 e 13 do Decreto Estadual nº 6.474, de 2020.

16.14 O contratante poderá, a qualquer tempo, requisitar informações acerca dos dados pessoais confiados ao Contratado, bem como realizar inspeções e auditorias, inclusive por meio de auditores independentes, a fim de zelar pelo cumprimento dos deveres e obrigações aplicáveis;

16.15 Eventual compartilhamento de dados pessoais com empresa subcontratada dependerá de autorização prévia do contratante, hipótese em que o subcontratado ficará sujeito aos mesmos limites impostos ao contratado.

16.16 Encerrada a vigência do contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sejam eles sensíveis ou não, o contratado providenciará o descarte ou devolução, para o contratante, de todos os dados pessoais e as cópias existentes, atendido o princípio da segurança.

16.17 As dúvidas decorrentes da aplicação da LGPD serão objeto de consulta por parte do encarregado do contratante à Controladoria-Geral do Estado, que poderá consultar a Procuradoria-Geral do Estado em caso de dúvida jurídica devidamente fundamentada.

17. DISPOSIÇÕES GERAIS:

17.1 Integram o presente contrato, para todos os fins: o edital da licitação e seus anexos e a proposta apresentada pelo Contratado durante a licitação.

17.2 Este contrato é regido pela Lei Federal nº 14.133, de 2021, pelo Decreto nº 10.086, de 2022 e demais leis estaduais e federais sobre contratos administrativos, aplicando-se referida legislação aos casos omissos no presente contrato.

17.3 O Contratante enviará o resumo deste contrato à publicação no Diário Oficial do Estado do Paraná e no sítio eletrônico oficial, sem prejuízo de disponibilização da íntegra do contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no sistema GMS.

17.4 As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Estadual, no Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Maringá – PR, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Local e data

CONTRATANTE

CONTRATADA

Testemunhas

1 – Nome:

2 – Nome:

**ANEXO VIII****MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE**

XXXXXXXXXX, inscrito no CNPJ n.º XXXXXXXXX, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) XXXXXXXXX, portador(a) da Carteira de Identidade n.º XXXXXXXXX e do CPF n.º XXXXXXXXX, DECLARA, para os fins dispostos no Pregão Eletrônico n.º ____/_____, sob as penas da Lei, que esta empresa, na presente data, é considerada:

- () MICROEMPRESA, conforme Inciso I do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006;
- () EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme Inciso II do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006;
- () MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, conforme parágrafo 1º do artigo 18-A da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, com redação dada pela Lei Complementar nº 188, de 2021.
- () COOPERATIVA, nos termos do Art. 34, da Lei Federal nº 11488/2007.

DECLARA ainda:

1. Que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;
2. Que não extrapolou a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte no ano-calendário de realização da licitação, nos termos do § 2º do Art. 4º da Lei Federal nº 14.133/2021.

Local e data

Representante Legal

**ANEXO IX****DECLARAÇÃO LGPD.**

XXXXXXXXXX, inscrito no CNPJ n.º XXXXXXXXX, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) XXXXXXXXX, portador(a) da Carteira de Identidade n.º XXXXXXXXX e do CPF n.º XXXXXXXXX, DECLARA, para os devidos fins, que tem pleno conhecimento das regras contidas no edital de licitação e que possui as condições de habilitação previstas no edital, bem como tem ciência de que:

1. Como condição para participar desta licitação e ser contratado(a), o(a) interessado(a) deve fornecer para a Administração Pública diversos dados pessoais, entre eles:

- 1.1. aqueles inerentes a documentos de identificação;
- 1.2. referentes a participações societárias;
- 1.3. informações inseridas em contratos sociais;
- 1.4. endereços físicos e eletrônicos;
- 1.5. estado civil;
- 1.6. eventuais informações sobre cônjuges;
- 1.7. relações de parentesco;
- 1.8. número de telefone;
- 1.9. sanções administrativas que esteja cumprindo perante a Administração Pública;
- 1.10. informações sobre eventuais condenações no plano criminal ou por improbidade administrativa; dentre outros necessários à contratação.

2. Essas informações constarão do processo administrativo e serão objeto de tratamento por parte da Administração Pública.

3. O tratamento dos dados pessoais relacionados aos processos de contratação se presume válido, legítimo e, portanto, juridicamente adequado.

Local e data

Representante Legal

**ANEXO X****IMR – INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS**

INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS (IMR)

1. IDENTIFICAÇÃO

Objeto: Contratação de serviços continuados de empresa especializada para a prestação de serviços médicos de emissão de laudos à distância (telediagnóstico – telerradiologia), relativos a exames de imagem de raios x, tomografia computadorizada e ressonância magnética, para atender a demanda do Hospital Universitário Regional de Maringá, pelo período de 12 (doze) meses.

Finalidade: Estabelecer critérios objetivos de avaliação de desempenho da contratada, vinculando o pagamento à qualidade e tempestividade dos serviços prestados.

Base Legal: Lei nº 14.133/2021.

2. DEFINIÇÕES

Para fins deste instrumento, considera-se:

- **Laudo definitivo:** Documento emitido e assinado por médico radiologista habilitado.
- **Tempo de resposta (TAT):** Intervalo entre a disponibilização do exame no sistema (RIS/PACS) e a liberação do laudo definitivo.
- **Classificação de prioridade:** Definição do grau de urgência do exame (urgente, prioritário, rotina acelerada ou eletivo).

3. INDICADORES DE DESEMPENHO

3.1. Indicador 1 – Urgência (até 30 minutos)

- **Meta:** $\geq 95\%$
- **Fórmula:** $(\text{Laudos emitidos em até 30 min} / \text{Total de exames urgentes}) \times 100$

3.2. Indicador 2 – Prioritário (até 2 horas)

- **Meta:** $\geq 95\%$
- **Fórmula:** $(\text{Laudos emitidos em até 2h} / \text{Total de exames prioritários}) \times 100$

3.3. Indicador 3 – Rotina Acelerada (até 6 horas)

- **Meta:** $\geq 95\%$
- **Fórmula:** $(\text{Laudos emitidos em até 6h} / \text{Total de exames rotina acelerada}) \times 100$



3.4. Indicador 4 – Rotina Eletiva (até 48 horas)

- **Meta:** $\geq 98\%$
- **Fórmula:** (Laudos emitidos em até 48h / Total de exames eletivos) x 100

4. METODOLOGIA DE APURAÇÃO

- Periodicidade: Mensal
- Fonte: Sistemas RIS/PACS ou equivalente
- Unidade de medida: Percentual (%)

Regras: 1. O tempo será contado automaticamente pelo sistema. 2. Serão considerados apenas laudos definitivos. 3. Registros deverão ser auditáveis.

5. CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO E GLOSA

Faixa de Desempenho	Percentual	Pagamento
Excelente	$\geq 98\%$	100%
Adequado	95% a 97,99%	95%
Regular	90% a 94,99%	90%
Insatisfatório	$< 90\%$	85% ou pagamento da produção apresentada, se esta for inferior a 85% do valor mensal contratado

6. CÁLCULO DO RESULTADO GLOBAL

O resultado será obtido por média ponderada:

- Urgência (30 min): 35%
- Prioritário (2h): 30%
- Rotina acelerada (6h): 20%
- Rotina eletiva (48h): 15%

Fórmula: Resultado Final = Σ (Indicador x Peso)

7. CRITÉRIOS DE DESCONSIDERAÇÃO

Poderão ser desconsiderados da apuração:

- Falhas sistêmicas comprovadas



- Interrupções de energia ou conectividade
- Classificação incorreta do exame pela contratante

8. PENALIDADES

Além das glosas:

- Desempenho inferior a 90% por 3 meses consecutivos poderá ensejar abertura de processo administrativo
- Aplicação de sanções previstas na Lei nº 14.133/2021

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- Garantir disponibilidade contínua do serviço
- Disponibilizar equipe médica habilitada
- Emitir relatórios mensais detalhados
- Permitir auditoria dos dados

10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- Classificar corretamente os exames
- Garantir funcionamento dos sistemas locais
- Disponibilizar exams em tempo hábil

11. RELATÓRIO DE DESEMPENHO

11.1 A CONTRATADA deverá apresentar mensalmente à CONTRATANTE, até o 10º dia útil do mês subsequente ao da competência, relatório simplificado de desempenho contratual, em formato digital, contendo, no mínimo:

I. Quantitativo de exames recebidos e laudados no período, segregados por categoria de prioridade assistencial e modalidade contratada;

II. Percentual de cumprimento dos indicadores e prazos previstos no Instrumento de Medição de Resultado (IMR), inclusive SLA/TAT por faixa de criticidade;

III. Relação das principais não conformidades ocorridas no período que tenham impactado a execução contratual;

IV. Justificativas técnicas relativas às metas não atingidas ou aos eventos que tenham comprometido o desempenho;

V. Medidas corretivas adotadas ou previstas para regularização das ocorrências identificadas.



11.2 A CONTRATANTE disponibilizará à CONTRATADA, durante a vigência contratual, acesso aos módulos, funcionalidades ou relatórios dos sistemas institucionais utilizados na execução do objeto, em nível compatível com a necessidade operacional, para consulta e extração das informações indispensáveis à elaboração do relatório mensal, observadas as regras de segurança da informação, sigilo e perfis de acesso autorizados.

11.3 As informações apresentadas pela CONTRATADA poderão ser confrontadas pela CONTRATANTE com os registros constantes dos sistemas institucionais utilizados na execução do contrato, para fins de auditoria, fiscalização e validação dos indicadores.

11.4 A não apresentação injustificada do relatório mensal ou a entrega de informações manifestamente inconsistentes poderá ensejar as medidas contratuais cabíveis.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

Este IMR integra o Termo de Referência e será utilizado como instrumento de gestão contratual, podendo ser revisado mediante justificativa técnica e interesse público.

13. ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇO (SLA) COMPLEMENTAR

13.1 Disponibilidade do Sistema

- Meta: $\geq 99,5\%$ de disponibilidade mensal
- Fórmula: $(\text{Tempo total disponível} / \text{Tempo total do período}) \times 100$

13.2 Tempo de Resposta de Suporte Técnico

- Atendimento inicial: até 15 minutos
 - Solução de incidentes críticos: até 2 horas
 - Solução de incidentes não críticos: até 8 horas
-

14. INDICADORES DE QUALIDADE TÉCNICA DOS LAUDOS

14.1 Taxa de revisão de laudos mediante solicitação da contratante

- Meta: $\leq 2\%$
- Fórmula: $(\text{Laudos revisados ou corrigidos} / \text{Total de laudos emitidos}) \times 100$

14.2 Conformidade Técnica

- Meta: $\geq 98\%$
- Critério: aderência a protocolos clínicos e ausência de inconsistências relevantes

14.3 Auditoria Amostral

- Amostra mínima: 5% dos laudos mensais



- Avaliação por profissional habilitado designado pela contratante

15. MATRIZ DE RISCO OPERACIONAL

Risco	Probabilidade	Impacto	Mitigação
Indisponibilidade do sistema	Média	Alto	Redundância de servidores e links
Atraso na emissão de laudos	Alta	Alto	Escala médica adequada e monitoramento contínuo
Erro técnico em laudo	Baixa	Alto	Auditoria e dupla checagem
Falha de integração RIS/PACS	Média	Médio	Monitoramento e suporte técnico dedicado

16. MODELO DE RELATÓRIO MENSAL

A contratada deverá apresentar relatório contendo:

16.1 Produção

- Total de exames por categoria (urgente, prioritário, rotina acelerada, eletivo)

16.2 Desempenho

- Percentual de cumprimento por indicador
- Resultado global ponderado

16.3 Qualidade

- Taxa de retrabalho
- Resultados de auditoria

16.4 SLA

- Disponibilidade do sistema
- Tempo de resposta e resolução de incidentes

16.5 NãoConformidades

- Descrição detalhada
- Justificativas
- Plano de ação corretivo



17. MECANISMO DE MELHORIA CONTÍNUA

- Reuniões mensais de acompanhamento
- Plano de ação para indicadores abaixo da meta
- Revisão periódica de processos e fluxos
- Registro histórico de desempenho para avaliação contratual

18. VINCULAÇÃO AO PAGAMENTO

O pagamento mensal será condicionado:

- Ao resultado global do IMR
- Ao cumprimento dos indicadores de qualidade técnica
- Ao atendimento dos SLAs estabelecidos

O não atingimento das metas poderá implicar:

- Glosas adicionais
- Aplicação de penalidades contratuais
- Rescisão contratual, nos termos legais

**ANEXO XI****MODELO DE DECLARAÇÃO****DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA, CONFORMIDADE E COMPROMISSO COM A LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS – LGPD**

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob nº _____, com sede à _____, por intermédio de seu representante legal, Sr.(a) _____, portador(a) do CPF nº _____, para fins de participação no Pregão Eletrônico nº /, declara, sob as penas da lei, que:

I. tem ciência de que a execução do objeto licitado envolve o tratamento de dados pessoais sensíveis na área da saúde, incluindo informações assistenciais, imagens diagnósticas, solicitações médicas e laudos;

II. conhece e compromete-se a cumprir as disposições da Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), bem como as obrigações de sigilo, confidencialidade, segurança da informação e proteção de dados previstas no edital, no Termo de Referência e no contrato;

III. compromete-se, caso contratada, a utilizar os dados pessoais e as informações assistenciais acessadas exclusivamente para a execução do objeto contratual, sendo vedado o uso para finalidade diversa ou o compartilhamento com terceiros sem autorização formal da CONTRATANTE, ressalvadas as hipóteses legalmente admitidas;

IV. compromete-se a restringir o acesso aos dados pessoais e às informações assistenciais apenas aos profissionais autorizados e diretamente envolvidos na execução dos serviços;

V. compromete-se a adotar medidas mínimas de segurança da informação, controle de acesso, confidencialidade e rastreabilidade compatíveis com a natureza do objeto contratado;

VI. compromete-se a comunicar à CONTRATANTE, em prazo razoável e sem demora injustificada, a ocorrência ou suspeita de incidente de segurança que possa acarretar risco ou dano relevante aos titulares dos dados pessoais ou à execução contratual;

VII. compromete-se a indicar, quando da assinatura do contrato ou do início da execução dos serviços, responsável pelo tratamento de dados pessoais (encarregado ou função equivalente) para interlocução com a CONTRATANTE em temas relacionados à proteção de dados pessoais e segurança da informação;

VIII. declara estar ciente de que a CONTRATANTE poderá solicitar, durante a execução contratual, documentos, declarações complementares ou evidências razoáveis de conformidade, para fins de fiscalização, auditoria, apuração de incidente ou verificação do cumprimento das obrigações contratuais.

Por ser expressão da verdade, firma a presente declaração.

Local e data: _____



ANEXO XII

Capacidade instalada Hospital Universitário Regional de Maringá – CNES 258733-5

MINISTÉRIO DA SAÚDE
SECRETÁRIA DE ATENÇÃO À SAÚDE

19/4/2026
DATASUS

CNES - CADASTRO NACIONAL DE ESTABELECIMENTOS DE SAÚDE

IMPRESSÃO DA FICHA REDUZIDA

Identificação				
CADASTRADO NO CNES EM: 15/5/2002 ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO EM: 10/4/2026				
Nome:		CNES:	CNPJ:	
HOSPITAL UNIVERSITARIO REGIONAL DE MARINGA		2587335		
Nome Empresarial:		CPF:	Personalidade:	
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGA		--	JURÍDICA	
Logradouro:		Número:		
AVENIDA MANDACARU		1590		
Complemento:	Bairro:	CEP:	Município:	UF:
	ZONA 07	87083170	MARINGA	PR
Tipo Unidade:	Sub Tipo Unidade:	Gestão:	Dependência:	
HOSPITAL GERAL		DUPLA	MANTIDA	

PROFISSIONAIS SUS	
Médicos	518
Outros	1037

PROFISSIONAIS NÃO SUS	
Total	0

Atendimento Prestado	
Tipo de Atendimento:	Convênio:
AMBULATORIAL	SUS
INTERNACAO	SUS
SADT	SUS
URGENCIA	SUS
Fluxo de Clientela:	
ATENDIMENTO DE DEMANDA ESPONTANEA E REFERENCIADA	

Leitos		
CIRÚRGICO		
Nome Leitos	Leitos Existentes	Leitos SUS
ORTOPEDIATRAUMATOLOGIA	8	8
GINECOLOGIA	3	3
CIRURGIA GERAL	27	27
CLÍNICO		
Nome Leitos	Leitos Existentes	Leitos SUS
CLINICA GERAL	63	63
COMPLEMENTAR		
Nome Leitos	Leitos Existentes	Leitos SUS
UTI NEONATAL - TIPO II	10	6
UNIDADE DE CUIDADOS INTERMEDIARIOS NEONATAL CONVENCIONAL	5	5
UTI PEDIATRICA - TIPO II	14	6
UNIDADE DE CUIDADOS INTERMEDIARIOS NEONATAL CANGURU	3	3
UTI-A TIPO II	20	20
OBSTETRÍCIA		
Nome Leitos	Leitos Existentes	Leitos SUS
OBSTETRICIA CIRURGICA	25	15

PEDIÁTRICOS		
Nome Leitos	Leitos Existentes	Leitos SUS
PEDIATRIA CIRURGICA	3	3
PEDIATRIA CLINICA	20	20
HOSPITAL DIA		
Nome Leitos	Leitos Existentes	Leitos SUS
CIRURGICO/DIAGNOSTICO/TERAPEUTICO	3	3
LEITOS HABILITADOS (Os totais de leitos SUS com sinalização (*), são totais recuperados dos leitos Habilitados pela SAS. Vide consulta Habilitações)		
Nome Leitos	Leitos Existentes	Leitos SUS
UNIDADE DE TERAPIA INTENSIVA ADULTO - UTI-A TIPO II	-	20(*)
UNIDADE DE TERAPIA INTENSIVA PEDIÁTRICA - UTI-PED TIPO II	-	6(*)
		26

Equipamentos			
DIAGNOSTICO POR IMAGEM			
Equipamento:	Existente:	Em Uso:	SUS:
ACELERADOR LINEAR SEM ELETRONS (BASICO - INTERMEDIARIO)	1	1	SIM
APARELHO DE HEMODIALISE - AMBULATORIAL	1	1	SIM
APARELHO PARA DIALISE PERITONEAL	2	2	SIM
BRAQUITERAPIA	2	2	SIM
CABINE DE SEGURANCA BIOLOGICA CLASSE II B2	1	1	SIM
CAMERA PARA RECONHECIMENTO FACIAL	1	1	SIM
CAMERA PARA RECONHECIMENTO FACIAL	1	1	SIM
DERMATOSCOPIO	2	2	SIM
DERMATOSCOPIO	2	2	SIM
DETECTOR FETAL PORTATIL	2	2	SIM
DETECTOR FETAL PORTATIL	2	2	SIM
ELETRCARDIOGRAMA	1	1	SIM
ELETRCARDIOGRAMA	1	1	SIM
GAMA CAMARA	1	1	SIM
GAMA CAMARA	1	1	SIM
KIT DERMATOSCOPIA	1	1	SIM
KIT DERMATOSCOPIA	1	1	SIM
MAMOGRAFO COMPUTADORIZADO	1	0	SIM
MAMOGRAFO DIGITAL	1	0	SIM
MESA DIGITALIZADORA	1	1	SIM
MESA DIGITALIZADORA	1	1	SIM
RAIO X ATE 100 MA	2	2	SIM
RAIO X ATE 100 MA	2	2	SIM
RAIO X COM FLUOROSCOPIA	1	1	SIM
RAIO X COM FLUOROSCOPIA	1	1	SIM
RAIO X DE 100 A 500 MA	2	2	SIM
RAIO X DE 100 A 500 MA	2	2	SIM
RAIO X MAIS DE 500MA	1	1	SIM
RAIO X MAIS DE 500MA	1	1	SIM
RESSONANCIA MAGNETICA	1	1	SIM
RESSONANCIA MAGNETICA	1	1	SIM
SISTEMA DE DOSIMETRIA	1	1	SIM
SISTEMA DE PLANEJAMENTO	2	2	SIM
TOMÓGRAFO COMPUTADORIZADO	1	1	SIM
TOMÓGRAFO COMPUTADORIZADO	1	1	SIM
ULTRASSOM CONVENCIONAL	1	1	SIM
ULTRASSOM CONVENCIONAL	1	1	SIM
ULTRASSOM DOPPLER COLORIDO	1	1	SIM
ULTRASSOM DOPPLER COLORIDO	1	1	SIM
ULTRASSOM ECOGRAFO	1	1	SIM
ULTRASSOM ECOGRAFO	1	1	SIM
ULTRASSOM PORTATIL	1	1	SIM
ULTRASSOM PORTATIL	1	1	SIM

DIALISE			
Equipamento:	Existente:	Em Uso:	SUS:
ACELERADOR LINEAR COM ELETRONS (RECURSOS AVANÇADOS IGRT 3D)	8	8	SIM
APARELHO DE HEMODIALISE - HOSPITALAR	8	8	SIM
CARRINHO DE TELEMEDICINA DE VIDEOCONFERENCIA	8	8	SIM
CARRINHO DE TELEMEDICINA DE VIDEOCONFERENCIA	8	8	SIM
MAMOGRAFO COM COMANDO SIMPLES	8	8	SIM
MAMOGRAFO COM COMANDO SIMPLES	8	8	SIM
POLTRONA PARA ADMINISTRACAO DE QUIMIOTERAPIA	8	8	SIM
EQUIPAMENTOS DE AUDIOLOGIA			
Equipamento:	Existente:	Em Uso:	SUS:
EMISSOES OTOACUSTICAS EVOCADAS POR PRODUTO DE DISTORCAO	1	1	SIM
EMISSOES OTOACUSTICAS EVOCADAS POR PRODUTO DE DISTORCAO	1	1	SIM
POTENCIAL EVOCADO AUDITIVO DE TRONCO ENCEFALICO AUTOMATICO	2	2	SIM
POTENCIAL EVOCADO AUDITIVO DE TRONCO ENCEFALICO AUTOMATICO	2	2	SIM
EQUIPAMENTOS DE INFRA-ESTRUTURA			
Equipamento:	Existente:	Em Uso:	SUS:
GRUPO GERADOR	1	1	SIM
GRUPO GERADOR	1	1	SIM
RAIO X MOVEL	1	1	SIM
RAIO X TELECOMANDADO	1	1	SIM
USINA DE OXIGENIO	1	1	SIM
USINA DE OXIGENIO	1	1	SIM
EQUIPAMENTOS DE ODONTOLOGIA			
Equipamento:	Existente:	Em Uso:	SUS:
EQUIPO ODONTOLOGICO	1	1	SIM
EQUIPO ODONTOLOGICO	1	1	SIM
EQUIPAMENTOS PARA MANUTENCAO DA VIDA			
Equipamento:	Existente:	Em Uso:	SUS:
BERÇO AQUECIDO	5	5	SIM
BERÇO AQUECIDO	5	5	SIM
BILIRRUBINOMETRO	1	1	SIM
BILIRRUBINOMETRO	1	1	SIM
BOMBA DE INFUSAO	60	60	SIM
BOMBA DE INFUSAO	60	60	SIM
DEFIBRILADOR	6	6	SIM
DEFIBRILADOR	6	6	SIM
EQUIPAMENTO DE FOTOTERAPIA	8	8	SIM
EQUIPAMENTO DE FOTOTERAPIA	8	8	SIM
INCUBADORA	11	11	SIM
INCUBADORA	11	11	SIM
MARCAPASSO TEMPORARIO	1	1	SIM
MARCAPASSO TEMPORARIO	1	1	SIM
MONITOR DE ECG	2	2	SIM
MONITOR DE ECG	2	2	SIM
MONITOR DE PRESSAO INVASIVO	1	0	SIM
MONITOR DE PRESSAO INVASIVO	1	0	SIM
MONITOR DE PRESSAO NAO-INVASIVO	6	6	SIM
MONITOR DE PRESSAO NAO-INVASIVO	6	6	SIM
REANIMADOR PULMONAR/AMBU	7	7	SIM
REANIMADOR PULMONAR/AMBU	7	7	SIM
RESPIRADOR/VENTILADOR	25	25	SIM
RESPIRADOR/VENTILADOR	25	25	SIM
EQUIPAMENTOS POR METODOS GRAFICOS			
Equipamento:	Existente:	Em Uso:	SUS:
ELETROCARDIOGRAFO	5	5	SIM
ELETROCARDIOGRAFO	5	5	SIM
ELETROENCEFALOGRAFO	2	1	SIM

ELETROENCEFALOGRAFO	2	1	SIM
EQUIPAMENTOS POR METODOS OPTICOS			
Equipamento:	Existente:	Em Uso:	SUS:
BOMBA/BALAO INTRA-AORTICO	1	1	SIM
BOMBA/BALAO INTRA-AORTICO	1	1	SIM
ENDOSCOPIO DAS VIAS RESPIRATORIAS	1	1	SIM
ENDOSCOPIO DAS VIAS RESPIRATORIAS	1	1	SIM
ENDOSCOPIO DAS VIAS URINARIAS	1	1	SIM
ENDOSCOPIO DAS VIAS URINARIAS	1	1	SIM
ENDOSCOPIO DIGESTIVO	1	1	SIM
ENDOSCOPIO DIGESTIVO	1	1	SIM
EQUIPAMENTOS PARA OPTOMETRIA	1	1	SIM
EQUIPAMENTOS PARA OPTOMETRIA	1	1	SIM
HISTEROSCOPIO	1	1	SIM
HISTEROSCOPIO	1	1	SIM
LAPAROSCOPIO/VÍDEO	1	1	SIM
LAPAROSCOPIO/VÍDEO	1	1	SIM
MICROSCOPIO CIRURGICO	1	1	SIM
MICROSCOPIO CIRURGICO	1	1	SIM
RESSONANCIA MAGNETICA DE CAMPO ABERTO	1	1	SIM
RESSONANCIA MAGNETICA 0.5T	1	1	SIM
RESSONANCIA MAGNETICA 1.5T	1	1	SIM
RESSONANCIA MAGNETICA 3T	1	1	SIM
TOMOGRAFO SIMULADOR PARA RADIOTERAPIA (USO EXCLUSIVO)	1	1	SIM
Resíduos/Rejeitos			
Coleta Seletiva de Rejeito:			
RESIDUOS BIOLOGICOS			
RESIDUOS COMUNS			

Instalações Físicas para Assistência		
URGÊNCIA E EMERGÊNCIA		
Instalação:	Qtde./Consultório:	Leitos/Equipos:
CONSULTORIOS MEDICOS	7	0
SAIA DE ATENDIMENTO A PACIENTE CRITICO/SALA DE ESTABILIZACAO	1	1
SALA DE ATENDIMENTO INDIFERENCIADO	5	0
SALA DE ATENDIMENTO PEDIATRICO	2	0
SALA DE CURATIVO	1	0
SALA DE GESSO	1	0
SALA DE HIGIENIZACAO	1	0
SALA PEQUENA CIRURGIA	1	0
SALA REPOUSO/OBSERVACAO - FEMININO	1	3
SALA REPOUSO/OBSERVACAO - INDIFERENCIADO	2	6
SALA REPOUSO/OBSERVACAO - MASCULINO	1	3
SALA REPOUSO/OBSERVACAO - PEDIATRICA	1	9
AMBULATORIAL		
Instalação:	Qtde./Consultório:	Leitos/Equipos:
CLINICAS ESPECIALIZADAS	10	0
SALA DE CIRURGIA AMBULATORIAL	1	0
SALA DE CURATIVO	1	0
SALA DE ENFERMAGEM (SERVICOS)	1	0
SALA DE GESSO	1	0
SALA DE IMUNIZACAO	1	0
SALA DE NEBULIZACAO	1	0
SALA DE PEQUENA CIRURGIA	1	0
SALA DE REPOUSO/OBSERVACAO - INDIFERENCIADO	1	3
HOSPITALAR		
Instalação:	Qtde./Consultório:	Leitos/Equipos:
SALA DE CIRURGIA	2	0
SALA DE CIRURGIA AMBULATORIAL	1	0
SALA DE CIRURGIA	1	0
LEITOS DE ALOJAMENTO CONJUNTO	0	12



LEITOS RN PATOLOGICO	0	0
Serviços de Apoio		
Serviço:	Característica:	
AMBULANCIA	PRÓPRIO E TERCEIRIZADO	
BANCO DE LEITE	PRÓPRIO	
CENTRAL DE ESTERILIZACAO DE MATERIAIS	PRÓPRIO	
FARMACIA	PRÓPRIO	
LACTARIO	PRÓPRIO	
LAVANDERIA	PRÓPRIO	
NECROTÉRIO	PRÓPRIO	
NUTRICAO E DIETETICA (S.N.D.)	PRÓPRIO	
S.A.M.E. OU S.P.P.(SERVIÇO DE PRONTUÁRIO DE PACIENTE)	PRÓPRIO	
SERVIÇO DE MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS	PRÓPRIO E TERCEIRIZADO	
SERVIÇO SOCIAL	PRÓPRIO	

Serviços Especializados

Cod.:	Serviço:	Característica:	Ambulatorial:		Hospitalar:	
			Amb.:	SUS:	Hosp.:	SUS:
130	ATENÇÃO A DOENÇA RENAL CRÔNICA	TERCEIRIZADO	NÃO	SIM	NÃO	SIM
107	ATENÇÃO A SAÚDE AUDITIVA	PRÓPRIO	NÃO	SIM	NÃO	SIM
165	ATENÇÃO AS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE VIOLENCIA SEXUAL	PRÓPRIO	NÃO	SIM	NÃO	SIM
114	ATENÇÃO ESPECIALIZADA A SAÚDE BUCAL	PRÓPRIO	NÃO	SIM	NÃO	SIM
114	ATENÇÃO ESPECIALIZADA A SAÚDE BUCAL	PRÓPRIO	NÃO	NÃO	NÃO	SIM
115	ATENÇÃO PSICOSSOCIAL	PRÓPRIO	NÃO	NÃO	NÃO	SIM
170	COMISSÕES E COMITÊS	PRÓPRIO	NÃO	SIM	NÃO	SIM
174	IMUNIZAÇÃO	PRÓPRIO	NÃO	SIM	NÃO	SIM
151	MEDICINA NUCLEAR	TERCEIRIZADO	NÃO	SIM	NÃO	SIM
132	ONCOLOGIA	PRÓPRIO	NÃO	SIM	NÃO	SIM
135	REABILITAÇÃO	PRÓPRIO	NÃO	SIM	NÃO	SIM
127	SERVIÇO DE ATENÇÃO A OBESIDADE	PRÓPRIO	NÃO	NÃO	NÃO	SIM
110	SERVIÇO DE ATENÇÃO A SAÚDE REPRODUTIVA	PRÓPRIO	NÃO	NÃO	NÃO	SIM
112	SERVIÇO DE ATENÇÃO AO PRE-NATAL, PARTO E NASCIMENTO	PRÓPRIO	NÃO	SIM	NÃO	SIM
116	SERVIÇO DE ATENÇÃO CARDIOVASCULAR / CARDIOLOGIA	PRÓPRIO	NÃO	NÃO	NÃO	SIM
113	SERVIÇO DE ATENÇÃO DOMICILIAR	PRÓPRIO	NÃO	SIM	NÃO	SIM
117	SERVIÇO DE CIRURGIA REPARADORA	PRÓPRIO	NÃO	SIM	NÃO	SIM
119	SERVIÇO DE CONTROLE DE TABAGISMO	PRÓPRIO	NÃO	SIM	NÃO	NÃO
163	SERVIÇO DE CUIDADOS INTERMEDIÁRIOS	PRÓPRIO	NÃO	NÃO	NÃO	SIM
145	SERVIÇO DE DIAGNÓSTICO DE LABORATÓRIO CLÍNICO	PRÓPRIO E TERCEIRIZADO	NÃO	SIM	NÃO	SIM
145	SERVIÇO DE DIAGNÓSTICO DE LABORATÓRIO CLÍNICO	PRÓPRIO	NÃO	SIM	NÃO	SIM
120	SERVIÇO DE DIAGNÓSTICO POR ANATOMIA PATOLÓGICA EOU CITOPATO	PRÓPRIO E TERCEIRIZADO	NÃO	SIM	NÃO	SIM
120	SERVIÇO DE DIAGNÓSTICO POR ANATOMIA PATOLÓGICA EOU CITOPATO	TERCEIRIZADO	NÃO	SIM	NÃO	SIM
121	SERVIÇO DE DIAGNÓSTICO POR IMAGEM	TERCEIRIZADO	NÃO	SIM	NÃO	SIM
121	SERVIÇO DE DIAGNÓSTICO POR IMAGEM	PRÓPRIO	NÃO	SIM	NÃO	SIM
121	SERVIÇO DE DIAGNÓSTICO POR IMAGEM	PRÓPRIO E TERCEIRIZADO	NÃO	SIM	NÃO	SIM
122	SERVIÇO DE DIAGNÓSTICO POR MÉTODOS GRÁFICOS DINÂMICOS	PRÓPRIO	NÃO	SIM	NÃO	SIM
142	SERVIÇO DE ENDOSCOPIA	PRÓPRIO	NÃO	SIM	NÃO	SIM
125	SERVIÇO DE FARMÁCIA	PRÓPRIO	NÃO	SIM	NÃO	SIM
126	SERVIÇO DE FISIOTERAPIA	PRÓPRIO	NÃO	NÃO	NÃO	SIM
128	SERVIÇO DE HEMOTERAPIA	PRÓPRIO	NÃO	SIM	NÃO	SIM
129	SERVIÇO DE LABORATÓRIO DE HISTOCOMPATIBILIDADE	PRÓPRIO	NÃO	SIM	NÃO	SIM
131	SERVIÇO DE OFTALMOLOGIA	PRÓPRIO	NÃO	SIM	NÃO	SIM
136	SERVIÇO DE SUPORTE NUTRICIONAL	PRÓPRIO	NÃO	NÃO	NÃO	SIM
136	SERVIÇO DE SUPORTE NUTRICIONAL	PRÓPRIO	NÃO	SIM	NÃO	SIM
162	SERVIÇO DE TERAPIA INTENSIVA	PRÓPRIO	NÃO	NÃO	NÃO	SIM
140	SERVIÇO DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA	PRÓPRIO	NÃO	SIM	NÃO	SIM
146	SERVIÇO DE VIDEOLAPAROSCOPIA	PRÓPRIO	NÃO	SIM	NÃO	SIM



141	SERVICO DE VIGILANCIA EM SAUDE	PROPRIO	NÃO	SIM	NÃO	SIM
149	TRANSPLANTE	PROPRIO	SIM	SIM	SIM	SIM
149	TRANSPLANTE	PROPRIO	NÃO	SIM	NÃO	SIM

Serviços e Classificação

Codigo:	Serviço:	Classificação:	Terceiro:	CNES:
130 - 001	ATENCAO A DOENCA RENAL CRONICA	TRATAMENTO DIALITICO-HEMODIALISE	SIM	2594714
130 - 001	ATENCAO A DOENCA RENAL CRONICA	TRATAMENTO DIALITICO-HEMODIALISE	SIM	2586568
107 - 005	ATENCAO A SAUDE AUDITIVA	IMPLANTE COCLEAR	NÃO	NAO INFORMADO
107 - 004	ATENCAO A SAUDE AUDITIVA	DIAGNOSTICO EM AUDIOLOGIA/OTOLOGIA	NÃO	NAO INFORMADO
107 - 008	ATENCAO A SAUDE AUDITIVA	ATENCAO ESPECIALIZADA AS PESSOAS COM DEFICIENCIA AUDITIVA	NÃO	NAO INFORMADO
165 - 006	ATENCAO AS PESSOAS EM SITUACAO DE VIOLENCIA SEXUAL	ATENCAO A INTERRUPCAO DE GRAVIDEZ NOS CASOS PREVISTOS EM LEI	NÃO	NAO INFORMADO
165 - 001	ATENCAO AS PESSOAS EM SITUACAO DE VIOLENCIA SEXUAL	ATENCAO INTEGRAL AS PESSOAS EM SITUACAO DE VIOLENCIA SEXUAL	NÃO	NAO INFORMADO
165 - 008	ATENCAO AS PESSOAS EM SITUACAO DE VIOLENCIA SEXUAL	COLETA DE VESTIGIOS DE VIOLENCIA SEXUAL	NÃO	NAO INFORMADO
114 - 007	ATENCAO ESPECIALIZADA A SAUDE BUCAL	ATENDIMENTO A PESSOA COM DEFICIENCIA	NÃO	NAO INFORMADO
114 - 006	ATENCAO ESPECIALIZADA A SAUDE BUCAL	CIRURGIA BUCOMAXILOFACIAL	NÃO	NAO INFORMADO
115 - 002	ATENCAO PSICOSSOCIAL	ATENDIMENTO PSICOSSOCIAL	NÃO	NAO INFORMADO
170 - 002	COMISSOES E COMITES	NUCLEO DE GESTAO DO CUIDADO (NGC)	NÃO	NAO INFORMADO
174 - 002	IMUNIZACAO	GRUPOS ESPECIAIS	NÃO	NAO INFORMADO
174 - 001	IMUNIZACAO	INDIVIDUOS EM GERAL	NÃO	NAO INFORMADO
151 - 001	MEDICINA NUCLEAR	MEDICINA NUCLEAR IN VIVO	SIM	2586541
132 - 005	ONCOLOGIA	ONCOLOGIA CIRURGICA	NÃO	NAO INFORMADO
135 - 005	REABILITACAO	REABILITACAO AUDITIVA	NÃO	NAO INFORMADO
135 - 003	REABILITACAO	REABILITACAO FISICA	NÃO	NAO INFORMADO
127 - 001	SERVICO DE ATENCAO A OBESIDADE	TRAT. CLINICO CIRUR. REPARADOR E ACOMP PACIENTE C/ OBESIDADE	NÃO	NAO INFORMADO
110 - 003	SERVICO DE ATENCAO A SAUDE REPRODUTIVA	LAQUEADURA	NÃO	NAO INFORMADO
112 - 002	SERVICO DE ATENCAO AO PRE-NATAL, PARTO E NASCIMENTO	ACOMPANHAMENTO DO PRE-NATAL DE ALTO RISCO	NÃO	NAO INFORMADO
112 - 003	SERVICO DE ATENCAO AO PRE-NATAL, PARTO E NASCIMENTO	PARTO	NÃO	NAO INFORMADO
112 - 004	SERVICO DE ATENCAO AO PRE-NATAL, PARTO E NASCIMENTO	PARTO EM GESTACAO DE ALTO RISCO	NÃO	NAO INFORMADO
112 - 001	SERVICO DE ATENCAO AO PRE-NATAL, PARTO E NASCIMENTO	ACOMPANHAMENTO DO PRE-NATAL	NÃO	NAO INFORMADO
116 - 005	SERVICO DE ATENCAO CARDIOVASCULAR / CARDIOLOGIA	CARDIOLOGIA INTERVENCIONISTA (HEMODINAMICA)	NÃO	NAO INFORMADO
113 - 001	SERVICO DE ATENCAO DOMICILIAR	ASSISTENCIA DOMICILIAR	NÃO	NAO INFORMADO
117 - 002	SERVICO DE CIRURGIA REPARADORA	TRATAMENTO EM QUEIMADOS	NÃO	NAO INFORMADO
119 - 001	SERVICO DE CONTROLE DE TABAGISMO	ABORDAGEM E TRATAMENTO DO FUMANTE	NÃO	NAO INFORMADO
163 - 001	SERVICO DE CUIDADOS INTERMEDIARIOS	NEONATAL CONVENCIONAL	NÃO	NAO INFORMADO
145 - 001	SERVICO DE DIAGNOSTICO DE LABORATORIO CLINICO	EXAMES BIOQUIMICOS	AMBOS	2586746
145 - 004	SERVICO DE DIAGNOSTICO DE LABORATORIO CLINICO	EXAMES COPROLOGICOS	AMBOS	2586746
145 - 011	SERVICO DE DIAGNOSTICO DE LABORATORIO CLINICO	EXAMES DE GENETICA	NÃO	NAO INFORMADO
145 - 005	SERVICO DE DIAGNOSTICO DE LABORATORIO CLINICO	EXAMES DE UROANALISE	AMBOS	2586746
145 - 010	SERVICO DE DIAGNOSTICO DE LABORATORIO CLINICO	EXAMES EM OUTROS LIQUIDOS BIOLOGICOS	AMBOS	2586746
145 - 002	SERVICO DE DIAGNOSTICO DE LABORATORIO CLINICO	EXAMES HEMATOLOGICOS E HEMOSTASIA	AMBOS	2586746

145 - 006	SERVICO DE DIAGNOSTICO DE LABORATORIO CLINICO	EXAMES HORMONAIS	AMBOS	<u>2586746</u>
145 - 013	SERVICO DE DIAGNOSTICO DE LABORATORIO CLINICO	EXAMES IMUNOHEMATOLOGICOS	AMBOS	<u>2586746</u>
145 - 009	SERVICO DE DIAGNOSTICO DE LABORATORIO CLINICO	EXAMES MICROBIOLOGICOS	AMBOS	<u>2586746</u>
145 - 012	SERVICO DE DIAGNOSTICO DE LABORATORIO CLINICO	EXAMES PARA TRIAGEM NEONATAL	NÃO	<u>NAO INFORMADO</u>
145 - 003	SERVICO DE DIAGNOSTICO DE LABORATORIO CLINICO	EXAMES SOROLOGICOS E IMUNOLOGICOS	AMBOS	<u>2586746</u>
145 - 008	SERVICO DE DIAGNOSTICO DE LABORATORIO CLINICO	EXAMES TOXICOLOGICOS OU DE MONITORIZACAO TERAPEUTICA	AMBOS	<u>2586746</u>
120 - 002	SERVICO DE DIAGNOSTICO POR ANATOMIA PATOLOGICA EOU CITOPATO	EXAMES CITOPATOLOGICOS	AMBOS	<u>3293203</u>
120 - 001	SERVICO DE DIAGNOSTICO POR ANATOMIA PATOLOGICA EOU CITOPATO	EXAMES ANATOMOPATOLOGICOS	SIM	<u>3293203</u>
121 - 004	SERVICO DE DIAGNOSTICO POR IMAGEM	RESSONANCIA MAGNETICA	SIM	<u>3088790</u>
121 - 002	SERVICO DE DIAGNOSTICO POR IMAGEM	ULTRASONOGRAFIA	NÃO	<u>NAO INFORMADO</u>
121 - 001	SERVICO DE DIAGNOSTICO POR IMAGEM	RADIOLOGIA	NÃO	<u>NAO INFORMADO</u>
121 - 004	SERVICO DE DIAGNOSTICO POR IMAGEM	RESSONANCIA MAGNETICA	SIM	<u>2586541</u>
121 - 003	SERVICO DE DIAGNOSTICO POR IMAGEM	TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA	AMBOS	<u>2586541</u>
121 - 004	SERVICO DE DIAGNOSTICO POR IMAGEM	RESSONANCIA MAGNETICA	SIM	<u>3339831</u>
122 - 002	SERVICO DE DIAGNOSTICO POR METODOS GRAFICOS DINAMICOS	TESTE DE HOLTER	NÃO	<u>NAO INFORMADO</u>
122 - 001	SERVICO DE DIAGNOSTICO POR METODOS GRAFICOS DINAMICOS	TESTE ERGOMETRICO	NÃO	<u>NAO INFORMADO</u>
122 - 004	SERVICO DE DIAGNOSTICO POR METODOS GRAFICOS DINAMICOS	EXAME ELETROENCEFALOGRAFICO	NÃO	<u>NAO INFORMADO</u>
122 - 008	SERVICO DE DIAGNOSTICO POR METODOS GRAFICOS DINAMICOS	EXAME ELETROENCEFALOGRAFICO POR TELEMEDICINA	NÃO	<u>NAO INFORMADO</u>
122 - 003	SERVICO DE DIAGNOSTICO POR METODOS GRAFICOS DINAMICOS	EXAME ELETROCARDIOGRAFICO	NÃO	<u>NAO INFORMADO</u>
142 - 003	SERVICO DE ENDOSCOPIA	DO APARELHO URINARIO	NÃO	<u>NAO INFORMADO</u>
142 - 002	SERVICO DE ENDOSCOPIA	DO APARELHO RESPIRATORIO	NÃO	<u>NAO INFORMADO</u>
142 - 004	SERVICO DE ENDOSCOPIA	DO APARELHO GINECOLOGICO	NÃO	<u>NAO INFORMADO</u>
142 - 001	SERVICO DE ENDOSCOPIA	DO APARELHO DIGESTIVO	NÃO	<u>NAO INFORMADO</u>
125 - 006	SERVICO DE FARMACIA	FARMACIA HOSPITALAR	NÃO	<u>NAO INFORMADO</u>
126 - 005	SERVICO DE FISIOTERAPIA	ASSISTENCIA FISIOTERAPEUTICA NAS DISFUNCOES MUSCULO ESQUELET	NÃO	<u>NAO INFORMADO</u>
126 - 007	SERVICO DE FISIOTERAPIA	ASSISTENCIA FISIOTERAPEUTICA NAS ALTERACOES EM NEUROLOGIA	NÃO	<u>NAO INFORMADO</u>
126 - 004	SERVICO DE FISIOTERAPIA	ASSISTENCIA FISIOTERAPEUTICA CARDIOVASCULARES E PNEUMOFUNCI	NÃO	<u>NAO INFORMADO</u>
128 - 002	SERVICO DE HEMOTERAPIA	DIAGNOSTICO EM HEMOTERAPIA	NÃO	<u>NAO INFORMADO</u>
128 - 004	SERVICO DE HEMOTERAPIA	MEDICINA TRANSFUSIONAL	NÃO	<u>NAO INFORMADO</u>
128 - 003	SERVICO DE HEMOTERAPIA	PROCEDIMENTOS ESPECIAIS EM HEMOTERAPIA	NÃO	<u>NAO INFORMADO</u>
128 - 001	SERVICO DE HEMOTERAPIA	PROCEDIMENTOS DESTINADOS A OBTENCAO DO SANGUE PFINS DE ASSI	NÃO	<u>NAO INFORMADO</u>
129 - 001	SERVICO DE LABORATORIO DE HISTOCOMPATIBILIDADE	EXAMES DE HISTOCOMPATIBILIDADE POR MEIO SOROLOGIA	NÃO	<u>NAO INFORMADO</u>
131 - 003	SERVICO DE OFTALMOLOGIA	TRATAMENTO CIRURGICO DO APARELHO DA VISAO	NÃO	<u>NAO INFORMADO</u>
131 - 002	SERVICO DE OFTALMOLOGIA	TRATAMENTO CLINICO DO APARELHO DA VISAO	NÃO	<u>NAO INFORMADO</u>
131 - 001	SERVICO DE OFTALMOLOGIA	DIAGNOSTICO EM OFTALMOLOGIA	NÃO	<u>NAO INFORMADO</u>
136 - 001	SERVICO DE SUPORTE NUTRICIONAL	ENTERAL	NÃO	<u>NAO INFORMADO</u>
136 - 002	SERVICO DE SUPORTE NUTRICIONAL	ENTERAL PARENTERAL	NÃO	<u>NAO INFORMADO</u>

136 - 003	SERVICO DE SUPORTE NUTRICIONAL	ENTERAL PARENTERAL COM MANIPULACAO FABRICACAO	NÃO	NAO INFORMADO
162 - 002	SERVICO DE TERAPIA INTENSIVA	NEONATAL	NÃO	NAO INFORMADO
162 - 001	SERVICO DE TERAPIA INTENSIVA	ADULTO	NÃO	NAO INFORMADO
162 - 003	SERVICO DE TERAPIA INTENSIVA	PEDIATRICO	NÃO	NAO INFORMADO
140 - 016	SERVICO DE URGENCIA E EMERGENCIA	PRONTO SOCORRO TRAUMATO ORTOPEDICO	NÃO	NAO INFORMADO
140 - 004	SERVICO DE URGENCIA E EMERGENCIA	ESTABILIZACAO DE PACIENTE CRITICO/GRAVE EM SALA DE ESTABILIZ	NÃO	NAO INFORMADO
140 - 018	SERVICO DE URGENCIA E EMERGENCIA	PRONTO SOCORRO OFTALMOLOGICO	NÃO	NAO INFORMADO
140 - 013	SERVICO DE URGENCIA E EMERGENCIA	PRONTO SOCORRO OBSTETRICO	NÃO	NAO INFORMADO
140 - 015	SERVICO DE URGENCIA E EMERGENCIA	PRONTO SOCORRO NEUROLOGIA/NEUROCIRURGIA	NÃO	NAO INFORMADO
140 - 019	SERVICO DE URGENCIA E EMERGENCIA	PRONTO SOCORRO GERAL/CLINICO	NÃO	NAO INFORMADO
140 - 007	SERVICO DE URGENCIA E EMERGENCIA	PRONTO ATENDIMENTO PEDIATRICO	NÃO	NAO INFORMADO
140 - 010	SERVICO DE URGENCIA E EMERGENCIA	PRONTO ATENDIMENTO OFTALMOLOGICO	NÃO	NAO INFORMADO
140 - 008	SERVICO DE URGENCIA E EMERGENCIA	PRONTO ATENDIMENTO OBSTETRICO	NÃO	NAO INFORMADO
140 - 006	SERVICO DE URGENCIA E EMERGENCIA	PRONTO ATENDIMENTO CLINICO	NÃO	NAO INFORMADO
140 - 012	SERVICO DE URGENCIA E EMERGENCIA	PRONTO SOCORRO PEDIATRICO	NÃO	NAO INFORMADO
140 - 005	SERVICO DE URGENCIA E EMERGENCIA	ATENDIMENTO AO PACIENTE COM ACIDENTE VASCULAR CEREBRAL (AVC)	NÃO	NAO INFORMADO
146 - 001	SERVICO DE VIDEOLAPAROSCOPIA	DIAGNOSTICA	NÃO	NAO INFORMADO
141 - 001	SERVICO DE VIGILANCIA EM SAUDE	VIGILANCIA EPIDEMIOLOGICA	NÃO	NAO INFORMADO
149 - 005	TRANSPLANTE	CORNEA/ESCLERA	NÃO	NAO INFORMADO
149 - 006	TRANSPLANTE	FIGADO	NÃO	NAO INFORMADO
149 - 015	TRANSPLANTE	ACOES PARA DOACAO E CAPTACAO DE ORGAOS E TECIDOS	NÃO	NAO INFORMADO
149 - 008	TRANSPLANTE	RETIRADA DE ORGAOS	NÃO	NAO INFORMADO
149 - 016	TRANSPLANTE	RETIRADA DE GLOBO OCULAR HUMANO PARA TRANSPLANTE	NÃO	NAO INFORMADO

Documento: **edital.90048.2026.HUM.pdf**.

Assinatura Avançada realizada por: **Robson Rogers Moreira (XXX.351.649-XX)** em 04/06/2026 09:22 Local: UEM/HUM/ALC.

Inserido ao protocolo **25.871.915-8** por: **Robson Rogers Moreira** em: 04/06/2026 09:22.



Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:
<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código: